

GILSON MORAES DA COSTA

**O percurso da violência na cultura: um olhar sobre o
telejornal Cadeia Neles**

**Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Instituto de Linguagens - IL
Cuiabá - MT
Agosto de 2007**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

GILSON MORAES DA COSTA

**O percurso da violência na cultura: um olhar sobre o
telejornal Cadeia Neles**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem.

Área de Concentração: Estudos Culturais
Orientadora: Profa. Dra. Sirlei Aparecida Silveira

**Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Instituto de Linguagens - IL
Cuiabá - MT
Agosto de 2007**

Folha de aprovação

Agradecimentos

É com muita satisfação, que venho neste momento, estender os meus agradecimentos e considerações a um conjunto de pessoas queridas que, direta e indiretamente, foram de fundamental importância para a realização deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Linguagens da UFMT; aos técnicos e funcionários do departamento de Linguagens da UFMT, na pessoa da Coordenadora do Mestrado, Profa. Dra. Maria Rosa Petroni; à FAPEMAT pela bolsa de Mestrado, que me oportunizou uma maior dedicação para esta pesquisa.

Reconheço a fundamental importância das contribuições da orientadora deste trabalho, a Profa. Dra. Sirlei Aparecida Silveira, bem como dos professores que aceitaram participar da banca de avaliação desta pesquisa, Prof. Dr. Yuji Gushiken e Profa. Dra. Elisabeth Murilho da Silva. Pelas contribuições e empenho acadêmico, eu lhes agradeço.

Aos professores e amigos Diego Baraldi, pelo incentivo nesta empreitada; à Profa Andreza Moraes que, muito gentilmente, realizou a revisão ortográfica deste texto.

Aos companheiros e militantes do Centro de Cultura Popular que alimentam sonhos e esperanças políticas: Agnaldo Pereira, Andreza Moraes, Cláudio Dias, Edzar Allen, Thaís Machado, Lauro, Teresa Cristina, Juliene Leite, Leila Costa e a toda comunidade do Bairro Parque Geórgia.

Aos meus familiares e principalmente aos meus pais, guerreiros vitoriosos que adubaram a minha existência e, diante das mais adversas situações, não abdicaram do esforço em me proporcionar oportunidades educacionais. Ao Sanlei, meu escudeiro sobrinho que me aturou durante os meus dias de aflições. Ao Sr. Benildes Firmo e à Sra. Marise Firmo, pela confiança e apoio.

À Yandra Firmo, a querida companheira que trouxe acalanto às minhas aflições. Minha amada que me acompanha em minha vida política, cultural e intelectual. Seu apoio foi de fundamental importância para a conclusão desta pesquisa. A ela, eternos beijos.

RESUMO

COSTA, Gilson Moraes da.

Título: O percurso da violência na cultura: um olhar sob o telejornal Cadeia Neles.

Dentre os programas disponíveis na rede de sinal aberto, estão aqueles que oferecem como principal atrativo um vasto leque de notícias e informações que revelam, segundo uma determinada visão, o cotidiano social em seu viés político, econômico e cultural. Desta forma, o espaço público ganha um novo componente: uma espécie de caleidoscópio que, atravessado de interesses políticos e econômicos, oferece entretenimento, opiniões e prioridades para o debate público, contribuindo para compor a estruturação e o ordenamento das sociedades, bem como intervir na experiência espacial e temporal que cercam os indivíduos da “idade média” (Rocha, 1997:38). Esta dissertação interpreta o *campo* dos telejornais que estabelecem como principal viés informativo, o tratamento das pautas relacionadas à abordagem da criminalidade e da violência urbana. Mais especificamente, esta pesquisa tem como foco de investigação o Telejornal *Cadeia Neles*, fundado em 1993 e veiculado pela TV Gazeta (filiada da Rede Record de Televisão), para todo o estado de Mato Grosso. Com base na análise de 33 edições do programa, coletadas durante o primeiro semestre de 2006, podemos considerar que, tendo como principal norte de intervenção jornalística o argumento do estado de descontrole da violência social, o programa busca legitimar-se como meio que informa a comunidade acerca do mapeamento dos principais espaços sociais sob os quais a violência emerge, faz saber sobre os protagonistas dos atos de violência e criminalidade, oferece proposições de intervenção política, promove sua ajuda humanitária, presta seu “serviço público” e no limite, se assume como enunciador da “voz” e dos anseios de seus telespectadores. Desta feita, constitui-se, como uma *instância pedagógica* que corrobora para a reprodução da “cultura da violência”, à medida que disponibiliza cotidianamente um conjunto numeroso de bens simbólicos, que vão compor frações significativas do *capital cultural* dos telespectadores e, como consequência, tendem a influenciar nos sistemas de interpretações e de valores que compõem o *habitus* de uma parcela significativa de sujeitos sociais.

Palavras Chaves: violência, instância pedagógica, Cultura.

ABSTRACT

COSTA, Gilson Moraes da.

Título: O percurso da violência na cultura: um olhar sob o telejornal Cadeia Neles.

Among the available TV programs on public television, there are the ones that offer as their main attraction a vast number of notice and information that can reveal, according to a specific point of view, daily social in its politician, economic and cultural bias. According to that scenario, public space gets a new component: a kind of kaleidoscope that - trespassed by economic and politic interests - offers entertainment, opinions and priorities for the public debate, contributing to compose the construction and the order of societies, as well as intervening on time and space experience that surrounds the individuals of "media age" (Rosamaria, 1997:38). This dissertation analyses the *field of news TV programs* that set as their main editorial line the treatment of guidelines related to crime and urban violence. More specifically, this research has as its focus the TV program *Cadeia Neles* ("Chain on Them"), released in 1993 and exhibited through TV Gazeta (one of Record Television Company affiliates) for all the state of Mato Grosso, Brazil. Based on the analysis of 33 different editions of the TV program - collected during the first semester of 2006 - we can consider that, having as its focus of journalistic intervention the argument of the condition of uncontrolled social violence, *Cadeia Neles* ("Chain on Them") tries to legitimize itself as an instrument of information for the community about social spaces where violence emerges, besides denouncing social actors of violence and crime. The analysis also emphasizes how the referred TV program offers proposals of politic intervention, humanitarian aid, assuming itself as a "public service", being the enunciator of the "voice" and yearnings of its viewers. Based on that, the TV program would consist as a *pedagogical instance* that corroborates for the reproduction of the "culture of the violence" as it shows a whole sort of symbolic goods that are going to structure significant fractions of the *viewer's cultural capital* and, consequently are able to influence the system of interpretations and values that composes the *habitus* of a significant parcel of citizens.

Keywords: violence, pedagogical instance, Culture.

Lista de Ilustrações e Tabelas

Lista de Ilustrações

Figura 01 – Logomarca de Abertura do Programa Cadeia Neles.....	52
Figura 02 – Repórter do Cadeia Neles.....	76
Figura 03 – Mulher sendo entrevistada.....	76
Figura 04 – Enquadramento de personagens na reportagem do Cadeia Neles.....	76

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Taxa de óbitos por homicídios na região Centro Oeste.....	46
Tabela 02 – Demonstrativo do índice de audiência do Programa Cadeia Neles.....	54

SUMÁRIO

Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Lista de Ilustrações e Tabelas.....	vi
Introdução.....	08
PARTE I: MÍDIA VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA.....	19
Capítulo I : Televisão e Jornalismo: referentes que interagem no cotidiano social..	20
1.1 - O campo Jornalístico	24
1.2 - O conceito de notícia	27
1.3 - O Jornalismo de televisão	30
Capítulo II : Violência e insegurança na modernidade tardia.....	34
2.1 - Uma Breve Reflexão: conceito, recorte temático e hipóteses.....	35
2.2 - A violência multifacetada.....	36
2.3 - A violência mora ao lado	40
2.4 - A insegurança no meio urbano.....	42
2.5 - Vestígios de uma urbanidade desordenada.....	45
PARTE II: A VIOLÊNCIA MEDIADA: UM OLHAR SOB O CADEIA NELES.....	49
Capítulo III : A mediação da violência: aspectos formais do <i>Cadeia Neles</i>	50
3.1 - A relação com o público.....	53
3.2 - A construção da notícia no Cadeia Neles.....	54
3.3 - A hipótese do <i>Agenda Setting</i> e o repertório temático do Jornalismo Policial	58
3.4 - A violência implícita: ação pedagógica e inculcação cultural.....	60
Capítulo IV: A produção imagética dos dramas sociais.....	65
4.1 - As formas da violência.....	69
4.2 - A abordagem da violência cotidiana.....	70
4.3 - A violência Simbólica.....	73
4.4 - A violência Institucional: alguns casos verificados.....	79
4.5 - A violência Coletiva: comentário a partir de dois casos analisados.....	87
Considerações Finais.....	93
Referências Bibliográficas	99

Introdução

O primeiro passo: buscando um “caminho” teórico

Uma pesquisa que pretende estender seu olhar sobre *meios de comunicação e cultura*, é, antes de tudo, uma empreitada que busca estabelecer propostas de leitura e interpretação da realidade social a partir da compreensão dos processos de comunicação, mais especificamente pelo que se entende como meios de comunicação de massa. Para uma análise desta envergadura vários caminhos teóricos tornam-se possíveis. Em uma perspectiva que podemos considerar como *clássica*, encontramos as contribuições dos intelectuais da escola de Frankfurt, mais especificamente nas reflexões de Adorno e Horkheimer, ao desenvolver uma concepção de análise centrada nos aspectos ideológicos dos bens culturais. Suas reflexões, de um modo geral, propunham entender os *meios* como instrumentos primordiais de alienação sublinhando ainda a influência que os produtos culturais massivos tinham na criação e reprodução da ideologia dominante e da sociedade por ela marcada. O pensamento da escola de Frankfurt sem sombra de dúvida contribuiu e contribui para o entendimento da dinâmica manipulatória empreendida pelos grandes meios de comunicação de massa. No entanto, para compreender melhor tais reflexões, por vezes pouco moderadas, é necessário não perder de vista a conjuntura política da qual emergiram. A ascensão do nazismo na Europa, e principalmente na Alemanha – berço do pensamento frankfurtiano – apresenta uma nova fase do capitalismo com sua tendência à totalização. Sem dúvida, os meios de comunicação daquele período (cinema, rádio, imprensa e, em menor escala, a televisão) constituíram-se como instrumentos de grande importância para as estratégias políticas dos regimes totalitários, daí, a base da radicalidade que perpassa, em níveis diferenciados, os vigorosos debates empreendidos pelos teóricos da Escola de Frankfurt.

No materialismo cultural de Raymond Williams nos deparamos com importantes contribuições para pensar o campo da cultura indiscutivelmente associado e inter-relacionado a outros campos. Uma destas contribuições é a proposição de que as produções sociais do campo da cultura são necessariamente vinculadas com a realidade socioeconômica e, desta forma, não podem ser desconsideradas de um contexto histórico-social. Cevalco (2001) lembra que o materialismo cultural não considera os produtos da

cultura “objetos” e sim práticas sociais: o objetivo da análise materialista é desvendar as condições dessa prática e não meramente elucidar os componentes de uma obra. Avaliando as produções culturais dos meios de comunicação de massa como caminho fundamental para entender o funcionamento da sociedade, Willians vê no estudo do rádio e da televisão, mais especificamente no processo de transmissão da informação e constituição cultural das gerações, uma essencial contribuição para entender os mecanismos de hegemonia da classe dominante.

Outra contribuição importante dos Estudos Culturais é a proposição de que é no campo cultural que se concentram os significados e valores que surgem e se difundem entre os grupos sociais. Nesta perspectiva é no campo das práticas culturais que estariam contidos e expressar-se-iam estes mesmos significados e valores, uma vez que seu objeto é, de algum modo, a análise dos processos de atribuição de sentido enquanto processos de natureza social e cultural. Portanto, estudar a comunicação significaria analisar as relações entre as pessoas e o meio social, enfim, estudar a própria sociedade.

Encontramos em Martin-Barbero (2003) um fértil caminho teórico para a discussão do tema proposto nesta pesquisa, ao perceber em suas concepções, uma proposta de observação que parte da *mediação*. Seu viés analítico tem a intenção de “superar a concepção puramente manipulatória de cultura”, propondo para isso o entendimento de cultura a partir do conceito gramsciniano de hegemonia. Uma das possibilidades teóricas ao pensar a comunicação a partir da cultura, é considerar que na produção cultural dos meios, se faz também a incorporação dos valores culturais populares. Aqui, o conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci parece ter uma importante contribuição para pensar em termos de negociação de sentido. Tal conceito abre possibilidades para o entendimento de que a cultura hegemônica é constituída, também, a partir de um processo de negociação, de um jogo de força – mesmo que desproporcional. A indústria cultural apropria muito dos elementos do popular e aplica um novo significado de perspectiva massiva fazendo com que o bem cultural seja obstruído de suas características originais e incorporado a outros elementos. Esta lógica contribui para entender os meios de comunicação de massa e, em nosso caso particular, a televisão.

Em busca de esclarecer algumas das complexidades deste processo, ou seja, pensando sob a perspectiva da comunicação e cultura acredita-se que existem muitas outras implicações a serem consideradas na negociação dos códigos transmitidos. Dentre as

implicações, Martín-Barbero (2003) propõem três instâncias fundamentais: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a competência cultural. Dentre estas instâncias, uma de fundamental importância para o trabalho é a competência cultural, conceito fundamental para propor que o público interpreta de forma diferenciada os produtos culturais. O autor observa que a competência cultural não se refere somente à cultura formal, apreendida nas instituições e nos livros, mas toda carga adquirida na própria vivência enquanto sujeito histórico, abrange portanto, as práticas do meio social onde vive e atua.

Nesta perspectiva pensar a mediação, significa a compreensão de “todo um conjunto de fatores que estrutura, organiza e reorganiza a percepção e apropriação da realidade, por parte do receptor” (Brittos, 1999:04), ou seja, é admitir que uma série de fatores implica na interpretação dos códigos simbólicos. Fatores de ordem política, econômica, cultural, inclusive os próprios meios.

A face pública da violência privada

Esta proposta de pesquisa é fruto de inquietações surgidas a partir de alguns fenômenos sociais que têm se apresentado de forma intensa nos tempos contemporâneos: por um lado, a massiva presença dos bens simbólicos produzidos pelos aparatos midiáticos na vida cotidiana dos indivíduos, independentes de sua condição de classe; por outro, a intensa influência que estes bens simbólicos operam na vida dos sujeitos sociais, seja no campo da economia, da política e da educação, seja no que se refere à banalização e vulgarização de problemas sociais e estruturais decorrentes da dinâmica excludente do capitalismo. Neste trabalho, estaremos privilegiando o estudo do fenômeno da violência urbana, em sua forma material e simbólica¹, e suas articulações com o campo da cultura.

A violência em suas variadas formas e expressões tem sido um fenômeno social que alcança grandes proporções na sociedade brasileira. Dados do relatório do *Mapa da Violência 2006* indicam que, entre os anos de 1994 a 2004, o número total de homicídios – maior marcador de violência para os estudiosos - registrados pelo Subsistema de

¹ Por enquanto creio ser válido o esclarecimento de que o conceito de violência simbólica será discutido em alguns tópicos deste trabalho, tendo como referência as contribuições de Bourdieu e Passeron (1982).

Informação sobre Mortalidade (SIM)² passou de 32.603 para 48.374, representando incremento de 48,4%, bem superior ao crescimento da população, que foi de 16,5% nesse mesmo período. Outras pesquisas (Cordeiro & Sampedro, 2001) complementam que o perfil da vítima preferencial tem sido os jovens, do sexo masculino, negros ou descendentes destes, com baixa escolaridade (a maioria cursou apenas o primeiro grau) e exercem trabalhos não especializados. A pesquisa considera que os números de homicídios, ocorridos em maior escala nos grandes centros urbanos, representam apenas a ponta visível do iceberg da violência generalizada que afeta e vitima, com especial concentração, a juventude do país. Nem todo, nem sequer a maior parte dos atos de violência no cotidiano urbano acabam em morte, mesmo assim o homicídio representa o grau extremo que a violência humana pode atingir, constituindo-se como uma espécie de termômetro sobre o qual muitas pesquisas ancoram suas referências.

Informações deste âmbito, somadas à crescente divulgação do fenômeno da violência pelas diversas modalidades midiáticas, têm sido motivo de grande preocupação para diversos setores da sociedade.

Até que ponto determinadas práticas de violência, observadas em um determinado local social, podem ser entendidas a partir de uma discussão de cultura? Este questionamento acompanhou-me durante toda elaboração do pré-projeto deste trabalho, servindo como um dos principais motivadores que sustentaram a insistência neste tema. Para desenvolver possíveis respostas a esta indagação, creio ser necessário tomar distância do conceito de *Cultura* que se refere ao termo enquanto estatuto do belo, portanto, da perspectiva que o refere como instância exclusiva das artes e dos mais altos valores de uma civilização³. Neste sentido, as contribuições de dois autores serão de fundamental importância para solidificar nossas interpretações: (1) A cultura como Prática Social, entendida segundo as referências teóricas de Raymond Williams, o qual interpreta a Cultura como o conjunto das experiências vividas e cotidianas dos indivíduos não restringindo o

² Para elaboração destes dados, o relatório utilizou-se das bases disponíveis pelo Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), implementado pelo Ministério da Saúde, o qual centraliza as certidões de óbito emitidas no país.

³ Esta corrente de pensamento, que propunha uma visão em separado entre Alta Cultura e Baixa Cultura, foi empreendida por teóricos ingleses, cujo principal nome foi Frank Raymond Leavis, crítico literário britânico que fixou posição hegemônica na Inglaterra de 1930 a 1950, quando produziu forte crítica literária à cultura de massas, predominante na época, como a imprensa, o rádio, o cinema e a propaganda.

conceito às produções do campo intelectual ou artístico, mas considerando o variado leque de expressões e significados de valores de um povo; (2) A Cultura como *habitus* (BOURDIEU e PASSERON, 1982), apreendida enquanto instância onde se constituem os gostos e os diferentes estilos de vida, matriz que engendra as escolhas e as práticas dos indivíduos e permanece em constante estado de reatualização, ou ainda terreno comum que sedimenta atitudes e práticas que perfazem a vida cotidiana dos agentes envolvidos sob as mesmas condições sócio-estruturais. Por fim, o conceito de *habitus* nos auxilia a pensar e, conseqüentemente, apreender sob ocorrências que se tornam relativamente comuns nas preferências e disposições práticas de um grupo de indivíduos marcados por uma trajetória social correlativa. Sob este ponto de vista, Setton reitera “o conceito consegue apreender o princípio de parte das disposições práticas normalmente vistas de maneira difusa” (2002:64).

Isto posto, argumento que esta pesquisa trata de cultura à medida que considera a prática da violência intrincada a um fazer cultural, um traço da “fealdade” de nossa cultura. A partir do entendimento aqui proposto, teríamos um conjunto de práticas sociais que indicariam uma “cultura da violência”, ou seja, entendemos que para além das condições sócio-econômicas de nosso país – agravadas pelo avanço das políticas de perspectivas neoliberais, principalmente a partir dos anos 80 – teríamos também um fator cultural historicamente presente em nossa sociedade que corrobora para explicar o atual quadro do fenômeno da violência em nosso país. O termo “cultura da violência”, para ser melhor esclarecido, precisa ser abordado a partir de uma visão relacional do conceito de cultura. É relacional à medida que nem todas as aferições do termo podem ser diretamente relacionadas ao conceito. Ela parece se compor de práticas marcadas por regras muito próprias, nas quais a ineficiência e a ausência, ou até mesmo deslegitimação das regras sociais, abrem brecha para o uso da força e práticas persecutórias para resolução de conflitos de toda natureza.

Para Marcondes Filho (2001), haveria uma cultura da violência, à medida que cultura como *habitus* incorpora as práticas de violência. Nossa sociedade seria marcada por um fazer violento, uma cultura que tolera excessos. Em suas argumentações, o que possibilita cada uma destas características serem consideradas no campo da cultura, é o fato de “serem algo consciente ou inconscientemente cultivado dentro de uma certa

comunidade (real ou difusa); as pessoas serem educadas segundo esse procedimento” (2001:21). Com ênfase, o autor argumenta que:

Mais correto seria acreditar que as formas notórias e amplamente divulgadas da violência são a face pública de uma forma de violência, cuja face privada e microsocial é esse tecido de relações cotidianas em todos os níveis e situações tidas como normais (idem).

Costa (1993) propõe uma aproximação entre cultura da violência e o conjunto de atitudes que, na ausência de mecanismos institucionais de mediação das normas sociais, passam a servir de parâmetro para sistemas morais particularizados em que as regras de convivência social assumem dimensões privadas. Assim, “indivíduos e grupos passam a arbitrar o que é justo ou injusto, segundo decisões [...] dissociadas de princípios éticos válidos para todos” (Idem, 1993:84).

A “cultura da violência”, apresentada como proposta de reflexão para este trabalho, não pode ser encarada apenas como tema acadêmico sobre o qual realiza-se teorias profundas e novas descobertas, mas, principalmente, abordada enquanto fenômeno social que afeta direta e indiretamente todos nós, interferindo sobremaneira a dinâmica de nossas vidas e nosso posicionamento diante das instâncias mais diversas possíveis. Na vida pública, a formatação da política institucional se deu sob a herança despótica que acompanhou os colonizadores, abrindo espaço para tolerância de determinadas práticas que contrariam os princípios fundamentais do estado democrático. Em nossas relações de sociabilidade de pequeno âmbito, estamos tão submersos aos acontecimentos e noticiários sobre violência, que essa ganha aspectos de naturalidade no meio social. Com efeito, o mapeamento urbano de nossas cidades assume uma nova estética: cercas elétricas, câmaras eletrônicas e os mais diversos aparatos de segurança revelam o medo e a insegurança que toma conta de nosso cotidiano. A proliferação de empresas de segurança privada oferecendo um variado leque de serviços, a configuração da vida em prédios, condomínios fechados e seus congêneres são alguns dos aspectos que apontam para uma vulnerabilidade da segurança na vida privada.

A violência televisualizada – O programa Cadeia Neles

Durante todo o processo de desenvolvimento tecnológico dos aparatos midiáticos, a cobertura de atos e conflitos violentos tornou-se cada vez mais presente e com maior alcance de público. Pensando em termos de mídia brasileira, podemos afirmar que desde os seus primórdios a imprensa já dedicava um considerável espaço ao tema da violência. Um bom exemplo para sustentar esta afirmação é recordar da Guerra de Canudos, ocasião, na qual alguns dos jornais mais expressivos daquele período enviaram importantes figuras do meio jornalístico para cobrir o conflito (GALVÃO, 1974).

Desde meados da década de 1980, as televisões brasileiras começaram a apostar suas fichas em programas jornalísticos que abordavam a violência em suas pautas. Constituídos com uma receita muito simples, recusando todas as técnicas que possam gerar complexidade ao seu entendimento e absorção por parte do telespectador, se orientavam por uma lógica geral da televisão em que as possibilidades de recepção cunhada sob uma perspectiva crítica são costumeiramente minimizadas – as imagens e os sons ganham predominância sobre as reflexões – opera-se a lógica da brevidade, à medida que as inserções comerciais influenciam sobremaneira a relação com o tempo.

O objeto de reflexão empírico deste trabalho será o programa jornalístico Cadeia Neles, apresentado de segunda a sábado pela TV Gazeta, retransmissora, no estado de Mato Grosso, da Rede Record de Televisão. Orientado pela temática da violência, da transgressão de valores legais, morais e sociais, a principal peculiaridade de nosso objeto é a posição que ocupa no “*ranking*” da audiência entre os programas locais do gênero.

Desde a sua fundação, em 1993, as pesquisas de audiência vêm demonstrando a posição privilegiada do programa em relação aos seus concorrentes. Segundo depoimento de seu atual produtor⁴, o programa Cadeia Neles foi concebido para ser o “carro chefe” da TV Gazeta, inaugurada também no ano de 1993. À época, a intenção dos produtores era a de ter um programa que alavancasse a audiência da nova emissora constituindo-se como sua principal atração. Foi um programa que sua produção considera como “um fenômeno da televisão regional”, pois já em suas primeiras exibições alcançou um valoroso índice de

⁴ Depois de algumas tentativas, conseguimos – em maio de 2007 - agendar e realizar uma conversa com o atual produtor do *Cadeia Neles*. O encontro foi informal, mas contribuiu com informações nas quais me baseio para escrever as próximas linhas deste tópico.

audiência, o qual vem se mantendo ao longo dos anos, equiparando-se aos jornais de emissoras historicamente consolidadas.

Podemos propor uma classificação do programa em três fases que marcam seus 14 anos de existência. A primeira fase denota o início do programa, apresentadores e repórteres caricaturados e pitorescos eram algumas de suas características. Um formato, que segundo seu atual produtor, evidenciava-se com fortes apelos de sensacionalismo e uma produção menos qualificada do ponto de vista, tanto da prática jornalística, quanto da utilização de recursos técnicos. O segundo momento, ou segunda marca do programa, tem início com uma melhora significativa em seu aspecto técnico assumindo, mais claramente, o formato enquanto gênero de jornalismo policial. Esse é o seu período mais longo, por ele passaram apresentadores que atuaram por mais tempo no comando do programa e, conseqüentemente, tiveram como recompensa a prospecção da carreira na vida pública, a exemplo do Deputado Federal Lino Rossi e, em seguida, Clóvis Roberto que se mantém até hoje à frente do programa *Cadeia Neles*. O terceiro momento, consolidado no início de 2007, visa implementar uma nova interpretação para o programa, com ênfase em seu caráter informativo, além de deixá-lo mais dinâmico e menos apelativo, buscando suavizar as imagens. Percebe-se assim pautas que discutem as variedades do cotidiano, passando por abordagens políticas e de entretenimento. Segundo o produtor, seu objetivo é inserir um número maior de pautas na programação (matérias curtas e com alta qualidade técnica, edição mais elaborada, aprimoramento de outros recursos na narrativa audiovisual), proporcionando um maior dinamismo. Seguindo a premissa da interatividade com seus expectadores, o programa disponibiliza um correio eletrônico, por onde o público pode fazer críticas, mandar fotos e dados de pessoas desaparecidas, ou até mesmo prestar denúncias e disponibilizar informações do paradeiro de pessoas “suspeitas”.

Nossa observação terá como foco esta “segunda-fase” do programa, mais precisamente, o conjunto de reportagens gravadas no primeiro semestre do ano de 2006. Durante o desenrolar da observação de nosso corpus da pesquisa, acompanhamos visualmente um número aproximado de 33 edições do telejornal *Cadeia Neles*, que foram gravadas em fitas K-7 para posterior revisão. Tivemos o cuidado de realizar as observações em vários meses diferenciados – o que nos permitiu um panorama mais abrangente das principais caracterizações que permeiam o programa.

Mais algumas palavras

Discutiremos neste trabalho, algumas das caracterizações dos meios de comunicação de massa, e dentre estes, mais especificamente a televisão. É importante compartilhar com o leitor, que não partimos de uma avaliação que julga a televisão, unicamente como instrumento de alienação e domínio, nem daquela que percebe o receptor como uma entidade passiva, que absorve de forma acrítica todas as estratégias ideológicas que compõem o bem simbólico disponibilizado através do meio. Pensamos sim, tal como propõe Martín-Barbero (2003) e Bourdieu (2003), a televisão como um espaço de negociação de sentidos, no qual, o produtor, para além de seus interesses ideológicos (que não negamos que existam, e até concordamos que estes perfazem grande parte dos conteúdos veiculados), também se submete a determinadas regras impostas pelo próprio meio, e uma delas considera o lado do receptor, ou seja, as possibilidades concretas por parte do público em “consumir” os bens produzidos.

Por outro lado, percebemos o meio televisivo, indiscutivelmente, como espaço privilegiado de intervenção no debate público, assim sendo, concordamos que ela contribui sobremaneira para consolidar valores e práticas no meio social, o que, no nosso entender, justifica a preocupação de um olhar epistemológico sob os discursos e as ações implementados por este instrumento no meio social.

A televisão, sem dúvida, destaca-se cada vez mais como um dos principais suportes de distribuição dos elementos que são apropriados pela indústria cultural. Durante o seu desenvolvimento conseguiu encontrar espaços a partir da mediação que estabelece com os sujeitos sociais, tornando-se um elemento marcante na divulgação dos valores. No entanto, vale reiterar: há que se avaliar o “poder” instituído à televisão, sob uma perspectiva dialética, pois, por mais que os valores veiculados por ela influenciem na vida social e política dos membros da comunidade, tal influência é realizada sob determinados limites, impostos tanto pelas regras internas do próprio meio, já mencionadas anteriormente, como pela capacidade de crítica e rejeição de seu público. Também não compartilhamos de uma visão “romantizada” do público, de que este possui todas as qualidades intelectuais para projetar suas recusas em relação aos conteúdos veiculados. No entanto, estes possuem uma certa possibilidade de rejeição que pode ser gerada, por exemplo, pela própria saturação da informação ou de modelos “fechados” de entretenimento simbólico. Os estudos de

comunicação e cultura latino-americanos⁵ indicam que o receptor possui uma carga, uma história de vida, que é mobilizada ao processar a interpretação dos códigos. Não é nossa tarefa, ao menos nesta pesquisa, desvendar todas as implicações proporcionadas pela exposição dos bens simbólicos disponibilizados pela televisão na vida dos sujeitos sociais, mas, de início concordamos com a posição dialética proposta por Bucci: “se não é verdade que sejamos todos manietados pelas imagens da TV, também não é verdade que o mundo ideal é um mundo sem TV ou, ainda, um mundo em que a TV só mostre atrações cor-de-rosa” (2001:18).

Esta abordagem não tem a intenção de encerrar este assunto, muito pelo contrário, ela se coloca como ponto de partida na tarefa de tentar entender “*como*” e “*porquê*” a banalização e naturalização da violência, promovida por programas de cunho sensacionalista, compõem, ainda no século XXI, uma importante matriz de audiência da TV brasileira.

Breve panorama dos capítulos

As argumentações e análises propostas neste trabalho estão divididas em duas partes que se complementam e se corroboram em seu acontecer teórico. Na primeira delas, desenvolvemos dois capítulos. No capítulo primeiro buscamos trazer um breve histórico do meio televisivo enquanto instrumento de produção e difusão de bens simbólicos e sua intervenção no debate público. Será discutida a noção de “campo jornalístico”, nos termos propostos por Bourdieu (2003), fazendo um paralelo com as contribuições de Marcondes Filho (1989), contemplando as relações do jornalismo com outros campos da vida social, focando a atenção sobre sua prática enquanto instituição-suporte na legitimação de discursos na sociedade capitalista. O conceito de notícia será abordado segundo uma perspectiva que questiona a concepção de imparcialidade da prática do jornalismo, defendida majoritariamente por seus produtores. Fechamos esta primeira parte do trabalho, com uma breve discussão sobre algumas das caracterizações que imprimem a marca do jornalismo de televisão, fazendo um recorte no Jornalismo Policial, foco de análise desta pesquisa.

⁵ Martin-Barbeiro, 2003; Brittos, 1999; Canclini, 1991, entre outros.

O segundo capítulo versa, mais detidamente, sobre a discussão do fenômeno da violência. No primeiro momento apresentamos o entendimento que este trabalho adota a respeito da questão, a partir das contribuições de Wieviorka (1997), Santos (1997) entre outros. Partimos de uma discussão global do fenômeno para uma abordagem centrada na realidade brasileira, argumentando que a situação existente no país, a partir da implementação das políticas neoliberais, afetou negativamente um número significativo de sujeitos da classe trabalhadora, configurando um quadro social no qual as práticas de violência acentuaram-se, contribuindo para uma sensação de insegurança no meio social. Seguindo essa lógica, traçamos uma breve apresentação do processo de ocupação territorial que envolveu a cidade de Cuiabá-MT, elucidando dois momentos históricos considerados importantes para avaliar o quadro da violência urbana local em tempos contemporâneos. Tal discussão abriu caminho para as análises empreendidas na segunda parte do trabalho. No capítulo três qual abordamos alguns aspectos que marcam a singularidade do telejornal analisado, sua relação com o público e as estratégias empreendidas na elaboração das pautas que preenchem sua programação.

O quarto capítulo tem seu foco sobre o objeto de análise proposto para esta dissertação: o telejornal *Cadeia Neles*. Através da exploração analítica do conjunto de reportagens selecionadas, buscamos elucidar as principais formas de intervenção implementadas pelo programa, sua posição enquanto instância que forma e conforma valores sociais e o modo como ele apresenta para o seu “grande público” os atos de violência cotidianamente registrados por sua câmera.

PARTE I

MÍDIA, VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA

Capítulo I

Televisão e Jornalismo: referentes que interagem no cotidiano social

“É tempo de devolver aos conteúdos veiculados o papel que é deles, nas transformações culturais e psicológicas de nossa época”

Lipovetsky (1989:229)

De alguma forma, e principalmente devido a presença ostensiva dos bens simbólicos produzidos pelos *medias* na vida dos sujeitos sociais, a comunicação jornalística, parte considerável destes bens, é uma instância que intervêm no processo de construção da realidade, mesmo que também sofra a interferência desta realidade. Nesse sentido, os estudos a respeito das influências sociais dos meios de comunicação⁶, indicam que a vida social é instrumentalizada, em grande parte, sob o acervo social de conhecimento constituído, em certa medida, pelos valores e normas veiculados cotidianamente pelos meios de comunicação. A narrativa jornalística, através de uma linguagem dotada de características próprias (relacionadas ao meio tecnológico, e as implicações do próprio campo), intervém na conformação das dinâmicas sociais, desencadeando mecanismos que afetam toda a atividade dos agentes na aquisição e reforço dos conhecimentos e normas pelas quais se pauta a compreensão do mundo. A operação dos agentes sobre o campo social realiza-se tendo como referência este *capital cultural*, que compõem o *habitus*⁷ de um indivíduo ou grupo de indivíduos. A constituição do

⁶ SOUSA (1999) faz um excelente catálogo sobre as principais hipóteses de intervenção da atividade jornalística na realidade social. Dentre elas, a hipótese do *agenda setting*, a teoria da *tematização*, a hipótese do *espiral do silêncio* são alguns exemplos das estratégias sob as quais, os meios jornalísticos buscam proporcionar pontos de vista sobre a realidade e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas quotidianos que são debatidos no espaço público.

⁷ O conceito de *habitus* é uma noção que perpassa em diversos momentos pelas reflexões de Bourdieu. Para melhor entender este conceito (que se relaciona diretamente ao modo de vida dos agentes, seu posicionamento em uma determinada estrutura objetiva e sua ação no meio social) usaremos a própria descrição do autor: “Sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingí-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro” (BOURDIEU (b), 1982: XL). Falando de uma forma mais simplificada, seria o conjunto de disposições que interferem em um indivíduo e que o fazem pensar, perceber e agir de determinada maneira e não de outra.

habitus (referenciado enquanto conjunto de valores individuais, todavia constituídos socialmente a partir das possibilidades objetivas dos indivíduos, que não se comportam como valores estáticos, mas que estão em constantes mudanças e tendem a influenciar nas práticas cotidianas do indivíduo compondo parte de sua cultura e de sua personalidade) será de fundamental importância para o delineamento da construção dos referentes para as ações dos indivíduos e/ou de um grupo social determinado.

As discussões neste capítulo caminharão no sentido de contribuir com o entendimento destas proposições, discutindo sobre a televisão e a atuação específica da atividade jornalística, e o *campo jornalístico* onde são travadas as lutas pela hegemonia no meio social.

A televisão, enquanto meio de produção e divulgação audiovisual, surge no cenário internacional em meados da década de 30, inaugurando um novo paradigma em relação a instrumentalização dos meios de comunicação. Este novo aparato midiático reunia a capacidade de agregar o dispositivo sonoro do rádio à veiculação de imagens em movimento. Em seu primeiro momento, foi objeto de desejo e consumo de uma pequena elite, que projetava na tela os valores da *alta cultura*. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a televisão passa sistematicamente a ter sua produção em escala industrial, tornando um bem material mais acessível em termos de valores econômicos, o que contribui para sua aquisição também pelas classes populares.

A expansão do meio televisivo no pós-guerra suscitou um intenso debate entre a intelectualidade e os críticos que buscavam suas reflexões sobre a análise da cultura. Para Machado (2003:17), as duas “frentes” de reflexões que mais se destacaram foram as de perspectiva “adorniana” e “mcluhiana”. A primeira, cunhada sob uma análise crítica do meio televisivo, identificava, no geral, uma banalização dos bens culturais produzidos sob a dinâmica da massificação cultural e mobilizada estrategicamente sob um viés mercadológico. Nessa perspectiva, os meios de comunicação de massa constituem-se em instrumentos que impõe limites à reflexão, em sua tendência de converter quase tudo ao entretenimento. Nesta linha, a televisão configura-se como meio propício de legitimação ideológica ao contribuir, através da difusão de bens simbólicos massificados, para a “ausência do pensamento autônomo” e, como consequência, corrobora na desmobilização

dos atores sociais em sua efetiva participação na esfera pública. A segunda “frente”, se constitui sob uma abordagem funcionalista do meio televisivo desenvolvendo sua análise a partir da compreensão técnica dos meios. Para estes, os possíveis efeitos das mensagens são inseparáveis do próprio meio que as definem, neste sentido, o meio televisivo veio para consolidar tendências em relação aos meios técnicos, alterando e acelerando processos culturais já existentes.

No Brasil, a expansão da TV enquanto fenômeno de massa, só veio mesmo a se consolidar a partir da década de 1960⁸. Segundo Bucci (*apud* BORGES, 2002:55), em seu “tempo de ouro”, a televisão reservou-se em atender aos desejos do consumidor-telespectador, sem ter como prioridade em sua programação a abordagem dos contratempos da vida cotidiana.

A televisão, acompanhada pelo rádio, foi instrumento primordial para a popularização do discurso desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, ainda em meados da década de 50. Após o golpe militar, no ano de 1964, o novo regime assegurou-se do uso da televisão como importante meio para divulgar as mensagens de um suposto progresso social baseado no crescimento econômico e na segurança interna do país. Para isso, fez uso de enredos ficcionais e de maciças campanhas institucionais que buscavam a legitimação do regime junto à sociedade.

Em pouco tempo, a televisão passa a ocupar um papel fundamental, quer na função de produtora e difusora de bens simbólicos, quer em seu aspecto político, constituindo-se em um importante canal para os debates públicos, e influenciando a formação da opinião pública nacional.

Cevasco, fala de sua importância na consolidação de valores sociais:

A televisão como o rádio, de que toma muito do conteúdo, é a tecnologia aplicada dessa fase do capitalismo industrial e responde com perfeição a suas novas necessidades de comunicação e controle. Trata-se do dispositivo mais adequado ao modo específico de organização da vida social sob o capitalismo tardio (2001:230).

De fato, como propõe a autora, não parece sustentável a argumentação que defenda uma intenção democrática quanto ao desenvolvimento da televisão enquanto meio de comunicação, mas não dá para negar que o modo como se constitui a sua linguagem, o seu

⁸ A primeira emissora que passou a transmitir o sinal de TV no Brasil, ainda no início da década de 50, foi a *Tupi-Difusora*, de propriedade do jornalista Assis Chateaubriand, dono de um conglomerado de meios de comunicação intitulado *Diários Associados* (BORGES, 2002:43)

discurso, torna democrático o entendimento das mensagens, ou melhor, a leitura e interpretação dos códigos básicos contidos nos conteúdos transmitidos. Sendo assim, não é necessária nenhuma espécie de “treinamento” para assistir à televisão; isso, acompanhado pela facilidade material de seu acesso⁹, a torna um instrumento de difusão simbólica incontestavelmente popular.

Apesar da referida popularização no acesso material do aparelho e da facilidade ao acesso simbólico da linguagem televisiva, o principal componente da manipulação está ligado à centralização da transmissão, que pode ser “controlada” por seus produtores (CEVASCO, 2001:229).

A sensação tranqüilizadora, que muitas vezes pode ser obtida através da leitura passiva dos bens simbólicos transmitidos pela televisão, tem a ver, segundo Cevasco, com a capacidade do meio televisivo de “produzir a noção de consenso em uma sociedade atomizada”. Neste sentido, uma das ações implementadas pelo meio televisivo é a abordagem, em sua programação diária, de assuntos que são de natureza a interessar um grande contingente de telespectadores. Bourdieu (2003) chama isso de “fatos-ônibus”, por serem de interesse geral, por não envolverem disputa e não dividirem as opiniões; interessam a todo mundo, mas de um modo geral não tocam em nada de importante. Ou seja, as diferenças sociais e econômicas parecem ser amalgamadas em grande parte na programação televisiva, e, principalmente nos programas que tendem ao entretenimento: “a própria estruturação do tratamento televisivo da realidade social ilustra como a tecnologia ajuda a produzir os significados e valores mais condizentes com a situação sóciopolítica onde atua” (CEVASCO, 2001:233).

Ao dar prioridade aos temas relacionados ao entretenimento, o meio televisivo como um todo, garante uma relação segura com sua audiência – pois parte do princípio de que tal programação agrada a um número significativo de expectadores - ao mesmo tempo em que deixa em segundo plano informações relevantes que os agentes sociais deveriam possuir para exercer seus direitos democráticos.

⁹ A produção em série dos aparelhos televisivos a partir do final da década de 1970, proporcionou uma considerável queda em seu preço de venda ao consumidor final, abrindo possibilidades para que uma grande parcela da população pudesse, com maior facilidade, adquirir o aparelho.

1.1 - O campo jornalístico

As discussões empreendidas neste trabalho filiam-se a uma visão da atividade jornalística que vai à guisa dos estudos críticos, os quais orbitam em torno dos estudos culturais (Williams, Barbero, etc) e da teoria da hegemonia¹⁰. Tais estudos, em linhas gerais, defendem que os meios jornalísticos, além de serem instrumentos de difusão de informações, são, também, estruturas que tendem, dentro de suas limitações, a contribuir para um estado de coisas que parece não satisfazer ao conjunto dos cidadãos. Representam interesses cujas prioridades vão ao encontro das relações sociais dominantes de poder, muitas vezes naturalizando-as e, por conseguinte, trabalhando no sentido de inviabilizar mudanças radicais no seio da sociedade, às quais poderiam comprometer as atuais configurações do *status quo*.

A idéia de *campo*, seguindo as reflexões propostas em vários estudos por Bourdieu¹¹, pode ser pensada como um determinado espaço social onde um certo número de agentes e/ou instituições concorrem para um determinado fim que compreende interesses de caráter político, econômico e cultural. Neste sentido, poderíamos falar de *campo intelectual*, no qual um certo número de agentes concorrem para obter legitimidade na produção do saber – a própria noção de legitimidade acadêmica parece se constituir a partir de uma disputa; de *campo cultural* (no sentido restrito do termo) onde um certo número de artistas concorrem para o reconhecimento de suas obras e de seu trabalho enquanto produto artístico.

Partindo da concepção proposta no parágrafo anterior, pensar o jornalismo enquanto *campo* permite-nos a possibilidade de considerar que uma série de agentes e instituições, e conseqüentemente interesses de todas as ordens, concorrem para sua prática. Nessa linha, a atividade jornalística é operada sob a influência de um *campo* – espaço social determinado – no qual um certo número de agentes e/ou instituições concorrem entre si visando obter uma posição privilegiada que contribua tanto para o acúmulo de

¹⁰ Nesta perspectiva, a comunicação jornalística - ao dar visibilidade apenas a certos acontecimentos e a certas idéias e, ao participar nos processos de interpretação e de significação construídos sobre esses acontecimentos e sobre essas idéias, seria uma das mais importantes forças de sustentação e consolidação da ideologia dominante e hegemônica (SOUZA, 1999).

¹¹ Sobre isso, ver: A Reprodução (Bourdieu:1982); A Economia das trocas simbólicas (Bourdieu:1982); Sobre a Televisão (Bourdieu:2003).

capital cultural e econômico, quanto para a hegemonia do capital simbólico produzido no campo considerado.

Para Bourdieu (2003) a prática do jornalismo não pode ser avaliada enquanto uma prática autônoma e sim como uma atividade que se exerce em um campo específico, mas que é influenciado por uma série de interferências de outros campos, como o político e o econômico. Assim, o campo jornalístico tem sua autonomia comprometida à medida que se vincula diretamente às regras de mercado, necessárias à sua sobrevivência enquanto empresa e pela incessante busca de uma boa colocação no índice de audiência. Ou seja, para o autor o *campo jornalístico* configura-se como um campo, cuja produção simbólica se constitui necessariamente permeado de interesses comerciais e políticos e pautada por uma série de regras internas que nem, sempre ficam explícitas para a maioria dos leitores e telespectadores.

A problematização proposta por Bourdieu (2003) soma-se às observações de Marcondes Filho (1989), o qual acredita que criar jornais é, antes de tudo, viabilizar canais por onde determinados grupos e instituições presentes na sociedade possam encaminhar seus interesses e afirmar suas opiniões no espaço público, quer elas de ordem política e econômicas, quer elas de cunho sócio-cultural.

A expressão *conglomerado jornalístico* utilizada por Marcondes Filho (1989), parece contemplar as observações propostas por Bourdieu¹² (2003) ao discutir o *campo jornalístico* a partir da realidade da França da década de 90. Mesmo estando em nações distintas, cuja intervenção das forças políticas também se constituem de forma diferenciada, as observações propostas parecem caminhar para um consenso: o conglomerado jornalístico “é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados [...] que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade” (Marcondes Filho, 1989:11).

De uma forma geral, a noção de *campo jornalístico* privilegia a idéia de que a mídia, para além de simples produtor de bem simbólico, atua enquanto conglomerado econômico e, como tal, está sujeita a determinadas regras que regem o mercado de bens simbólicos. Isto implica em dizer, que os interesses manipulados pela mídia se submetem, também eles, às regras do mercado. Disto decorre, conforme a interpretação de Teixeira

¹² A análise proposta por Bourdieu tem seu olhar sobre a realidade da França, mas acreditamos que as representações da televisão e das práticas profissionais dos jornalistas encontradas pelo autor naquele país, podem ser tidas (em suas devidas proporções) como referência também para a realidade brasileira.

(2002), a dupla tarefa imposta ao campo televisivo: “de um lado, não se afastar das concepções culturais e matrizes do senso comum dominantes na sociedade; de outro, prender a atenção dos telespectadores pelo incomum, o fascinante” (Idem, 2002:40).

Partindo da concepção que *conglomerado jornalístico* ou, se preferirmos, *campo jornalístico* constituem-se como bases para outros campos e, conseqüentemente, outros interesses – que como dissemos, estão além do simples fato de informar – podemos ponderar que a prática do jornalismo comporta-se majoritariamente como uma instituição suporte na sociedade capitalista, à medida que contribui, através da veiculação de bens simbólicos, para a conformidade do *status quo*. No entanto, devemos considerar também, que este meio, como qualquer outro, está sujeito às suas próprias contradições. Vez ou outra, pode-se observar discursos que fogem a esta perspectiva, até mesmo questionando as dinâmicas internas do próprio meio. Assim foi, por exemplo, no período do regime militar onde determinados jornais adotaram uma postura de oposição às vozes oficiais dos militares e por conseqüência, sofreram represálias por parte do poder constituído¹³.

Ao pensarmos o *campo jornalístico* fazendo um recorte específico na tipologia que marca o telejornal ora em estudo, podemos defender que o *Cadeia Neles* ocupa uma posição dominante dentro do seu campo de atuação¹⁴, considerando a detenção de um notável capital social que se converte em audiência. Ao ocupar tal posição, torna-se referência, pois, passa a servir de parâmetro a ser seguido por outros programas que buscam atingir o mesmo público. De acordo com as pesquisas locais a respeito da audiência dos telejornais de cobertura regional, o programa tem a “preferência” do público – resultado que se afirma pela terceira vez. Tal posição semi-hegemônica nos permite afirmar que, de fato, o *Cadeia Neles* tem uma relevância social à medida que consegue transmitir bens simbólicos para um número significativo de pessoas.

¹³ Entre os jornais censurados, fechados ou invadidos pela força repressora da ditadura, podemos citar: *Última hora*, cujas sedes no Rio e em Recife foram invadidas; *A Folha da Semana*, que foi fechado pela Marinha; foram presos jornalistas do jornal de Brasília *Jornal do Brasil*, e do jornal carioca *Correio da Manhã*, após o AI-5, foi censurado o jornal *O Estado de São Paulo*. (GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002:207-221)

¹⁴ Consideramos como campo de atuação do *Cadeia Neles*, o campo que compreende o conjunto de noticiários de abrangência estadual que possuem em repertório temático o destaque a abordagem da violência e da criminalidade. Dentre eles, o programa *Olho Vivo na Cidade*, o *Baixada 40º* e o *Comando Geral*.

1.2 - O conceito de notícia

A atividade jornalística traz como uma de suas práticas fundamentais, a disponibilização de notícias, sejam elas de caráter opinativo, sejam elas de caráter direto, abordando parte dos acontecimentos que perfazem o quotidiano social. Questões de todas as ordens são selecionadas, segundo critérios próprios do campo jornalístico e oferecidas constantemente ao conhecimento público por intermédio dos meios de comunicação. Neste sentido, podemos propor o entendimento de *notícia* como a seleção (realizada pelos produtores dos bens simbólicos) de determinados acontecimentos, reais ou fictícios, que serão transformados em informações e oferecidos ao público ou telespectadores.

Para Sousa (1999) toda notícia se constitui como tal a partir do atravessamento de uma série de forças que interagem e complementam, considerando as seguintes intervenções: (1) ação pessoal (as notícias resultam parcialmente das pessoas – o jornalista, o produtor, etc - e das suas intenções); (2) ação social (as notícias são fruto das dinâmicas e dos constrangimentos do sistema social, particularmente do meio organizacional que foram fabricadas); (3) ação ideológica (as notícias são originadas por forças de interesse que dão coesão aos grupos, seja este interesse consciente e assumido ou não); (4) ação cultural (as notícias são um produto do sistema cultural em que são produzidas, que condiciona quer as perspectivas que se tem do mundo quer a significação que se atribui a esse mesmo mundo); (5) Ação do meio físico e tecnológico (as notícias dependem dos dispositivos tecnológicos que são usados no seu processo de fabrico e do meio físico em que são produzidas); e (6) ação histórica (as notícias são um produto da história, durante a qual interagiram as cinco forças restantes que enformam as notícias que temos). Nesse sentido, conclui o autor: os meios jornalísticos, por meio do processo de construção da notícia, contribuem para proporcionar notoriedade pública a determinadas ocorrências, idéias e temas, atribuindo-lhes sentido arbitrário em consequência da intervenção das forças descritas anteriormente. As categorias propostas pelo autor, para terem efeitos de análise, não podem ser avaliadas de forma pura, visto que interagem entre si, constantemente, no processo de produção e disponibilização pública de informações, empreendidas pelos meios jornalísticos. Por fim, devemos relacionar todas as categorias expostas, sem perder de vistas todas as implicações a que está sujeito o campo próprio onde atuam e disputam os meios noticiosos.

Contrapondo-se a noção de “notícia direta”, constituída na prerrogativa da prática do jornalismo objetivo, e pensando a notícia como instrumento do “jogo de forças” da sociedade, Marcondes Filho, apresenta o seguinte conceito de notícia:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso, a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo (1989:13).

Apesar de todas estas influências que se entrelaçam no processo de construção, seleção e disponibilização de notícias pelo meio jornalístico, existe um outro fator, conforme já indicamos anteriormente, que pode ser considerado como uma espécie de baliza de todas estas ações. Tal aspecto está ligado a uma lógica geral da televisão que exerce influência também sobre o telejornalismo, ou seja, o meio jornalístico da mídia hegemônica é também uma instituição empresarial, que oferece a seus supostos “consumidores” produtos simbólicos, além de se sustentar, enquanto meio empresarial, a partir do lucro obtido na venda destes produtos. Com isso quero ressaltar que, em última instância, a notícia se converte em produto – em bem simbólico a ser disponibilizado para venda/consumo – e como tal, deve ter componentes que agradem a um número significativo de “consumidores”. Dito isto, as notícias, de um modo geral, obedecem à lógica da relação mercado-consumo. São articuladas de forma a não causar incômodo aos telespectadores e, ao mesmo tempo, sob a necessidade de prender-lhes a atenção, além de buscar códigos que implementem a possibilidade de identificação com o seu público, mobilizando valores e significados majoritários no meio social.

Souza (1999) defende também, que as notícias, de alguma forma, corroboram para a definição de uma noção partilhada daquilo que é atual e importante e daquilo que não o é. Proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações pelo seu consumo e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas cotidianos do meio social.

Ao comentar algumas das características do jornalismo contemporâneo, Bourdieu, complementa: “levados pela concorrência por fatias de mercado, as televisões recorrem cada vez mais aos velhos truques dos jornais sensacionalistas” (2003:73). O uso de programas jornalísticos cada vez mais apelativos que, eventualmente, aproximam e despertam a atenção do público, são alguns dos exemplos para demonstrar tal percepção.

Tais programas, tratam “de tudo que pode suscitar um interesse de simples curiosidade, e que não exige nenhuma competência específica prévia, sobretudo política” (Idem).

Outra prática do jornalismo, observada por Marcondes Filho (1989), é a condução do que o autor denomina de “dialética da aterrorização e tranquilização”. Trata-se do enlace entre notícias “quentes” e notícias “frias”. Essa dialética é composta pelo fluxo de notícias que ora comportam preocupações no mundo do receptor, ora, funcionam como espécie de tranqüilizador que o relaxa, que o distrai e o conforta. São noticiados fatos que podem ser tomados como possíveis motivadores de indignações (como por exemplo as informações que tornam pública as práticas de corrupção no âmbito político institucional, as agressões dos agentes policiais a cidadãos inocentes, o descaso e incompetência de autoridades na gestão dos serviços públicos, etc), porém, vinculadas a estas, são disponibilizadas informações apaziguadoras, que abordam, por exemplo, o esoterismo da natureza, informações esportivas, e outras vertentes de dados que não geram controvérsias¹⁵. Essa lógica também passa por questões de mercado: nenhum meio sobreviveria, economicamente falando, se abordasse em seu conteúdo somente notícias catastróficas ou mesmo questionadoras, pois, muito provavelmente passaria a viver sob um quadro de pendências econômicas com a desvinculação dos patrocinadores e anunciantes por um lado, e o afastamento do público expectador, por outro.

Parece coerente afirmar que as possíveis interpretações de conteúdos podem ser absorvidas de formas diferenciadas pelos respectivos conjuntos de seus interlocutores, principalmente em função de seus valores, ideologias, e estratégias perceptivas e cognitivas. Neste sentido, Machado problematizando as interpretações que consideram o expectador como entidade passiva, incapaz de absorver os conteúdos veiculados de forma minimamente crítica, considera que “a significação no telejornal é função do contexto cognitivo ou sociocultural do processo de interpretação, razão porque ele sempre transborda de qualquer interpretação” (2003:100). Defendendo tal argumento, o autor demonstra dois exemplos em países diferentes, onde as abordagens dos fatos pelo jornalismo foram interpretadas de diferentes formas pelo público receptor. Segundo observou:

¹⁵ Demonstra-se como uma constante na estratégia da mídia contemporânea, principalmente nos telejornais, a veiculação de reportagens que abordam as práticas humanitárias de indivíduos ou mesmo ONG's, que parecem se somar ao rol das pautas apaziguadoras da opinião pública.

Durante a Guerra do Golfo Pérsico, houve manifestações contra a CNN nos EUA e em várias outras partes do mundo, ora por considerar que a rede favorecia o Pentágono e fazia propaganda das forças aliadas, ora por achar que ela abria demasiado espaço a Saddam Hussein e lhe dava acesso à opinião pública mundial [...] Por ocasião da Guerra das Malvinas, parte do público inglês se mobilizou contra a BBC, por considerar sua posição “alternativa” demasiado hostil à intervenção militar, enquanto outra parte acusou a mesma rede estatal de capitular diante da censura e de sacrificar sua independência em nome da sobrevivência (idem).

1.3 - O Jornalismo de Televisão

Dentre os vários formatos televisivos presentes nas programações diárias das emissoras de televisão está o telejornalismo. Esse gênero televisivo entra em cena trazendo em seu bojo a herança do jornalismo de imprensa e a brevidade do jornalismo radiofônico, acoplando a imagem ao discurso verbal e disponibilizando aos *leitores* o espetáculo em movimento. Receita que parece ter dado certo, pois, desde o seu surgimento este vem ocupando espaços significativos na programação televisiva. Seu aspecto técnico é descrito por Machado, como a composição de “distintas fontes de imagem e som, gravações em fita, filme, material de arquivo, fotografia, gráficos, mapas, textos, além de locução, músicas e ruídos” (2003:104).

O telejornalismo brasileiro foi inaugurado em 1950 pela TV Tupi. O *Imagens do Dia* era composto por uma seqüência de filmes, em 16 mm, que abordavam os recentes acontecimentos da cidade de São Paulo. Em 1952, deu-se início as transmissões, também na TV Tupi, do telejornal diário *Telenotícias Panair* que serviu de experiência para o seu sucessor o *Repórter Esso* (BORGES, 2002:47). Com um discurso oficializado, o telejornal pretendia ser o enunciador de importantes feitos promovidos pelo regime militar.

Se em seu primeiro momento o telejornal formatava-se de maneira extremamente simplificada (as notícias veiculadas nos jornais impressos eram lidas pelos apresentadores sem nenhuma adaptação e sem recursos de entonação na composição das falas), o mesmo foi, ao longo de seu desenvolvimento enquanto gênero, adequando-se ao suporte televisivo e assumindo características singulares, que particularizam o seu funcionamento e o seu *modus operandi*. Uma dessas capacidades, bastante valorizadas no jornalismo de televisão,

é a possibilidade de transmissão ao vivo do fato noticiado, conferindo, em tese, uma maior objetividade ao conjunto das informações noticiadas¹⁶.

Transmitir ao vivo parece ser um dos atuais “medidores” de confiabilidade dos telejornais, já que - através desta prática - disponibiliza a presença da equipe de televisão no local do acontecimento e, além de tudo, abre canais para a enunciação de outros discursos que não pertencem ao quadro institucional do veículo. Tais discursos são proferidos geralmente por autoridades, técnicos ou intelectuais próximos ao tema abordado e até mesmo pessoas comuns na condição de testemunhas oculares do ocorrido. Essa tática parece tornar a dinâmica interna do telejornalismo minimamente mais democrática e menos autoritária, já que possibilita a intervenção, ao vivo, de outras vozes.

Na opinião de Machado (2003) podemos classificar o formato dos telejornais, a partir de dois modelos majoritários, denominados *jornalismo centralizado* ou *opinativo* e *jornalismo polifônico*. A marca principal do modelo *opinativo*, seria a atuação do âncora, cuja presença é a fonte organizadora dos enunciados, seus comentários normalmente servem como desfecho final para as matérias dos repórteres. Este formato tende a uma estratégia de “investigação” um pouco mais elaborada na produção das informações, deixando, muitas vezes, mais explícito o posicionamento do meio em relação aos temas relatados. No modelo polifônico, tanto os jornalistas quanto o apresentador evitam opiniões pessoais sobre as notícias veiculadas. Cabe a este último ler as notícias e amarrar os vários enunciados abrindo caminho para as intervenções dos jornalistas e eventualmente dos comentaristas. Tais jornais oferecem, antes de tudo, notícias. “Há portanto, nesse modelo de telejornal, uma clara distinção entre quem colhe e apresenta as notícias (os jornalistas) e, de outro lado, quem as interpreta (os analistas, os especialistas)” (Machado, 2003:108).

Os telejornais de vertente mais “populares”, incluindo nesta modalidade, o jornalismo policial, apresentam, via de regra, um formato bastante singular. Conseguem, na devida proporção, agregar harmonicamente as duas vertentes mais tradicionais sob as quais se constituiu a prática do telejornalismo, promovendo um verdadeiro sincretismo com as possibilidades audiovisuais. Estes parecem ter substituído o formalismo dos telejornais tradicionais por uma linha editorial constituída com base nos programas radiofônicos, fazendo uso da linguagem coloquial e abrindo mão de procedimentos que

¹⁶ Vale lembrar que a prática do jornalismo “ao vivo” já havia sido experimentada nos programas de informação radiofônicos.

possam gerar complexidade para o entendimento do telespectador. Alinham-se a uma lógica geral da televisão em que a reflexão é costumeiramente minimizada, as imagens e os sons ganham predominância sobre as possibilidades de discernimento crítico. O apresentador promove um verdadeiro espetáculo diante das câmeras, fazendo uso de artimanhas para cativar e manter a sintonia do telespectador. Compartilha com uma forte tendência em oferecer repostas prontas para problemas complexos, confirmando a crítica feita por Bourdieu (2003), quando afirma que a relação estabelecida com o tempo (a necessidade da brevidade) faz com que eles operem com idéias feitas, aquelas que são facilmente aceitas por todos, portando convencionais e comuns.

Um dos principais precursores do telejornalismo policial, o apresentador do telejornal *Aqui Agora*, representava os fatos noticiados com uma narrativa bastante original, misturando a um só tempo a postura performática com sua fala eloqüente. Ficção e realidade dramatizadas rompiam as fronteiras da objetividade jornalística. Dessa forma, Gil Gomes alavanca audiência e prepara o terreno para aquilo que poderia ser denominado como uma variação de gênero do telejornalismo.

O investimento em programas policiais na televisão de sinal aberto, foi influenciado, também, por uma conjuntura em que a popularização de outras alternativas de entretenimento áudio-visual começaram a ganhar visibilidade – como exemplo o vídeo cassete e a TV a cabo – quando muitos expectadores, principalmente aqueles situados em classes com maior poder aquisitivo, foram atraídos por uma programação um pouco mais personalizada. Tal conjuntura corrobora para uma nova orientação na programação de sinal aberto, cujo caminho parece ser o entretenimento, em doses que apelam ao sexo e a violência.

Este gênero já tinha certa tradição nos meios impressos, conquistou grandes audiências no rádio e vem para a televisão, com a proposta de “mostrar a realidade nua e crua”. Em pouco tempo se espalham nas telas de todo o país. Com uma receita muito simples, marcada por um discurso de objetividade e imparcialidade, esse gênero jornalístico apresenta-se como personificação da justiça e, assim, ganha grande simpatia do público, principalmente das categorias sociais comumente desprovidas de bens econômicos e instrução escolar.

Bourdieu (2003), em sua obra já citada nesta pesquisa, ressalta que para a produção de um determinado formato televisivo e sua manutenção enquanto tal, é fundamental que

se tenha, do lado da recepção, uma conjuntura favorável que permita a aceitabilidade dos conteúdos veiculados, ou seja, é necessário uma certa predisposição para que o mesmo seja aceito por um número considerável de telespectadores. Para além de uma ideologia difundida pelos produtores dos bens simbólicos, existe também um conjunto de regras internas próprias deste campo, dentre elas, uma dada cumplicidade por parte dos “consumidores” em absorver a inclusão de códigos e noções inerentes aos bens simbólicos produzidos.

Tomando como referência a assertiva de Bourdieu, pretendemos, na segunda parte desta Dissertação focar o nosso olhar sob o objeto estrito deste trabalho – a discussão do telejornal *Cadeia Neles* - para assim refletirmos um pouco mais sobre algumas de suas peculiaridades na tentativa de encontrar elementos de sustentação ou não, para a seguinte hipótese: existe uma certa propensão por parte do telespectador em absorver os conteúdos de atos e fenômenos violentos noticiados pelos meios de comunicação, neste caso, mais propriamente o telejornalismo policial. Tal propensão é também construída sob forte influência de algumas práticas sociais que podem ser consideradas sob uma perspectiva de análise da cultura. Em outras palavras, concordamos que existam inúmeros fatores econômicos e sociais que podem ser mobilizados na tentativa de refletir sobre a violência social urbana - conforme discutiremos no próximo capítulo - mas existem, neste amálgama, fatores de origens culturais que contribuíram e contribuem para a permissividade de determinadas práticas violentas no meio social.

Capítulo II

VIOLÊNCIA E INSEGURANÇA NA MODERNIDADE TARDIA

Assumir a não neutralidade, o caráter provisório, a possível falibilidade e a arbitrariedade que inevitavelmente está presente na elaboração dos discursos acadêmicos é um primeiro cuidado que se precisa adotar ao abordar a violência, de tal forma ela é polissêmica em seu acontecer e sujeita a ambigüidades valorativas na sua “representação”.

Rocha (1997)

Tratar da discussão sobre *violência* é empreender uma tarefa intelectual e política, não só enquanto pesquisador, mas, sobretudo, enquanto sujeito histórico dotado de responsabilidades intelectuais para com a academia e com as políticas voltadas para a sociedade, na qual nossas ações cotidianas se convertem em intervenções no campo das idéias e das práticas no seio do espaço público. No entanto, as reflexões de caráter político devem dividir seu lugar com os questionamentos epistemológicos, indispensáveis à realização de um trabalho de cunho científico. É sobre esta concepção que pretendemos percorrer as páginas que dão corpo a este capítulo, buscando contribuir para a compreensão do fenômeno da violência urbana que cerca a nossa realidade cotidiana.

Não é tarefa desta dissertação dar conta da explicação do fenômeno da violência no atual quadro da sociedade brasileira, nem tampouco aprofundar-se em possíveis teorias explicativas do fenômeno. No entanto, entendemos como tarefa necessária empreender uma breve discussão a respeito da violência urbana, para tornar possível um recorte temático e esclarecer hipóteses que serão discutidas ao longo deste trabalho. Com este objetivo trazemos, na seqüência, algumas reflexões que julgamos atuais e pertinentes a respeito do tema tratado neste capítulo.

2.1 - Uma breve reflexão: conceito, recorte temático e hipóteses

Ao discutir o conceito de violência, algumas dificuldades são postas, devido principalmente as ambigüidades e inferências relacionadas à reflexão acerca dessa temática. Sua origem epistemológica remete a concepções que associam ao uso da força em seu aspecto físico¹⁷. Esta força passaria a ser considerada como violência quando rompe regras acordadas no interior de uma sociedade com o objetivo de manter a equidade nas relações, ocasionando danos a outrem (ZALUAR, 1999:08). Sua compreensão social possui variantes de um período histórico para outro, ou até mesmo de uma sociedade para outra, cunhadas muitas vezes sobre valores culturais e morais.

No campo da reflexão acadêmica contemporânea encontramos um leque de propostas a procura de uma definição ao termo¹⁸. Teixeira (2002:43) lembra que a forte intervenção dos direitos humanos no cenário internacional, principalmente no pós-guerra, foi de fundamental importância na aproximação de percepções sobre algumas definições da violência em escala global, principalmente na forma de denúncias sobre abusos sofridos por diferentes grupos, nas mais diferentes regiões do planeta.

Costa, ao discutir os efeitos que a violência urbana e a corrupção têm produzido e reproduzido ao longo de décadas no imaginário da população brasileira, lembra que “violência é a palavra que empregamos para denominar a série de atos intencionais, que se caracterizam pelo uso da força, em situações de conflito, transgressão às leis que visam o bem comum e predomínio da crueldade sobre a solidariedade no convívio humano” (1993:86)¹⁹. A definição proposta pelo autor parece bastante pertinente, no entanto, não se aprofunda nas situações de exercício da violência em que o uso da força física é ausente, como nas manifestações de violência em seu aspecto simbólico.

Santos (1999) define a violência em seu viés institucional como mecanismo de controle social aberto e contínuo, manifestado enquanto ato de excesso presente nas relações de poder. Argumenta que a forma social contemporânea do exercício da violência expressa-se no “excesso de poder que impede o reconhecimento do outro - pessoa, classe,

¹⁷ Do latim *Violêntia*, remete a *vis*: caráter violento ou bravo, força (ZALUAR, 1999).

¹⁸ Ver, a esse respeito, o rico mapeamento dos estudos sobre o tema da Violência e Criminalidade no Brasil, elaborado por Zaluvar (1999).

¹⁹ Costa (1993:87) indica que é necessário tomar cuidado quanto a aplicação do conceito nestes termos, pois, “todos estes fatos sociais díspares, uma vez unificados na palavra Violência, ganham o ar fantasmagórico de um problema insolúvel”.

gênero ou raça - mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática” (SANTOS apud ZALUAR, 1999:14).

Todas estas proposições relacionam o termo, em níveis diferenciados, a duas variantes: o exercício da força física e o exercício do poder como meio de aniquilamento do diálogo, como meio de imposição e dominação. No entanto, para delimitar o nosso entendimento a respeito do termo, optamos por uma contribuição utilizada em algumas pesquisas no campo das ciências sociais²⁰ e que parece contemplar a especificidade de nosso objeto:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de uma maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD apud ROCHA, 1997:19).

Pretendemos realizar, neste trabalho, o que Rocha chamou de “tarefa um tanto inglória para estudiosos da cultura e da sociedade” (1997:26). Consiste em uma tentativa de desvelar alguns aspectos da violência presente em nosso cotidiano, mais especificamente aqueles veiculados através dos meios de comunicação, notadamente a televisão.

2.2 - A violência multifacetada

Mesmo considerando que a violência tem na economia e na política seus principais suportes de causa e manutenção, acreditamos que o seu viés cultural, inscrito diretamente nas práticas de interações no interior da sociedade, é um forte denominador para ajudar-nos a pensar sobre as suas manifestações no cotidiano urbano.

No entanto, para refletir sobre a violência em suas expressões mediatizadas, apresentadas cotidianamente como produto simbólico pelos meios de comunicação, não podemos deixar de fazer, mesmo com certa brevidade, uma abordagem geral do fenômeno partindo do global para o local. Para isso teremos como baliza intelectual as reflexões propostas por Wierviorka (1997), mais precisamente aquelas contidas em seu artigo

²⁰ Rocha (1997); Teixeira (2002); Paredes, *et all* (2006); Waiselfisz (2007) desenvolveram pesquisas que abordam a violência com a conceituação aqui empregada.

denominado “O novo paradigma da violência”²¹. A idéia central do texto é indicar que as transformações recentes no mundo ocidental, cunhadas a partir dos anos de 1960 e 1970, “são tão consideráveis, que elas justificam explorar a idéia da chegada de uma nova era, e, assim, de um novo paradigma da violência, que caracterizaria o mundo contemporâneo” (Idem, 1997:05). Tal afirmação não propõe uma divisão estanque entre uma *antiga* e uma *nova era*, mas, afirma que novas configurações sociais teriam somado-se às antigas, apontando para um quadro social com características distintas, marcado preferencialmente por uma economia mundial globalizada²², por uma espécie de reconfiguração institucional da noção clássica do Estado-nação, pelo prolongamento da fragmentação cultural e política dos atores sociais, e por fim, a visão do individualismo centrada no apelo ao consumo da vida moderna.

Esse quadro geral indica a predominância de um vasto conjunto de práticas de violência, que se consolidam sob duas perspectivas: uma de caráter infrapolítico e outra meta-político. No primeiro campo destacam-se as manifestações de violência enquanto instrumento para controle e acumulação de recursos econômicos, praticadas, por exemplo, pelo crime organizado, pelo tráfico nacional e internacional de drogas, pelas máfias ou até mesmo por atores isolados que, diante da apelação da lógica de mercado, vêm na prática da violência um meio de “adquirir dinheiro e os bens de consumo indispensáveis para ascender a uma existência socialmente reconhecida” (WACQUANT, 2005:33).

Nesse mesmo campo conceitual estaria, também, a violência difusa, materializada no cotidiano, destituída de projetos políticos, acentuada pelas carências sociais não satisfeitas pelo Estado, quer pela impossibilidade de gerir a ordem social através da aplicação de políticas públicas compensatórias, de inclusão e da prestação de serviços públicos para atender as demandas sociais, quer pela impossibilidade de inibir a violência física em seu campo de ação e de controle. Tal conjuntura permite-nos aproximar da reflexão da violência como prática de um conjunto de sujeitos não inclusos na modernidade, negados enquanto capacidade de participação nos frutos positivos da urbanização, negados de seu reconhecimento legítimo pelo Estado e suas instituições.

²¹ Trago aqui uma interpretação particular do raciocínio complexo de Wieviorka. Em seu texto original outras questões estão postas, às quais não são consideradas para este trabalho.

²² A noção de globalização é compreendida, neste trabalho, conforme a reiteração proposta por Wieviorka, “significa que as economias nacionais são cada vez mais interdependentes, que o crescimento de suas trocas é superior ao de sua produção, que os investimentos e os fluxos financeiros se mundializam sob o efeito conjugado da liberalização dos mercados e dos avanços tecnológicos” (1997:16).

Neste sentido, Wieviorka defende que: “a violência é freqüentemente, ao menos em parte ou na origem, a marca de um sujeito contrariado, interditado, impossível ou infeliz. A marca, eventualmente, de uma pessoa tendo sofrido, ela própria, uma violência, seja física [...], seja moral ou simbólica” (2006:203).

A violência meta-política, presente no segundo campo de análise proposta por Wieviorka (1997), relaciona-se com as práticas de violência que transcendem as questões de ordem política, assumindo perspectivas intransigentes e/ou dogmáticas. Aqui estaria grande parte dos atos terroristas de perspectivas fundamentalistas, não destituídos de causas políticas, mas, transformados em projetos religiosos, algumas vezes identitários. Nas palavras do autor:

Quando a comunicação internacional difunde nos lugares mais afastados as imagens da felicidade à moda ocidental, quando o consumo dos bens materiais e culturais é um espetáculo cotidiano [...] quando o acesso ao dinheiro e aos frutos da ciência e do progresso é subitamente recusado ou perdido, e que o sentimento de uma imensa frustração social se sublima em convicções religiosas, nacionais ou étnicas, então é possível que a violência se apodere do ator, mobilizando-o em torno de projetos políticos em que a identidade torna-se um recurso, e em que o político está subordinado às exigências de Deus ou da Nação (Idem, 1997:33).

Neste sentido, lembra que, se na primeira metade do século XX, os grandes atos de violência tinham em sua centralidade uma motivação de perspectiva política (as lutas de libertação nacional, projetos revolucionários protagonizados por grupos de guerrilheiros, os conflitos ideológicos entre o capitalismo e o socialismo marcando a bipolarização do mundo), esses estariam perdendo a centralidade no cenário internacional para manifestações ligadas mais diretamente a protagonistas que reivindicam uma “identidade étnica ou religiosa, constituindo-se de perspectiva cultural, eventualmente mobilizado de maneira violenta para fins políticos” (Idem, 1997:07).

É certo que as contribuições acima propostas não dão conta de uma abordagem total do fenômeno da violência em nível global, aliás, arrisco em dizer que não há meta-relato capaz de elucidar todas as implicações desse fenômeno. Elas não contemplam, por exemplo, as recentes guerras entre nações, a maioria delas tendo os Estados Unidos da América como protagonista, nas quais o uso intensivo da tecnologia bélica inaugura a

informatização das “máquinas-de-guerra”²³ e a presença física do combatente é substituída, em parte, por equipamentos de “destruição compulsória”.

Concordamos que a conjuntura política e social a partir do avanço das políticas neoliberais em nível mundial agravou os problemas sociais não só no terceiro-mundo, mas, em proporções diferenciadas, também no chamado primeiro mundo²⁴. Costa (1999) reitera que nos anos 80, cidades de economia saudável na Europa e nos Estados Unidos foram palcos de uma série de fenômenos de violência, que passavam pelo crescimento do número de homicídios e crimes violentos até a prática de atos de vandalismos e agressões gratuitas, envolvendo, em grande parte, sujeitos de classe média que, aparentemente, não teriam motivações econômicas para tais atos, desconstruindo em parte o estereótipo majoritário do criminoso de origem estrangeira - geralmente negro e economicamente desfavorecido.

No entanto, a preocupação central de nosso trabalho não será focalizar os grandes feitos de violência – como as guerras por disputas políticas e econômicas entre os Estados, ou como os grandes atos de terrorismo protagonizados por grupos extremistas em toda parte do mundo – mas, o que poderíamos denominar como a violência que se apresenta difusa no meio urbano, em que os seus principais atores são pessoas comuns destituídas de poder econômico e político, sujeitos do cotidiano da vida urbana. A violência que está ao nosso redor, na rua em frente à casa, no bairro vizinho, ou no ambiente familiar. No geral, manifestações de violência que se tornam tão cotidianas, que parecem não mais causar indignação, a ponto de ser pauta para mobilização de atores sociais.

Nesse sentido será privilegiada a análise da violência que se insere em nosso fazer cultural, que manifesta-se como fórmula privilegiada, para a resolução de pequenos conflitos. Uma violência que não oferece perspectivas políticas de reformas sociais, mas, no limite, parece demonstrar a realidade cotidiana de um tecido social apodrecido frente

²³ O conceito “máquinas-de-guerra” é amplamente desenvolvido por Gilles Deleuze e Felix Guatarri. Para maiores detalhes consultar: Deleuze e Guatarri (1997).

²⁴ Wacquant (2005) dá notícia de três episódios emblemáticos que marcam a insurgência social nos países “avançados” no início da década de 90: (1) Outubro de 1990 (Vaulx-en-Velin, cidade operária da França), após a morte de um adolescente causada por um acidente envolvendo um carro de polícia, centenas de jovens enfrentam a polícia durante três dias e três noites. Saques a lojas, destruição de prédios e incêndio de carros geram prejuízos de 120 milhões e o país fica em estado de Choque. (2) Julho de 1992 (Bristol, Inglaterra) – a violência explode após a morte de dois moradores trabalhadores ao se chorarem com um carro da polícia de chapa fria. Várias noites de tumulto envolvendo a polícia e moradores de um distrito industrial pobre na margem sul da cidade. Outros incidentes eclodem em bairros vizinhos, todos eles espaços geográficos destinados a trabalhadores e migrantes. (3) Abril de 1992 (Los Angeles- EUA) – a absolvição de quadro policiais brancos envolvidos no espancamento do motorista negro Rodney King desencadeia uma explosão de violência civil que dura três dias. Ao final, cerca de 2400 pessoas sofreram ferimentos, 10 mil foram presas, mil famílias perderam suas casas. A destruição total gera prejuízos de um bilhão de dólares.

aos imperativos da modernização do processo social, parece demonstrar a falta de esperança em uma ordem social que se apresenta cada vez mais excludente.

2.3 - A violência mora ao lado

Não parece difícil constatar que grande parte da história da socialização humana teve como um de seus aspectos o exercício da violência, sob variadas modalidades. Desde que o homem transcendeu o *estado de natureza* e passou a viver sob o *estado de cultura*, suas relações foram permeadas, também, pelo uso da força e pela imposição de um grupo social sobre o outro nas disputas por territórios e riquezas naturais, dando lugar, portanto, à violência como uma forte componente da sua própria história, nas mais diversas formações sociais.

No Brasil, conforme nos lembra Santos (1999), os estudos sobre a violência, centrados principalmente nos espaços urbanos, ganham maiores proporções no início da década de 1980. O objeto central de tais estudos se constituía na investigação e análise da criminalidade como estratégia de ganhar a vida por parte de grupos sociais marginais dos grandes centros urbanos. Ainda, segundo o autor, no final do século XX esses estudos passaram a se configurar sob cinco pilares principais: (1) aqueles que se preocupam com o movimento da criminalidade; (2) os trabalhos que descrevem e problematizam o senso comum a respeito do perfil social dos autores de delitos; (3) as propostas que examinam a organização social do crime sob a perspectiva do delinqüente; (4) os estudos que analisam as políticas públicas penais e a violência institucional, praticada principalmente por policiais (SANTOS, 1999). De uma forma geral, tais estudos vinculam o aumento da violência com o quadro de estratégias políticas de perspectivas neoliberais implementadas no país a partir dos anos 80.

A globalização da economia e a divisão internacional do trabalho contribuem, sobremaneira, para o agravamento do quadro social dos países do chamado terceiro mundo. Santos (1999) e Pegoraro (1999) defendem em suas reflexões a evidência de uma acentuação no quadro da violência social no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, momento em que o Estado brasileiro (assim como outros países do Cone Sul – Argentina e Chile) - iniciou a implementação de políticas de cunho neoliberal. O capital internacional, por intermédio de seus organismos econômicos, acentua sua intervenção nas

agendas políticas do Brasil e de vários outros países, impondo metas políticas que limitam a ação dos estados nacionais.

A estratégica política do capital internacional, sob a orientação do processo de liberalização da economia, trouxe sérias consequências para o mundo do trabalho e, em especial, para os setores já historicamente marginalizados de nossa sociedade: (1) afetou diretamente as regras entre capital e trabalho, provocando uma intensa precarização e desvalorização da mão-de-obra; (2) provocou a perda – por parte da classe trabalhadora – de direitos conquistados historicamente pelas lutas sociais; (3) contribuiu para a dissolução e enfraquecimento político das entidades de representação coletiva dos trabalhadores, ao implementar a lógica da competitividade e do individualismo; (4) foi peça fundamental para o aumento do desemprego ao implementar de forma desordenada a “modernização da economia”, cujo principal objetivo foi tornar a relação custo-benefício mais proveitosa para o capital, maximizando a produtividade com o uso de máquinas e diminuindo a interferência da força de trabalho humana. Nesse quadro geral, a marginalização e a exclusão social apresentam-se como um problema estrutural, pois se torna inerente à nova ordem social estabelecida.

Se diversos setores da classe trabalhadora não foram contemplados com as benesses da nova ordem social – ao contrário, foram situados ainda mais à margem da inclusão, com grande parte das demandas da vida social insatisfeitas – é de se esperar que a dinâmica das relações sociais no interior da sociedade tenha exacerbado algumas de suas características. Uma delas foi a evidência da criminalidade e da violência social, apontando para o que Pegoraro (1999) chamou de “estado de insegurança social”. Segundo o autor, esse quadro fez com que a ideologia de controle social fosse ainda mais defendida como necessária por parte do Estado, o que abria legitimidade para que esse materializasse uma intervenção ainda mais severa sobre os setores marginais da sociedade²⁵. Pegoraro (1999) constata ainda, que a partir do momento em que as novas configurações globais no campo da economia passaram a avaliar o modelo Welfare State como paradigma ultrapassado, foi necessário, por parte do Estado, aprimorar suas estratégias de controle e coersão social, já que o antigo modelo, ao garantir uma série de serviços de caráter social para uma boa parcela da sociedade, funcionava como uma espécie de apaziguador social. Ao ser

²⁵ Em seu estudo intitulado *Inseguridad y Violencia en el marco del control social* o autor propõe entender o controle social como “la estrategia tendiente a naturalizar y normalizar una determinada ordem social construida por las fuerzas sociales dominantes” (PEGORARO, 1999:204).

substituído por outro de caráter liberal, constituído eminentemente segundo a lógica do mercado (baseada no lucro e na competitividade), poderia gerar insatisfação em determinados setores sociais.

Na mesma linha de raciocínio acima, Wacquant (2005) vai argumentar, a partir de uma análise sobre a realidade dos EUA, que o Estado-Providência foi, paulatinamente, substituído por uma espécie de “Estado-Carcerário e Policial”, cuja ideologia de criminalização da marginalidade e punição de suspeitos ganha o lugar de política social, acarretando um aumento da população carcerária, cuja maioria esmagadora é formada por pessoas destituídas de poder econômico e pertencentes aos extratos sociais negros da sociedade.

Em países como o Brasil, cuja origem histórica foi marcada por um processo brutal de colonização, no qual o domínio e a ocupação territorial implementados pelos colonizadores tiveram como instrumento de ação a prática da violência em suas diversas formas, materializada principalmente na dominação dos indígenas e na imposição das relações sociais de trabalho, em que, mesmo após a abolição esse tipo de violência revelou o seu continuum, institucionalizando-se enquanto fundamento de uma modalidade de exercício do poder, as propostas do *Welfare State*, nunca foram de fato implementadas. Sob tal herança histórica, a ideologia da insegurança parece ter um cenário ainda mais propício para a sua efetivação, já que em termos proporcionais, o número de atores sociais excluídos do mundo do trabalho e, conseqüentemente, das possibilidades de aquisição de bens materiais e simbólicos parece ser, consideravelmente, mais elevado em comparação aos países que viveram sob o *estado-providência*.

2.4 - A insegurança no meio urbano

Por mais que os números oficiais mostrem um quadro preocupante, o debate sobre a insegurança parece estar submetido a uma intensificação propagada, principalmente, pela mídia, mas também, pelos discursos das instituições que oferecem serviços de segurança privada. Nesse sentido, Rocha considera que “estaríamos submersos em uma sensação de ameaça constante e difusa de atos de violência, compreendidos prioritariamente como violação à integridade física e à propriedade privada” (1991:46). Completando estes fatores podemos argumentar, ainda, que teríamos a interferência de uma ideologia política que

usa, não poucas vezes, o discurso da insegurança como justificativa de políticas repressivas e até mesmo segregadoras, visando disseminar a idéia de urgência em reformar os mecanismos de segurança, justificando a ação repressiva do corpo policial e do sistema jurídico. Quanto mais os grandes meios de comunicação – jornal, rádio e televisão – inserem no debate público a questão da insegurança, mais ela apresenta-se como um fenômeno em expansão (WIEVIORKA, 2006:265-266). As consequências de uma situação de insegurança insustentável parecem propiciar a criminalização de certos setores sociais localizados em determinados espaço urbanos, criando, por consequência, certos estereótipos que associam indiscriminadamente pobreza à criminalidade. A proliferação de certas relações de causalidade contribui para a difusão da idéia de que há uma ameaça na saúde do tecido social, que somente pode ser contida com o uso da força e com a arbitrariedade do corpo policial, seguidas da construção de barreiras no ambiente social – cercas elétricas, condomínios fechados e extremamente vigiados, câmeras de vigilância espalhados por todos os cantos da cidade e outros. A evidência desse tipo de criminalização é demonstrada pela cobertura midiática da violência difusa, e tem como foco os acontecimentos ocorridos nas zonas periféricas, ou seja: aquilo que ocorre nas favelas, morros e bairros de periferias com grande concentração popular, portanto, os ambientes onde moram os sujeitos excluídos dos benefícios sociais, propiciados pela ordem social capitalista.

2.5 - Vestígios de uma urbanidade desordenada

A cidade de Cuiabá é a capital de um estado cujo processo de ocupação territorial consolidou-se sob intenso uso da violência. O vasto território que passou a ser chamado de Mato Grosso foi quase inteiramente percorrido pelos bandeirantes que adentravam as matas fechadas na tentativa de capturar índios para serem levados a trabalhar nas lavouras paulistas. Tal processo de conquista e ocupação das terras quentes, foi tão intenso, que alguns estudiosos, o denominaram de “projeto social de dominação” (VOLPATO, 1993). A partir de 1719, o bandeirante Pascoal Moreira Cabral descobriu ouro às margens do rio Coxipó, afluente do rio Cuiabá, iniciando a fixação do povoamento. Se, num primeiro momento, o uso intensivo da violência se materializou na captura de índios e exploração da

mão de obra-escrava, no século XX, ela foi consequência direta de um processo de urbanização intenso e desordenado que marcou a colonização do estado e de sua capital.

Uma rápida incursão pela história de Mato Grosso e de sua capital permite-nos mapear dois momentos distintos desse processo, sob os quais a urbanização desordenada teve sua marca. O primeiro, ao final da Guerra do Paraguai, ainda na segunda metade do século XIX. Esse período que ficou conhecido como “apocalipse cuiabano” (VOLPATO, 1993), compreendeu a guerra em si e a crise no sistema de saúde em decorrência de uma forte epidemia de varíola, espalhando o desespero e provocando a morte de um número significativo de pessoas. Nesse momento, a província de Cuiabá dá seus primeiros passos em vista à adequação ao que viria ser uma economia de envergadura capitalista. Tal ordenação teve grande resistência por parte da população nativa, cuja forma de trabalho ligada à subsistência e à utilização da fartura de recursos naturais impedia o “empenho” dos trabalhadores na ordem capitalista de produção. Segundo Volpato (1993), a exploração do trabalho escravo em Cuiabá e seus arredores era intensa ainda na década de 1880, só diminuindo com a efetivação da Lei Áurea, mesmo assim com fortes resistências por parte dos senhores de escravo. Com a abolição do trabalho escravo apostou-se no imigrante europeu branco, cujas referências ao seu trabalho zeloso e espírito empreendedor faziam destes um componente imprescindível na alavanca para o progresso social. No entanto, ao invés do colono europeu, grande parte do contingente populacional que materializou a ocupação do espaço urbano de Cuiabá era formada por paraguaios (homens e mulheres que fugiam das difíceis condições de vida daquele país, após a guerra), um grande número de soldados, que recrutados para a guerra, deram baixas e não retornaram às suas cidades de origem, fixando residência e formando família em Cuiabá. Nesse contexto ocorreram os primeiros passos para a urbanização de Cuiabá, que, desordenada, sem estrutura sanitária, além de conviver com os resquícios da escravidão reservou um espaço de segregação a um grande número de pessoas deixadas à sorte mediante a falta de trabalho e de outras condições adequadas à sobrevivência.

Dando um grande salto na temporalidade histórica de Mato Grosso, sem querer desvalorizar as várias fases a que fora submetido pelo processo histórico, o segundo período, considerado como relevante para compreender a urbanização desordenada de Cuiabá, tem como referente básico o incentivo propagado pelo Governo militar de 64 com o objetivo de fomentar a ocupação da Região amazônica. Esse processo modificou

fortemente a dinâmica social do estado de Mato Grosso, visto que atraiu grandes contingentes populacionais em sua direção. Um contingente significativo de migrantes dirigiu-se para essa região do país na esperança de conseguir um melhor pedaço de terra e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Centenas de pessoas migravam motivadas pela propaganda desenvolvimentista empreendida pelo regime militar, isso “acabou provocando situações explosivas de tensão social e fez com que o índice de crescimento da população e os problemas decorrentes do inchaço urbano se agravassem no centro oeste” (RIBEIRO, 2001:25).

Na década de 70 são implantados pela ditadura militar o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE), com fortes repercussões em Mato Grosso. Tais programas visavam, entre outros, trazer trabalhadores de outras regiões do país, principalmente do Nordeste e Sul, para avançar a frente de expansão da Amazônia com fins capitalistas, pois, assim podia-se extrair matérias primas por baixos valores, além de promover a ocupação das áreas tidas como “desocupadas”. Segundo Matsubara, esse programa “[...] foi a saída buscada pelo governo para amenizar as tensões sociais [...]” (1997:41). A intenção do Governo militar era manter esses trabalhadores em áreas rurais, no entanto, “a população migrante não encontrou as condições necessárias para a fixação, tanto do ponto de vista do acesso a terra, ao crédito, a assistência técnica, quanto aos benefícios sociais previstos nos programas de desenvolvimento [...]” (Idem).

Muitos migrantes, sem condições de voltar ao local de origem, acabam tendo como última esperança a fixação nas periferias da cidade de Cuiabá. Entre os anos de 1970 e 1980, Mato Grosso tem uma taxa de crescimento populacional de 6,6% ao ano, o triplo registrado no Brasil (MATSUBARA,1997:45). A partir da década de 80 ocorre a intensificação da urbanização de Mato Grosso, 57% da população em 1980 estava concentrada em área urbana. Grande parte desses migrantes ficou concentrada na Baixada Cuiabana e em Rondonópolis, conforme a autora nos relata:

Cuiabá, sobretudo a partir dos anos 80, se integra, objetivamente, à lógica de consolidação do processo de urbanização e de uma sociedade complexa, diversificada, contraditória e desigual, em sua dimensão social, cultural, econômica, espacial e ocupacional (Idem, 1997:48).

Com o aumento das contradições no meio urbano da grande Cuiabá, a partir da intensificação do fluxo migratório no final dos anos 70 e início dos anos 80, os problemas

infra-estruturais são cada vez mais presentes nos bairros de periferia da cidade, afetando não só os migrantes, como também toda uma população desprivilegiada, deslocada das áreas centrais para áreas suburbanas, devido a fatores como a especulação imobiliária, ou a comercialização de antigas áreas residenciais. Nesse contexto, materializam-se as condições sociais sob os quais a violência urbana se prolifera, e faz da década de 1990 um marco no avanço dos números da violência registrada na capital mato-grossense, conforme o evidenciado na tabela a seguir.

(Tabela 01)
Taxa de óbitos por homicídios na região centro oeste a cada 100 mil jovens
Faixa etária: 15 a 24 anos

Cidade (capitais)	ANO									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Brasília	62,8	54,4	67,9	63,2	68,8	68,7	66,6	77,7	74,1	74,3
Campo Grande	39,3	29,8	37,1	47,5	53,1	70,7	67,0	65,1	61,0	79,4
Cuiabá	20,4	11,7	22,7	11,1	51,9	66,2	86,6	131,6	105,7	130,8
Goiânia	43,7	31,9	35,1	41,1	40,5	31,2	28,7	34,2	51,8	53,3

Fonte: SIM/DATASUS, IBGE in Waiselfisz, 2006.

Um olhar mais atento sob os números acima nos dá a dimensão, em termos proporcionais, do aumento da taxa de homicídio na cidade de Cuiabá, principalmente nos três últimos anos que compõem a tabela (1998, 1999 e 2000). Apesar da tabela apresentar apenas o número de homicídios, esse fenômeno tem sido amplamente utilizado em várias pesquisas como principal marcador da violência. A última pesquisa sobre o mapa da violência nos municípios brasileiros, publicada no primeiro semestre de 2007, reconhece que a maior parte das agressões cotidianas não conduz, necessariamente, a morte de algum protagonista, porém revela a violência levada a seu grau extremo. Nesse sentido, argumenta: “da mesma forma que a virulência de uma epidemia é indicada, freqüentemente, pela quantidade de mortes que ela causou, também a intensidade nos diversos tipos de violência guarda estreita relação com o número de mortes que provoca” (WASELFSZ, 2007:14).

A colonização violenta parece ter somado-se a tradição de uma cultura autoritária e também violenta, enraizada como comportamento constantemente presente nas relações sociais. Para Pinheiro, citado por Costa (2004:111), as práticas autoritárias seriam ainda

resultado direto da continuidade de uma longa tradição de autoritarismos das elites contra as não-elites, que por sua vez, são reproduzidas entre os mais pobres. Neste mesmo sentido, Marcondes Filho (2001) levanta a hipótese, de que as manifestações de violência na sociedade Brasileira têm fortes matizes em nossa Violência Fundadora²⁶. Esse tipo de violência, conforme o autor, estaria relacionada fundamentalmente ao processo de colonização vivido no país, “no tipo de colonizador que aqui se instalou e na transposição de práticas persecutórias e perversas da metrópole, realizando-se, no século XX, por meio de traços marcadamente típicos de nação de periferia do capitalismo” (Idem, 2001:21).

A esse respeito, a contribuição de Adorno (1995) vem substanciar ainda mais a noção de violência fundadora, como marco referencial de constituição e formatação de nossa sociedade. Em suas palavras,

Permaneceu enraizada como modo costumeiro, institucionalizado e positivamente valorizado – isto é, moralmente imperativo – de solução de conflitos decorrentes das diferenças étnicas, de gênero, de classe, de propriedade e de riqueza, de poder, de privilégio, de prestígio. Permaneceu atravessando todo o tecido social, penetrando em seus espaços mais recônditos e se instalando resolutamente nas instituições sociais e políticas em princípio destinadas a ofertar segurança e proteção aos cidadãos (ADORNO, 1995 apud TEIXEIRA, 2002:44).

Em seu debate, Marcondes Filho (2001) procura demonstrar que, em muitos dos seus aspectos, “a normalidade dos relacionamentos em nosso país é violenta”. São formas de violência que permeiam as relações entre os sujeitos sociais e se tornam tão cotidianas que ganham ar de normalidade, manifestando-se como regra de comportamento, como meio de resolução de conflitos em pequenos âmbitos, como condutas destituídas de instâncias de moderação. Mais do que isto, presenciamos nas telas da televisão e em nosso cotidiano, uma espécie de generalização do recurso à violência como forma de estruturação de sociabilidades.

É sob este olhar que pretendemos, no próximo capítulo, refletir sob a violência retratada pelos jornais policiais na cidade de Cuiabá e seu entorno, atentando-se para as estratégias próprias do meio, sua linguagem, sua posição enquanto instrumento de

²⁶ O conceito de “violência fundadora” é discutido pelo antropólogo francês René Girard, em sua polêmica obra intitulada *A violência e o Sagrado*. Suas reflexões indicam que toda sociedade se instaura sob a base de uma *violência fundadora*, que suplanta as demais, efetivas ou dissimuladas (GIRARD, 1988).

consolidação de valores morais e éticos, e a apropriação de atos e fenômenos de violência urbana como temas prioritários de suas pautas, que fazem o telejornal em estudo um dos produtos midiáticos mais consumidos pela população da cidade de Cuiabá.

PARTE II

A VIOLÊNCIA MEDIADA: UM OLHAR SOB O TELEJORNAL *CADEIA NELES*

Capítulo III

A mediação da violência: aspectos formais do *Cadeia Neles*

O imaginário construído pela mídia é composto por uma vasta rede de símbolos e signos, de referências culturais, sociais, políticas e artísticas que prefiguram a constituição de uma espécie de memória coletiva “globalizada” em um mundo cada vez mais desterritorializado.

José Arbex Jr (2001:102)

Dentre os vários formatos de programas inseridos na dinâmica da televisão, vamos nos atentar para um tipo em específico: o jornalismo policial. Como já mencionado neste trabalho, estes programas têm seus precursores inseridos na dinâmica da televisão brasileira na década de 1980, e paulatinamente conquistam um número significativo de telespectadores. De acordo com Borges (2002), os noticiários policiais constituem-se, neste início de século, como a grande febre do jornalismo de TV, aumentando em grandes proporções a sua audiência, demarcando os seus próprios espaços e consagrando muitos de seus apresentadores que, comumente, passam a seguir a carreira nas instâncias públicas de poder.

Essa vertente do jornalismo traz, como uma de suas principais características, a abordagem de fatos relacionados à manifestação da violência em suas diversas modalidades. As delegacias, os bairros de classes populares e os hospitais de pronto-atendimento são alguns dos ambientes que compõem cotidianamente o cenário trágico que é apresentado ao público:

Casos inusitados, assuntos pitorescos, mortes, brigas, acidentes, pancadaria, assaltos, infrações. Esses são alguns dos temas que compõem a agenda dos noticiários policiais fazendo deles relatores diários do (sub) mundo do crime. Com este feixe temático, tais jornais contam histórias e refazem discursos, publicizam a imagem da dor e restauram os fatos a partir de determinadas visões de mundo. Sangue, corpos dilacerados, flagrantes espetaculares e emocionantes deixam escapar a conturbação cotidiana e tornam visível a desordem social, promotora de fortes tensões nas sociedades modernas (BORGES, 2002:63).

Nosso ponto de observação terá como foco o telejornal *Cadeia Neles*, veiculado de segunda a sábado, entre o horário de 10:50hs às 12:00hs da manhã, pela TV Gazeta²⁷. O programa, que já no primeiro ano de sua exibição (1993), foi líder de audiência local, teve como primeiro apresentador um personagem *sui generis*, que ainda hoje reverbera seu estereótipo na cidade de Cuiabá. Seu chapéu de pantaneiro compunha par com seu *tacape*, que sempre em punho, se convertia em ameaça simbólica aos supostos bandidos. Outra figura importante para a consolidação do programa foi o ex-deputado federal Lino Rossi.²⁸ Hoje o programa é apresentado por Clóvis Roberto, figura emblemática do *Cadeia Neles*, que se orgulha em afirmar seu empenho e dedicação: “10 anos de serviços prestados à comunidade Matrogrossense”. A exemplo de Lino Rossi, o apresentador também se elegeu deputado estadual pelo PSDB, no ano de 2002.

Como é recorrente nestes programas, os apresentadores fazem uso de estratégias discursivas visando conquistar a credibilidade dos telespectadores, apresentando-se como uma espécie de *porta-voz* dos anseios populares, fazendo crer, que estão ali para ajudar a resolver problemas sociais, reivindicando para si e para seu programa a tutela da ordem social. Comportamentos repletos de cordialidade e hospitalidade para com os telespectadores, condenação implacável aos criminosos, a “justiça televisual” é composta por valores e julgamentos que revelam, em última instância, a personificação da lei e da ordem. Seu principal agente - o apresentador - busca forjar legitimidade popular reivindicando, sempre que possível, para que o poder público faça a devida intervenção em casos relatados nas reportagens. Ou seja, tenta travar tal legitimidade através do mérito, mesmo que simbólico, de intervir nas questões tratadas nas pautas do programa, geralmente as questões relacionadas à segurança pública.

Com o intuito de cativar o telespectador e assegurar a popularidade do programa, garantindo acima de tudo uma boa colocação no disputado *ranking* dos noticiários policiais, a produção do *Cadeia Neles*, realiza constantemente, pequenas promoções que assumem um leque variado, indo desde o sorteio de uma bicicleta - ou se preferirmos, um

²⁷ A TV Gazeta é a retransmissora local da Rede Record de Televisão.

²⁸ O apresentador não tardou a construir sua carreira na vida Pública. Já em 1996 foi eleito vereador pelo PDT na Cidade de Cuiabá. Conquistou cargo de Deputado Federal em 1998, com um número expressivo de votos (foi o segundo deputado federal mais votado). Exerceu o mandato por dois anos em Brasília e no ano 2000 se candidatou a prefeito na cidade de Várzea Grande-MT, mas desta vez não obteve sucesso nas urnas, perdeu a disputa para o cargo executivo.

fusca usado - até vale-compras a serem trocados por materiais de construção, para que o expectador possa, enfim, “construir aquele puxadinho para colocar a sogra”.

O *merchandising* ao vivo durante a veiculação do programa, é uma outra estratégia constantemente utilizada. Baterias automotivas, motocicletas, móveis, perfumes e cosméticos são alguns dos itens oferecidos ao consumo pelo apresentador. A presença dos promotores de venda no cenário do *Cadeia Neles*, ajuda a compor a singularidade do programa, quebrando todos os protocolos do jornalismo tradicional.

Por volta das 11:00hs da manhã, tem início a transmissão do programa *Cadeia Neles* para as principais regiões do estado de Mato Grosso. O título que dá nome ao programa parece anunciar o lugar social reservado aqueles que ousarem comprometer as regras do “bem viver”.

O impacto imagético e auditivo do programa já vem impresso na vinheta de sua abertura (fig.01), composta basicamente por dois planos distintos. Não é tarefa fácil tentar “traduzir” uma vinheta em movimento ao campo da escrita, mas, para facilitar a visualização do leitor, vale a tentativa. Em primeiro plano, destaca-se o nome do programa em cor branca, marcando o contraste com a cor vermelha que vem ao fundo. O segundo plano dá lugar a representação das grades de uma prisão, que assume o formato de uma figura geométrica de três dimensões e gira continuamente em torno de seu próprio eixo, enquanto, da esquerda para a direita são inseridas cinco perfurações que sugerem o impacto de projéteis de arma de fogo. A esta composição tridimensional é adicionada uma trilha sonora com áudio replicante que ganha intensidade tonal a cada minuto.



Figura01 – logomarca de abertura do programa Cadeia Neles

A cor predominante na composição da vinheta de abertura é o vermelho em suas variadas gradações. É uma boa pedida, que anuncia antecipadamente as notícias que serão postas ao “*voyerismo* do público” (RONDELI, 1998).

3.1 - A relação com o público

Recuperando um dos objetivos deste trabalho, qual seja: mapear os elementos capazes de dar respostas sobre a grande aceitação dos noticiários policiais, principalmente por setores sociais menos favorecidos de bens materiais e intelectuais. Apresentamos acima, de forma consideravelmente sintética, algumas das características destes programas e a postura que seus apresentadores comumente mantém. As referências são sucintas, mas servirão de base para sustentar a nossa hipótese preliminar: a grande aceitação destes programas nos lares é também forjada pela estratégia, presente em seus discursos, de resignificar traços culturais que foram consideravelmente presentes na formação do povo brasileiro. Alguns desses aspectos estariam manifestados através das posturas sociais que alguns poucos denominaram de “cordialidade”, e através do exercício da força como forma de conduta no ambiente público e privado, da prática do autoritarismo, do abuso de poder e da quebra institucional dos preceitos básicos de sociabilidade. Seria a *Violência Fundadora*, nos termos propostos por Marcondes Filho (2001) um traço cultural que ainda se presentifica no interior de nossas relações sociais?

Sergio Buarque de Holanda (1963) sugere, em *Raízes do Brasil*, que o personalismo denota um traço peculiar da vida brasileira. Desenvolve o conceito de “homem cordial” como uma característica da cultura personalista e patrimonialista própria da sociedade brasileira, apontando a peculiaridade da vida pública, que não conseguia desvincular-se da esfera familiar. A cordialidade brasileira simboliza o predomínio de relações humanas mais simples e diretas que rejeitam todo e qualquer aspecto de ritualização do comportamento na perspectiva da racionalidade legal.

Neste sentido, nos parece que o tratamento estabelecido pelo apresentador do programa *Cadeia Neles* ao seu público apropriada, na essência, elementos da cordialidade (a forma íntima de se referir, a linguagem coloquial estabelecendo uma relação de proximidade), confundindo a esfera pública a qual o programa se vincula com a esfera

familiar de seus expectadores. O personalismo aqui é representado pela característica de assumir para si e para o programa a responsabilidade de resolver, ou no mínimo, amenizar o problema da violência, ou seja, a auto-legitimação como fórum competente diante da ineficiência do Estado, tomando para si o caráter de grande prestador de serviços à sociedade.

A outra característica apontada, o populismo, aqui entendido como a estratégia de exploração das emoções básicas e da ignorância do povo para se auto-projetar, seja em um cenário político ou em qualquer instância na qual se possa exercer o poder, foi uma prática política presente em figuras que tiveram grande projeção na vida pública brasileira. O termo também é entendido por José Marques de Mello, em seu livro *Populismo e Comunicação*, como a tentativa dos meios de comunicação de popularizar líderes políticos, buscando estabelecer entre eles e seu público uma relação mais direta e pessoal.

Utilizando-se destes artifícios, e não somente deles, o programa tem conseguido se manter em uma boa colocação no conjunto da programação televisiva em Mato Grosso, além de apresentar-se como uma referência para outros programas do mesmo gênero. Durante os anos de 2005 e 2006, sua audiência foi assim mapeada pelo IBOPE (tabela 02):

Tabela 02 – Índice de audiência do programa Cadeia Neles

SEXO		FAIXA ETÁRIA					CLASSE SOCIAL		
Homens	Mulheres	04-11	12 – 17	18 – 24	25 – 49	50 +	AB	C	DE
Adh %	Adh %	Adh %	Adh %	Adh %	Adh %	Adh %	Adh %	Adh %	Adh %
42,3	57,7	5,7	12,8	18,7	43,9	18,8	7,4	42,9	49,6

.variáveis utilizadas: **adh%** - índice de adesão

.universo: 703.5 mil pessoas (361.6 mulheres e 341.9 homens)

.fonte: IBOPE/MediaQuiz V4.1.0.52br

3.2 - A construção da Notícia no Telejornal Cadeia Neles

Fatos de violência e criminalidade ocorrem cotidianamente e em números assombrosos nos centros urbanos e não somente neles. Em Cuiabá, cidade sede do *Cadeia Neles*, os números não são diferentes. Para um telejornal policial as opções de pauta tornam-se extensas, já que há uma infinidade de eventos à disposição da mídia. Nesse leque de possibilidades, os profissionais do programa têm a tarefa diária de realizar a seleção e o crivo dos fatos a serem enunciados. Um programa já consolidado como o

programa *Cadeia Neles* possui uma extensa relação de fontes, fundamentais para a elaboração das notícias e de suas pautas. Dentre elas, as principais parecem ser as delegacias policiais e os Centros Integrados de Segurança e Cidadania (CISC) – que têm suas sedes distribuídas pelas principais regiões da capital e também do interior. Dada a proximidade que os repórteres geralmente constroem com as autoridades nas delegacias, tem-se um modelo de reportagem baseado em uma seleção de possibilidades abertas pelos boletins de ocorrência (BO's).

Internamente, a produção do programa realiza uma espécie de varredura (fazendo uso do telefone) levantando os fatos registrados nas delegacias e nos CISC's, construindo um primeiro mapeamento das pautas para o dia seguinte. As fontes oficiais (Secretarias de Comunicação do estado e do município) também são consultadas para a consolidação das reportagens. Dentro de uma gama de possibilidades os fatos são enunciados, seguindo uma tendência geral do jornalismo, segundo o seu “valor notícia”. Mas qual seria o “valor notícia” para o *Cadeia Neles*? Antes de apontar algumas linhas gerais observadas nas reportagens, destacamos que o programa já tem seu público cativo, e pela experiência da equipe, já se sabe muito bem qual o melhor “produto” a oferecer aos seus “consumidores”. Na concepção última da reportagem (espetaculosa, dramática e impactante), tal escolha se dá a partir de uma encruzilhada de possibilidades que jogam, conforme minhas interpretações, no campo do político (sob qual força política e sob qual interesse o discurso é anunciado), do social (quais as intervenções que podem ser estabelecidas a partir do discurso) e do econômico (pensado sob a possibilidade de divisas e capital econômico que poderá ser acumulado com a audiência conquistada e mantida pelo programa). Considerando essas premissas, as narrativas das reportagens são constituídas de forma a tornar a mensagem mais acessível, facilitando a interpretação para atender as competências lingüísticas e culturais do público hegemônico que compõem sua audiência.

Na maioria das reportagens produzidas pelo *Cadeia Neles*, principalmente naquelas em que a violência urbana difusa é abordada, seus personagens são pessoas simples no sentido de não pertencerem a classes sociais economicamente mais abastadas. Em geral, trata-se de indivíduos sem grandes sobrenomes, e que compartilham as difíceis condições de vida decorrentes da falta de estrutura material e intelectual. Ser personagem do *Cadeia Neles*, na situação de acusado e ainda não contemplando os estereótipos que marcam o “homem laborioso” da urbanidade, significa em muitos casos uma condenação, mesmo que

simbólica, pois, de uma forma ou de outra, o programa oferece o seu veredicto. O temor de ser flagrado pela câmera do telejornal pode ser observado em muitas reportagens nas quais as pessoas focadas tentam esconder o rosto baixando a cabeça, cobrindo o rosto com a camiseta e se esquivando o quanto podem para não serem abordadas. Tal fato fica bem marcado no comentário de um homem de 54 anos que, por decorrência de ciúmes de sua esposa, consideravelmente mais nova, a ameaçou com um revólver no interior da lanchonete. Os vizinhos chamaram a polícia para resolver a situação. Levado para a delegacia e flagrado pelas câmeras do *Cadeia Neles*, o acusado confessou ao repórter: “Luck Marlon, eu vou dizer uma coisa pro senhor: eu acabei a minha vida agora”²⁹.

Existe, por um lado, o perfil informativo do programa que não é constituído somente com as reportagens, mas também de informações enunciadas pelo apresentador ao longo da programação, o qual comumente se presta a oferecer respostas prontas para fenômenos complexos. Espécie de auto-legitimação como instância de denúncia, acusação e veredicto diante da ausência, ou até mesmo incompetência do Estado, fazendo desta postura um canal de prestador de serviços à comunidade. Por outro lado, o programa apresenta as reportagens. Estas, em muitos casos observados, são transformadas em pequenas histórias, em que a voz condutora do repórter é conjugada aos depoimentos dos personagens, das testemunhas, dos peritos e comumente dos policiais que atenderam as diligências. No geral, marcadas por um forte componente: a intriga, o conflito, ou seja, a progressão e/ou desencadeamento da narrativa desenvolve-se, primeiro de acordo com uma lógica que visa facilitar o entendimento por parte do receptor (então, como um fato principal que vai desencadear outros fatos), mas, desenvolve-se também de acordo com uma lógica socialmente aceita, constituída sob os valores dominantes do meio social. A narrativa concentra sua ênfase no caráter episódico dos fatos. Neste sentido, o factual é apresentado tendo a organização dos elementos da notícia por uma ordem de importância decrescente. O fato é resumido a partir de seus componentes mais marcantes, anunciado pelo repórter na “cabeça” da reportagem, em seguida, a cobertura se desenvolve de forma episódica focado em fatos pontuais sempre tendo o envolvimento de um agente central que oscila entre o suspeito e a vítima. Outros elementos são incorporados à narrativa para dar ênfase a determinadas informações e/ou determinado conflito/intriga (entonação da voz do apresentador, trilha sonora, efeitos sonoros, closes e enquadramentos de câmera, etc).

²⁹ Reportagem exibida em 21 de abril de 2006.

Na mesma linha, Rocha (1997) também oferece sua constatação, afirmando panoramicamente que as reportagens sobre os fatos violentos são guiadas por um mesmo fio condutor: a violência, a tragédia, a criminalidade, a iminência da vitimização, todas essas circunstâncias apresentadas como constitutivas do cotidiano urbano. De maneira geral, o conjunto de informações disponibilizadas pelas reportagens podem ser assim resumidas: quem cometeu o ato (quem matou, quem agrediu, quem traficou, etc); como o ato foi cometido (apontando para os detalhes do acontecimento) e o desdobramento do ato (as dores de familiares e amigos das vítimas ou dos suspeitos e a atuação do corpo policial). É preciso prender a atenção do espectador, é preciso evidenciar o crime, dar ênfase e, se for o caso, produzir, mostrar, investigar e trazer à tona todas as provas e evidências dos fatos para que o telespectador possa estar convencido do papel “indispensável” que o *Cadeia Neles* exerce junto a sociedade mato-grossense

Sua principal estratégia alinha-se a uma tendência geral dos programas de jornalismo policial, que segundo Rondeli (1998), associa-se ao uso comercial das imagens de violência, extrapolando o fato social em si para garantir a audiência e atrair os anunciantes. A exposição da violência torna-se assim um importante produto, para não dizer uma verdadeira mercadoria, que vendida indiretamente aos anunciantes, é oferecida em sinal aberto – estetizada, organizada, editada, e não poucas vezes, espetacularizada – para um número considerável de potenciais consumidores.

Na escolha de seus temas o jornal reduz a infinidade de realidades e significações a um pequeno conjunto que as representa de acordo com as interpretações dos repórteres e dos apresentadores, detentores, por excelência (até pela posição que ocupam dentro do campo onde atuam), de certo grau de poder simbólico, conforme o definido por Bourdieu e Passeron (1982), qual seja: detém o poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova – conservadora ou contestadora (ortodoxa ou heterodoxa) - das divisões sociais. Uma das características deste poder simbólico é a possibilidade de seu exercício através do discurso. Em nosso caso, podemos discutir que os apresentadores, por possuírem um acúmulo de capital cultural/simbólico e econômico, são agentes potenciais para a construção de esquemas de percepção e visões de mundo (ao menos no campo que atuam) intervindo diretamente na construção e propriedades do *habitus* dos agentes que compõem a outra ponta do processo de comunicação - os telespectadores.

3.3 - A hipótese do *Agenda Setting* e o Repertório temático do Jornalismo Policial

Dentre os estudos que se preocupam com a reflexão sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade, tem origem nos primeiros anos da década de 1970, principalmente nos Estados Unidos, uma corrente cuja prioridade consistia em investigar os possíveis efeitos que a mídia produzia em seu público, a partir da repetição e hierarquização dos temas existentes em seu repertório temático. Buscavam, através de pesquisas de opinião, aferir a hipótese de que os meios de comunicação de massa estabelecem sua influência não somente na estratégia de como eles fazem o público pensar, mas, sobretudo, no que eles fazem o público pensar (HOHLFELDT, 2005). Postula-se, portanto, que a sociedade – ou melhor, uma considerável parcela desta – ocupa-se diariamente (seja no sentido de estabelecer seus debates e/ou conversas, seja no sentido de ter um certo direcionamento de suas ações) com aquilo que os jornais exploram por meio dos fatos e temas que priorizam em suas agendas. A hipótese do Agenda-Setting parte do princípio de que a hierarquização temática estabelecida pela comunicação social influencia a forma como o público hierarquiza os temas na sua agenda, pressupondo-se, assim, que o público partilharia dos mesmos critérios de valorização dos acontecimentos ancorados na agenda midiática.

Aplicar a hipótese do Agenda Setting a um canal midiático significa operar o conceito enquanto efeito social da mídia, que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias, e que determina qual a importância a dar a este ou aquele fato. Em linhas gerais, consiste na tentativa de mapear as estratégias utilizadas pelo meio no sentido de estabelecer prioridades temáticas a serem discutidas e pensadas – em um momento dado – tanto no âmbito político, quanto no âmbito interpessoal. A agenda revela igualmente, os tipos de acontecimentos sobre os quais um determinado órgão de comunicação se concentra de forma mais ou menos estável, e conseqüentemente, as representações da realidade que oferece.

Uma breve observação sobre a programação televisiva diária, permite-nos uma primeira constatação: os processos de midiaticização da violência constituem-se, em larga medida, a partir da concepção do noticiário sobre o tema nos jornais e telejornais. Devido ao seu caráter documental, o jornal é o ponto de partida dos processos de definição da

agenda de discussões e, por sua vez, compete à televisão o papel de disseminar esta agenda (TONDATO, 2004:02). O agendamento do tema, tanto nos jornais impressos como nos televisivos, proporciona um grande alcance popular em termos de números de expectadores. Na história do jornalismo contemporâneo, em especial dos telejornais – por serem estes, meios nos quais a combinação entre as imagens e os sons parecem fidelizar a realidade, a abordagem da violência e da criminalidade como pauta condicionante de sua materialização e constituição enquanto formato midiático entrou na arena pública e se consolidou como indústria. Utilizando-se da estratégia de enfoque populista e sensacionalista, que acompanhou a imprensa dita como “popular”, foi absorvido com grandes cifras pela indústria cultural.

Em seu estudo sobre as expectativas e estratégias mobilizadas na produção de programas tematizados sobre a violência, Tondato (2004) desenvolve a hipótese de que o estado de insegurança em que vivemos é fruto, ainda que em parte, da forma como os fatos relacionados ao cotidiano nas grandes cidades são relatados na mídia, ou seja, o discurso do receptor re-produz o discurso da mídia, e esse reproduz o discurso daquele. Dizendo de outra forma, o tema da violência entendido como uma espécie de agenda social em que, um conjunto considerável de agências da mídia, o elegem como prioritário para o preenchimento de suas pautas, provoca, mesmo que de forma não completamente intencional, uma investida no debate do tema também no meio social. É claro que não podemos desconsiderar a presença de outros fatores importantes para o agenciamento da violência nos meios midiáticos, um deles, com certeza, é que o noticiário violento parece tornar-se um “produto midiático” com amplo “mercado”, ou seja, um produto facilmente comercializável, que incorpora ao capital simbólico o capital econômico.

Se operarmos a problemática do agendamento (agenda-setting) sob a concepção de Agência Pedagógica parece ser um importante meio para pensar o produto midiático tematizado sobre a violência, suas influências diretas e indiretas no capital econômico da mídia hegemônica e, por outro lado, a intervenção que esse agendamento provoca tanto nas questões prioritárias para o debate público, como no que se poderia chamar de dinâmica social dos “consumidores” e, por conseguinte, em sua cultura e em seu habitus. Isto encaminha nossa discussão, para refletir sobre a possibilidade que a narrativa jornalística, através de sua linguagem – dotada de características peculiares ao próprio campo em que se insere – exerce sua intervenção na conformação das dinâmicas sociais, desencadeando

mecanismos que afetam parte da atividade dos agentes na aquisição e reforço dos conhecimentos e normas pelas quais se pauta a compreensão do mundo.

3.4 - A violência implícita: ação pedagógica e inculcação cultural

Antes de continuar a desenvolver este tópico, cabe uma breve reflexão sobre uma forma particular da violência exercida pelos meios de comunicação de massa, e em nosso caso, especificamente no programa que escolhemos como ponto de análise para esta dissertação, ou seja, cabe refletir sobre o exercício implícito de uma forma de violência que Bourdieu e Passeron (1982) denominaram de violência simbólica. Em nosso caso significa falar do constrangimento exercido pelo programa em sua posição de *Instância Pedagógica* que procura através de uma *ação pedagógica* (entendida aqui como o conjunto dos discursos proferidos pelo programa e sobre os valores éticos, sociais e políticos defendidos através deles) legitimar-se enquanto instância de mediação no campo da prática dos sujeitos, apostando na possibilidade de sua ação no sentido de intervir no *habitus* de um conjunto de agentes sociais. Parto, também, da premissa de que a constante exposição dos indivíduos a determinados conteúdos dos meios de comunicação de massa abre possibilidades para que estes internalizem noções e categorias que concorrem para a formação da cultura com as instâncias tradicionais de educação. Nesta perspectiva não seria descabido propor uma analogia entre o discurso pedagógico e o discurso do Cadeia Neles, considerando que o programa, ao desfrutar de uma posição semi-hegemônica dentro do campo que atua, assume o papel de *Instância Pedagógica*, ao propor à sociedade um discurso interventor e disciplinador. Tal ação manifesta-se de forma sutil e contínua.

Nesse sentido, o conceito de *Ação Pedagógica*, proposto por Bourdieu e Passeron, parece ser uma importante ferramenta para discutir o âmbito das ações e intervenções realizadas pelo programa analisado. Aqui faremos um breve resumo que vai sustentar parte de nossas discussões. Trago na seqüência um pequeno mapa (baseado em minha interpretação das proposições do autor) sob qual buscarei sustentar parte de minhas observações:

(1) *Instância Pedagógica* → (2) *Ação Pedagógica* → (3) *Autoridade Pedagógica*

(1). O conceito de *instância pedagógica* é pensado e refletido tendo como referência as instâncias tradicionais de educação e ensino e o seu papel fundamental no processo de educação dos membros da sociedade. No entanto, as reflexões propostas por Bourdieu e Passerom (1982) deixam alternativas para que possamos aplicar o conceito a outras instituições que concorrem para prática de inculcação de um arbitrário cultural³⁰ através da mobilização de bens simbólicos. Nessa direção, entendemos o programa Cadeia Neles como uma *instância pedagógica*, cuja legitimidade não é credenciada pelo Estado, mas forjada pela posição que ocupa em seu campo de atuação (o campo jornalístico formado pelo conjunto de telejornais de cobertura regional) e constituída sob a premissa do exercício isento da prática jornalística, que compreende a mediação (supostamente isenta) da realidade ou dos fatos ocorridos e avaliados como noticiáveis nesta realidade. Constitui-se, portanto, como um canal pelo qual agentes específicos buscam implementar um conjunto de *ações pedagógicas*, que concorrem na formação cultural e social de uma significativa parcela de indivíduos que relacionam-se com seu discurso. É tendo como referência as instâncias/agências voltadas para a produção e reprodução cultural, que as considerações propostas pelos autores podem ser aplicadas, pensando no lugar de que os agentes falam, com que legitimidade eles falam e para quem falam.

(2). Por *ação pedagógica* podemos entender o conjunto de práticas, majoritariamente no campo simbólico, mas não exclusivamente nele, implementadas por grupos, instituições ou agentes, que dentre seus objetivos procura inculcar (fazer serem absorvidas como legítimas no meio social) certas significações – convencionadas e arbitrárias – que definem objetivamente os valores de uma sociedade, de um grupo, de uma fração de classe, ou de um conjunto específico de sujeitos sociais. A força da ação pedagógica de um grupo, instituição ou agente é definida em termos de capital cultural, simbólico e econômico, pertencente a este mesmo grupo, instituição ou agente. O conjunto destes capitais vai definir o *status* de “legitimidade” arbitrária, devido à influência que pode estabelecer em outros campos, a exemplo do campo político institucional que muitas vezes fica subordinado ao campo econômico. Tal ação é cotidiana, e é implementada através da

³⁰ *Arbitrário* no sentido de que nenhuma significação simbólica que estrutura o campo da cultura pode ser deduzida de um princípio universal (de um princípio natural), e sim a partir de um conjunto de convenções sociais, geralmente constituídas pela hegemonia de uma classe ou fração desta mesma classe.

comunicação pedagógica realizada de forma a dissimular as relações de forças que as tornam possíveis. Na perspectiva da reprodução a comunicação materializa-se enquanto interação socialmente estruturada, concretizada pelos agentes a partir de posições sociais estabelecidas sob o suporte do capital econômico e cultural. A dinâmica de comunicação implementada pelo *Cadeia Neles* não foge a proposição de Bourdieu e Passeron, a forma estruturada da disposição dos agentes marca o lugar, que cada um deles ocupa no processo de produção e veiculação do programa, que pode ser assim descrita: de um lado, o discurso da agência de produção simbólica (o Cadeia Neles), de outro, o conjunto de receptores que são fundamentais para a existência do programa, mas compõem os elementos complementares da comunicação. Na medida que esta comunicação estabelece uma relação de poder dissimulado, estes últimos representam o pólo dominado, pois não possuem direito à palavra.

(3). *Autoridade pedagógica*: é o agente pelo qual a *ação pedagógica* é implementada. Sua posição consiste em representar um grupo, instituição ou conjunto de agentes, cuja autoridade é também outorgada por este mesmo grupo, instituição ou conjunto de agentes. O apresentador, comportando-se como “orquestrador” dos discursos que condensam os interesses gerais do programa, é a figura investida de autoridade pedagógica que tem fundamental importância para estabelecer a legitimidade e eficiência da ação desejada. Este mobiliza o seu capital cultural e a sua legitimidade enquanto porta-voz que traz sua contribuição para a formação e/ou conformação dos membros da sociedade. Tal posição é justificada pela eficácia de algumas ações pontuais, implementadas pelo programa e “dirigidas” pelo apresentador, como, por exemplo, as campanhas de “solidariedade” que mobilizam um número considerável de agentes, que prestam sua adesão através de doações de diversas naturezas; ou, até mesmo, por meio da forte intervenção do apresentador junto às instâncias do poder público. A guisa de exemplo, em alguns casos observados, quando o apresentador faz determinada denúncia que envolve agentes das instâncias públicas é quase certo que estes agentes buscam, logo na sequência, um meio de tornar público um esclarecimento ou pedir a voz no programa para esclarecer as questões abordadas.

Dito que a legitimidade e o reconhecimento são indispensáveis para a noção de *autoridade pedagógica*, a eficácia de sua intervenção, ou seja, de sua *ação pedagógica*, é determinada pelas condições sociais de sua apropriação simbólica pelos receptores – trata-

se de supor, entre os receptores, a existência da necessidade da informação e mobilizar a informação no sentido de satisfazer tais necessidades. Tal pressuposto é interessante de ser analisado quando o conteúdo último da ação pedagógica consiste em democratizar o acesso a informações relacionadas à prática do crime e da violência. Por parte dos receptores, têm-se a necessidade de estarem atentos às condições sociais que os cercam, até mesmo para que possam desencadear ações que reforcem a sua “proteção” em relação aos supostos crimes e violências em curso. Nesse sentido, estar informado a respeito da atuação dos criminosos e da prática da violência gratuita parece ser um “mal necessário” em uma mediatizada situação de insegurança generalizada. Daí decorre nossa compreensão em relação à eficiência – no sentido de conformar consciência - do discurso do *Cadeia Neles*, pois, diante de um quadro social (real ou simulado) em que a noção de insegurança contagia as relações entre os indivíduos, as imagens e discursos parecem internalizar a subjetividade das pessoas, conformando ou servindo de referência para determinadas ações.

No sentido posto, entendemos que a *ação pedagógica* do *Cadeia Neles* representa a tentativa de inculcação de um abitrário cultural, que foi chamado a reproduzir (por questões políticas e econômicas) em um público determinado, que, em decorrência da exposição ao discurso por um período prolongado, pode vir a interiorizar tal arbitrário em seu *habitus*. Assim, a natureza do programa pode ser descrita como trabalho prolongado de inculcação que produz a interiorização dos princípios de um arbitrário cultural, sob a forma de um *habitus* durável e transferível, nos termos da abordagem apresentadas por Bourdieu e Passeron (1982).

Tal *ação* é exercida sob códigos sociais determinados e majoritários que, de uma forma ou de outra, coexistem em um determinado meio social. Quero dizer que muito provavelmente o programa não tentaria – através de uma ação pedagógica – impor noções e valores que fugissem às premissas do arbitrário dominante. Se ele defende, por exemplo, uma atuação mais eficaz e enérgica do corpo policial é porque isso já existe como discurso no meio social – discurso hegemônico da classe, ou fração da classe hegemônica – que defende, de forma mais, ou menos explícita - esta mesma atitude do corpo policial. Sabemos, por exemplo, até mesmo através da própria mídia, que a postura policial para os despossuídos de bens econômicos é mais agressiva e que os pobres (moradores de bairros de periferia, favelas, etc) são as principais vítimas do abuso da força do corpo policial.

Outro exemplo, o discurso favorável à redução da maioria penal, defendido incontestavelmente pelo programa, encontra ressonância no discurso conservador de uma parcela considerável da classe média e de uma fração da classe dominante, quando se vêem como potenciais vítimas da criminalidade. Com isso queremos dizer que quando um discurso vem ao público, ele já encontra – em proporções diferenciadas – uma série de referentes que contribuem para a sua eficácia, e na maioria das vezes parece reproduzir os princípios fundamentais do arbitrário cultural dominante.

Tendo como referência a observação das edições e reportagens do *Cadeia Neles*³¹ como material empírico para a análise pretendida neste trabalho, traremos no próximo capítulo reflexões que buscam compreender as principais ações empreendidas pelo programa e como estas se materializam cotidianamente em sua tela.

³¹ Gravadas em fita K7 por um determinado período de tempo, contemplando 36 edições, as reportagens foram posteriormente revisitadas para análise.

CAPITULO IV

A PRODUÇÃO IMAGÉTICA DOS DRAMAS SOCIAIS

Se as formas diretas de protesto infrapolítico, através da ruptura popular da ordem pública, da tomada direta de bens e da destruição de propriedades, espalham-se nos distritos urbanos pobres da sociedade avançada, é porque também os meios formais de pressão sobre o Estado declinaram, juntamente com a decomposição dos mecanismos tradicionais de representação política dos pobres. Wacquant (2005:33)

A literatura popular de cordel e folhetins³², o cinema, o rádio e a televisão tiveram, cada um a seu modo, a característica de narrarem fatos sensacionais, violentos, inesperados e chocantes. Em momentos diversos, abordar o excêntrico foi uma estratégia das formas narrativas no sentido de buscar uma aproximação e conquistar o seu público. A imprensa popular no século XIX, quando o desenvolvimento das tecnologias de impressão vai marcar uma das primeiras manifestações da produção simbólica de caráter massivo, criou constantemente histórias em que as tragédias e os crimes, acompanhados da ridicularização de figuras aristocráticas, compunham o enredo que atraía atenção de muitos leitores (MARTIN-BARBERO, 2003).

Em nossa análise específica, um dos objetivos propostos é elucidar, por meio de análise das imagens e dos discursos veiculados, a forma de representação social da violência construída nas telas dos programas jornalísticos de caráter policial, mais especificamente, no programa *Cadeia Neles*, cujo público majoritário é proveniente das classes populares.

Vamos aproximar-nos, um pouco mais, desta forma-violência muito própria do fazer jornalístico. É própria por ser a televisão um meio audiovisual que tem a capacidade de agregar elementos de diversas outras formas de narrativas. Assim sendo, constitui-se com a utilização de elementos da literatura popular, do rádio, do cinema e transforma todo este conjunto em uma modalidade de narrar a violência que traz

³² Literatura de massa, para-literatura ou, ainda, literatura marginal, os folhetins deram lugar a um espaço ímpar às primeiras experiências literárias das classes populares, além de ocuparem grande importância na prática de leitura e difusão de valores no interior da classe operária, constituindo-se, sem dúvida, como a primeira experiência de produção massiva de bens simbólicos, amplamente absorvida pelas classes populares (MARTIN-BARBERO, 2003).

consigo auto-grau de apelo emotivo. Traz também, o discurso de um pretenso “realismo” – construindo-se ora sob o formato de notícia, ora sob o formato de docudrama³³, investigação, condenação e delação - que expõe quase sem censura cadáveres, acidentes com vítimas destroçadas entre ferragens, flagrantes narrados sob a respiração ofegante dos repórteres, câmara-verdade que se torna a um só tempo o olho do grande público, e exhibi a esmo o cenário urbano em que acontecimentos trágicos, sucedem-se de forma contínua.

Por mais que os acontecimentos violentos registrados pelo *Cadeia Neles* sejam, em sua gênese, repletos de uma carga emocional muito forte e permeado de drama social, quando veiculados passam, costumeiramente, por uma breve edição em seus conteúdos, buscando exacerbar ainda mais os aspectos emotivos do acontecimento. Closes e repetições de imagens são utilizados com certa frequência. Os recursos utilizados não são extraordinários, mas, para um editor, mesmo com pouca experiência, algumas pequenas intervenções bastam para alcançar o objetivo desejado. Em muitas situações, observa-se que não são as palavras que conduzem a narrativa, mas, são as seqüências de imagens que organizam as palavras com o objetivo de promover um certo “gerenciamento” da emoção do telespectador.

O slogan de comemoração do 12º aniversário do programa anuncia a prática do *Jornalismo Coragem*, da informação imparcial. Mas, para além da dita coragem e imparcialidade, o que se pode observar em grande parte de suas reportagens é a exacerbação da característica emotiva que se pretende dar aos fatos. Nas técnicas de edição, a marca desta emotividade é constituída a partir do uso de alguns enquadramentos que se aproximam dos personagens focados, bem como o emprego de recurso sonoro que contribua para explorar a emotividade do expectador. Esta trilha é bastante variada, dependendo do caráter que se queira dar para o fato noticiado, variando de uma construção musical de baixa estimulação³⁴ à de uma sistemática exploração do suspense³⁵.

³³ Este gênero pode ser definido como uma fusão entre a narrativa de ficção e o estilo documentário. Atualmente, um dos mais emblemáticos programas televisivos que se utilizam desta modalidade é o programa policial *Linha Direta*, da Rede Globo de Televisão.

³⁴ Geralmente, presente em reportagens cujo objetivo é mostrar a difícil situação econômica e social pela qual passa uma determinada pessoa ou família e buscar alguma forma de ajuda ou intervenção dos expectadores.

³⁵ Na maioria das vezes, esses áudios são utilizados em casos em que a equipe de reportagem acompanha uma perseguição policial, ou em flagrantes “espetaculares” registrados pelo cinegrafista do programa.

Durante a seleção de nosso corpus da pesquisa, acompanhamos visualmente um número aproximado de 33 edições do telejornal *Cadeia Neles*, durante meses diferenciados, o que nos permitiu um panorama mais abrangente das principais caracterizações que permeiam o programa. Um dos fatos que nos chamou a atenção e foi recorrente nas gravações observadas consiste na pretensa posição de mediador institucional que o programa *Cadeia Neles* tenta ocupar, principalmente através do discurso interventor e, muitas vezes, punitivo de seu apresentador. Uma espécie de mediação entre “as massas” e o poder público, posição esta que se materializa ora como cobrança instrumental às instâncias do Estado, ora como uma instituição à qual cabe o papel de denunciar os problemas sociais (atrocidades e violências), retirando-lhes de seu limite espacial de acontecimento e estendendo-os ao grande público, com o propósito de oferecer “propostas” que encaminhem possíveis soluções aos problemas em questão, convocando os órgãos competentes a empenharem-se na aplicação das leis e fazer valer os dispositivos disciplinares.

Em um primeiro momento vale a pena trazer para o leitor algumas observações pontuais, que consideramos de extrema importância para a melhor visibilidade do que tem sido, costumeiramente, exibido nas telas do *Cadeia Neles*, a saber:

- a) um grande número de menores envolvidos nas mais variadas contravenções e episódios de manifestação da violência (homicídio, roubos a mão-armada, brigas de gangues, abandono e mal-trato por parte de seus familiares), quer na qualidade de vítimas, quer na qualidade de “infratores”;
- b) a vitimação de jovens é uma constante na grande maioria dos casos de assassinato observados. A desvalorização da vida entre jovens de 17 a 25 anos é uma constante, a maioria deles ocorre em consequência de motivos relativamente corriqueiros (crimes passionais, brigas entre “gangues” e “galeras”, vinganças de “tretas” antigas). Muitos dos assassinatos também estão direta ou indiretamente relacionados ao uso excessivo de drogas e ao tráfico em pequena escala;
- c) a grande maioria dos “personagens” do *Cadeia Neles* são pessoas originárias e pertencentes às classes populares que, habitualmente, são reportadas em bairros de periferia da cidade. Nestes casos, o discurso assume um caráter interventor, em que os comentários são repletos de julgamentos. Nas reportagens em que são aludidas pessoas que possuem alguma posição de *status* social (empresários, parlamentares, altos funcionários públicos), a elaboração do conteúdo da matéria mostrou-se, aparentemente,

constituída sob um viés imparcial, as informações são repassadas para o espectador de forma direta e os comentários são minimizados;

d) existe forte tendência, por parte do apresentador, em sentenciar negativamente pessoas negras, ou aquelas que representam algum estereótipo em nossa sociedade, como portar tatuagens no corpo, emprego demasiado de gírias, uso de adereços como brincos e cabelos cumpridos, no caso de homens. Aqui vale lembrar um pequeno trecho da fala de Clóvis Roberto, ao comentar a prisão de um rapaz por portar ilegalmente arma de fogo: “[...] olha, nem uma discriminação [...] nada [...] mas o camarada já se apresenta todo tatuado, meio esquisito [...] cara de mala [...]”³⁶. No caso das mulheres, as principais características que levam o apresentador a proferir as sentenças de condenação estão relacionadas ao uso de drogas e ao envolvimento com prostituição e adultério;

e) podemos observar uma constante no discurso do programa: uma forte dicotomia entre os termos “trabalhador” e “vagabundo”. No primeiro grupo estão classificadas as pessoas que, por consequência de um fato excepcional, cometeram algum ato de delito e/ou violência. Estão neste grupo de forma majoritária pessoas idosas (que em situação de desespero praticaram algum roubo, ou “espancaram” filhos e filhas desobedientes, reagiram contra alguma situação adversa), e maridos que presenciaram uma prática de traição de suas companheiras e como consequência, muitas vezes para fazer valer a “honra”, cometem atos de violência. No outro grupo, os pequenos traficantes de droga (abordados com pequenas quantidades de “trouxinhas” de maconha ou “cabecinhas” de pasta base) ocupam o primeiro lugar, seguidos pelos “ladrões pés-de-chinelo” que cometem pequenos furtos e são reincidentes tanto nas delegacias, como na câmara do *Cadeia Neles*. Para este último grupo, que por motivos diversos parecem não enquadrar-se na ordenação capitalista do mundo do trabalho, a condenação, na grande maioria dos casos, é sumária. Nas palavras do apresentador: “Malandro tem que mofar na cadeia [...] até virar gente [...]”. A valorização do trabalho por um lado, e a condenação da vadiagem e do desocupado por outro, remetem a uma valoração concebida tanto pela ideologia de perspectiva judaico-cristã, como dos colonizadores que condenavam ora o índio preguiçoso, ora o negro indolente, que só se punham ao trabalho mediante a postura rígida de seus senhores;

³⁶ Reportagem exibida em 4 de abril de 2006.

f) um outro fato importante que vale ressaltar, neste momento, é a implacável condenação, por parte do apresentador Clóvis Roberto, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em quase todas as reportagens que envolveram menores na qualidade de infratores o Estatuto foi referenciado e fortemente criticado. Na avaliação do apresentador, a quantidade de crimes e delitos envolvendo menores aumentou consideravelmente a partir da institucionalização do ECA porque, segundo ele, os mesmos sabem que serão protegidos pelo Estatuto. Ao comentar uma reportagem em que um menor estava sendo acusado de latrocínio, deixa precisa a sua posição: “O ECA para mim não passa de uma caca, uma porcaria criada no país e que induziu e está acabando, dizimando com a juventude brasileira”. Em uma outra reportagem, ao fazer comentários sobre dois menores detidos no interior de um transporte coletivo portando “trouxinhas” de maconha, o apresentador apresenta a sua solução: “Para cortar o mal pela raiz é preciso primeiro botar fogo no Estatuto da Criança. Botar fogo naquilo [...] acabar com aquilo”.

4.1 - As formas da violência

Dentre o conjunto de edições do *Cadeia Neles* observados, mapeamos, para fins metodológicos, quatro diferentes linhas de abordagem dos fenômenos ou atos violentos apresentados no programa.

Para classificar a primeira linha de abordagem tomamos emprestado o termo proposto por Santos (apud TEIXEIRA, 2002:42) denominado *Violência Costumeira ou Difusa*. Esta se materializa no estranhamento ou desgaste das relações sociais em pequeno âmbito, com quebra das regras de sociabilidade; trata-se, para o autor, da violência cotidiana ou ordinária, praticada entre cidadãos comuns que se manifesta, sobretudo, fora do cotidiano criminal; em muitos casos, além de não terem antecedentes, no geral os sujeitos envolvidos mantêm uma relação de proximidade e de vizinhança.

A segunda linha de abordagem proposta será denominada aqui de *Violência Simbólica*, cuja principal característica consiste na espetacularização das condições de vida dos trabalhadores, situação na qual a equipe do programa *Cadeia Neles* insere-se na intimidade dos lares e da vida pessoal de seus personagens para promover sua “boa

ação”, seja pedindo ajuda humanitária ao seu “grande público”, cobrando medidas urgentes do poder público, seja oferecendo pequenas ajudas materiais.

A terceira linha, denominada *Violência Institucional*, pode ser classificada como o conjunto de atos de violência materializado por agentes vinculados ao Estado, e nos casos que analisamos os seus agentes estão incorporados diretamente ao quadro da polícia militar.

A quarta categoria proposta é denominada *Violência Coletiva ou Grupal*. Será considerada quando na sua prática estiverem envolvidos um conjunto de indivíduos que, por motivos políticos ou espontâneos, estão coesos na perspectiva de alcançar um objetivo comum, mesmo que pontual. Vale lembrar: não consideramos as categorias, acima definidas, como estanques em seus modos de apresentação. Em alguns casos podemos perceber o entrecruzamento destas categorias configurando-se como um *continuum* de espetacularização, quase ininterrupto.

Dentre os casos selecionados para nossa análise, faremos a decupagem³⁷ de alguns trechos das gravações escolhidas como fontes para a pesquisa em causa, considerando os intervalos mais emblemáticos em relação ao problema que pretendemos discutir neste trabalho, qual seja: a forma como o *Cadeia Neles* apresenta para o seu grande público os atos de violência cotidianamente registrados por suas câmeras e o pretense ideal disciplinador que o programa desenvolve ao condenar ações e práticas que põem em risco as relações de integridade física entre os indivíduos. Para tornar esta análise mais didática transcrevemos, abaixo, alguns trechos do material áudio-visual, classificando-o em dois campos distintos: um de dimensão verbal (transcrição literal dos comentários do apresentador), e o outro de dimensão não verbal (composta pelos recursos inerentes às técnicas de produção audiovisual tais como: posição e enquadramento da câmera, iluminação, trilha sonora).

4.2 - A abordagem da violência cotidiana

O primeiro grupo de reportagens a ser analisado trata-se dos atos de violência ocorridos, geralmente, em ambiente doméstico, no interior dos lares ou entre indivíduos cuja relação é de proximidade e vizinhança. O exercício da violência entre pessoas de relacionamento estreito assume proporções variadas, às vezes sem grande vitimação,

³⁷ Técnica que consiste em dividir um determinado material áudio-visual em planos de enquadramento, sequência de cenas, trilha sonora e discurso verbal, atentando-se às indicações dramáticas e técnicas necessárias à filmagem ou à gravação das cenas.

outras com finais trágicos em que assassinatos são cometidos de forma inesperada por motivos corriqueiros como, por exemplo, em decorrência de pequenas intrigas, ciúmes, desavenças comerciais, entre outros.

Episódios que mostram aos olhos do expectador o efêmero valor reservado à vida humana. Com o auxílio das reflexões apresentadas por Rondeli (1998), afirmamos que tais práticas apontam para aquilo que caracteriza a predominância da desigualdade social em níveis brutais, que se constitui em seu aspecto estrutural tão atávica que passa a ser, de certa maneira, naturalizada, contribuindo, desta feita, para a consolidação de uma verdadeira anomia no tecido social.

Exemplos trágicos, como o mostrado na reportagem exibida no dia 6 de março de 2006, na qual um pai de família é assassinado por seu vizinho em decorrência de uma dívida de vinte reais, não cumprida por ausência de condições materiais. A reportagem mostra o corpo da vítima estendido ao chão em um barraco de madeira extremamente pequeno e apertado. A cena provoca impacto imediato: os vizinhos acompanham todo o trabalho de investigação realizado pela polícia, bem como pela equipe do *Cadeia Neles* que, para dramatizar ainda mais a situação, faz uso exaustivo do *close* no corpo da vítima.

No dia 19 de junho de 2006, o *Cadeia Neles* abre a sua programação com o depoimento de um membro da corporação policial explicando as circunstâncias que levaram a mais uma tentativa de assassinato, que resultou em grave ferimento para a vítima. Assim pronunciou-se,

Foi por conta de uma brincadeira, né [...] a senhora passou, tropeçou no fio que estava ligada a televisão onde eles estavam assistindo o jogo [...] Aí eles brincaram: “foi de propósito, foi de propósito [...]” Aí o namorado dela achou que estavam falando sério e foi tomar satisfação, nisso já se envolveram numa vias de fato e posteriormente o cidadão que levou a pior nas vias de fato, retornou com uma faca [...]”.

O desfecho teve como resultado uma vítima com três facadas, encaminhada para o hospital pronto socorro, correndo risco de vida. Na seqüência é veiculada outra reportagem em que, por conta de excesso de consumo de álcool, marido tenta matar a mulher fazendo uso de um “pé-de-cabra”, durante uma festa religiosa em um bairro da periferia de Cuiabá. Ao final, os dois, feridos e embriagados, vão parar na delegacia de polícia, momento este flagrado pela câmera do programa *Cadeia Neles*.

São inúmeros os exemplos em que a prática da violência no ambiente doméstico, ou entre pessoas próximas, ocasionadas por motivos banais ganham proporções

trágicas. Os episódios costumeiramente são retratados em ambientes bem característicos: bairros de periferia da cidade, onde as precárias condições de sobrevivência podem ser facilmente observadas através das deficiências estruturais das moradias, conforme são mostradas, bem como pelas péssimas condições das vias públicas. Isso não quer dizer que esta modalidade de violência não ocorra, também, em bairros que estão fora da chamada periferia urbana, onde o poder aquisitivo dos moradores é mais elevado. O fato desses episódios serem registrados, geralmente, em bairros da periferia urbana desse país reforça uma outra hipótese da nossa pesquisa, qual seja: a violência é também exercida pelas câmeras do *Cadeia Neles* ao se aproveitarem das fraquezas de pessoas humildes, invadindo sistematicamente seus ambientes privados e mostrando ao seu grande público os acontecimentos que ali se revelam.

Em todas as edições observadas do telejornal, não constatamos nenhum ato de violência doméstica ocorrido em bairros de classificação econômica mais elevada. Desta feita, o programa revela mais uma de suas características: é um telejornal que tem com público alvo pessoas de classes populares, até porque estas mesmas são personagens costumeiramente exibidas em sua tela.

Nesse espectro, a prática da violência tem sido o recurso tradicionalmente usado diante da impossibilidade de estabelecer negociações ou consensos sociais mínimos. A ausência dessas possibilidades parece contribuir para que a prática da violência doméstica se torne uma constante. Segundo Rondeli,

Estes atos em que vemos a violência cotidiana, banal e ordinária, são atos que, no modo bruto como aparecem, com precarríssimas mediações institucionais, revelam não só o isolamento dos setores sociais neles envolvidos, como também a impotência da sociedade de resolver seus conflitos (1998:148).

O isolamento que nos referimos aqui não é um isolamento espacial, mas, sim institucional, o poder público se faz ausente, ora pela ineficácia de seus serviços, ora pelo papel de provedor de condições mínimas para a garantia da harmonia entre as relações.

A mídia apresenta o problema da violência na forma de episódios, portanto, de forma isolada e descolada de uma conjuntura social mais ampla. Na maioria dos casos seu discurso sustenta-se sob uma avaliação fragmentada do fenômeno da violência, uma visão que não dá conta de considerar a face estrutural da violência enquanto um processo permeado por uma série de implicações sociais, econômicas e culturais (as consequências de uma ordem social constituída sobre valores de consumo; a dinâmica

produtiva cada vez mais excludente na qual o desemprego estrutural afeta diretamente sujeitos de classes menos favorecidas; o desencantamento pela vida e a aparente falência de projetos coletivos). Assim, a violência emerge sob um quadro sócio-político no qual somente a aplicação da lei e das sanções punitivas, muito provavelmente, não conseguiriam dar soluções realmente satisfatórias.

Os programas policiais concebem, assim, a violência a partir de uma matriz moral e personificada. Desta forma a mídia corrobora em criar um sistema de representações de atos de violência que classifica os temores sociais e os atos violentos aos quais devemos temer e lidar cotidianamente. Criado este ambiente é esta mesma mídia que levanta a voz em favor das potenciais vítimas, exige providências do poder público e, acima de tudo, oferece as versões de causa e solução para o problema da violência no meio social.

4.3 - A violência simbólica

Pensar a violência simbólica significa pensar a forma de coação na qual o que está em jogo não é mais a integridade física do sujeito, mas, sim a sua participação cultural e intelectual no campo da produção simbólica. Significa pensar como este indivíduo é exposto ao conjunto dos bens simbólicos produzidos e sob quais condições ele é exposto. A partir dessa premissa podemos afirmar que o caráter do exercício da violência simbólica, materializada pelo *Cadeia Neles*, se dá no âmbito da produção, preservação e reprodução cultural exercida pelo próprio programa, sob seus personagens, que desprovidos de qualquer estrutura material e intelectual são expostos, nas reportagens do programa

O exercício da violência simbólica implementada pelo programa pode ser verificado a partir das reportagens em que os atores, via de regra, oriundos das camadas sociais economicamente desfavorecidas, são coagidos com a intervenção da câmera, explorando suas emoções e sofrimentos; buscam prender o telespectador pela abordagem espalhafatosa dos acontecimentos, operada segundo o estilo dos profissionais desse setor.

A exposição do sujeito

É usual o programa apresentar ao seu público reportagens cujo objetivo principal consiste em mostrar pessoas vitimadas pelo sistema social, vivendo em condições sub-humanas, a fim de viabilizar alguma espécie de ajuda material. São as “donas marias”, os “seus zés” e tantos outro(a)s apresentados nas reportagens do *CadeiaNeles*, que se aproveita da situação de abandono de pessoas simples como conteúdo central da sua programação. Não queremos dizer que o programa é ineficiente ao tentar de alguma forma contribuir, pontualmente, na vida de alguns dessas pessoas, mas, mesmo nos episódios dessa natureza, parece-nos que a exacerbação das condições sub-humanas são demasiadamente dramatizadas. Será, mesmo, preciso dramatizar para emocionar ainda mais o público e ter assim um maior envolvimento das pessoas no sentido de prestar ajuda ao pobre personagem focado na tela? Se for, ou não, realmente este objetivo, vale destacar que esse tipo de abordagem tem dado resultados imediatos para alguns dos casos mostrados no programa.

Acompanhamos um desses casos, materializado em uma seqüência de quatro reportagens exibidas pelo programa. A primeira delas foi ao ar no dia 6 de março de 2006, e trazia a dramática e dramatizada história da Sra. M.A, uma jovem mulher, mãe de três filhos, abandonada pelo marido, desempregada e desamparada, morando em um improvisado barraco de lona. Quem estava à frente da reportagem era a repórter Lauristela Guimarães³⁸. A mesma inicia a matéria em um tom extremamente dramático: “Miséria absoluta, degradação humana; neste alagado, debaixo daquela lona, vivem hoje três crianças amparadas por uma mãe”. O enquadramento inicial também ajuda a compor o clima da reportagem: a repórter é apresentada em *plano americano* (da cintura para cima), enquanto ao fundo, compondo o segundo plano da imagem, aparece a mãe, seus três filhos e o barraco que seria a sua moradia (fig.02). A esse enquadramento segue a seqüência de um *travelling*³⁹ que mostra a difícil caminhada da repórter sobre uma tábua de madeira improvisada em meio ao terreno úmido, enquanto dá continuidade a reportagem: “caminhar aqui é difícil, mas sobreviver é ainda pior [...]”.

³⁸ Lauristela Guimarães é uma repórter com longo caminho percorrido no *Cadeia Neles*, e em quase todas as matérias de caráter “humanitário” do programa, é convocada para estar à frente da reportagem.

³⁹ Movimento no qual a câmera acompanha a ação do personagem sempre mantendo a mesma distância.



figura 02 – Repórter do Cadeia Neles

Em linhas gerais, a reportagem mostra a realidade da jovem mãe, dona M.A, abandonada pelo marido com seus três filhos. A jovem trabalhava como empregada doméstica na casa de uma Irmã de Caridade muito doente. A freira havia prometido a posse da casa à jovem quando morresse. No entanto, quando veio a óbito, os familiares da freira expulsaram dona M.A, deixando-a sem nenhuma estrutura. Agora, em precárias condições financeiras, estava morando em um bairro de periferia da cidade de Cuiabá, e seu único pertence material era o seu barraco de lona.

Na seqüência da reportagem Lauristela vai contando os detalhes das condições de vida de dona M.A e de seus três filhos, relatando acontecimentos anteriores a tal situação. A reportagem ganha características de documentário, com uma narração em tom pausado, as perguntas da repórter vão arrancando respostas emocionadas das personagens em foco. O cinegrafista, por sua vez, tem o cuidado de enquadrar os personagens em *plongê*⁴⁰ para marcar, ainda mais, a posição de vítima atribuída a essas pessoas (fig.3 e fig.4).

⁴⁰ Enquadramento que consiste na filmagem com a câmera em uma posição superior ao personagem, focando-o de cima para baixo. Segundo as técnicas de gravação e filmagem esse tipo de enquadramento sugere a noção de inferioridade ao personagem.



Figura 03 – Mulher sendo entrevistada por repórter do Cadeia Neles



Figura 04 – enquadramento de personagens da reportagem do Cadeia Neles

A reportagem segue por seis minutos, tempo em que as dificuldades enfrentadas por dona M.A são mostradas exaustivamente. O ritmo penetrante da narração da repórter ganha mais emoção com os apelos emocionados das personagens. E, ao finalizar a reportagem, segue a seguinte sequência:

Dimensão Verbal	Dimensão não Verbal	
	ÁUDIO	VÍDEO
Repórter: Neste mês dona Maria, em que se comemora o dia da mulher, como mulher, como você enfrenta tudo isso?	Música instrumental de baixa-estimulação.	Plano americano enquadrando repórter e personagem.
Dna M.A: a única coisa que eu queria é uma casa né (choro)	Música instrumental de baixa-estimulação.	Fecha enquadramento no rosto da personagem
Repórter: força pra trabalhar você tem?	Música instrumental de baixa-estimulação.	
Dna M.A: tenho, graças a Deus. Muita força (choro) [...] e vou vencer.	Música instrumental de baixa-estimulação. Entra choro de Bebe	
Repórter: você tem esperança de dar um futuro melhor para os teus filhos?	Música instrumental de baixa-estimulação. Entra choro de Bebe	
Dna. M.A: Se Deus quiser [...](choro)	Música instrumental de baixa-estimulação.	
Repórter: este é um retrato cruel da realidade nua que se vive hoje na periferia de Cuiabá. Bairro Pedra 90, é a realidade muito perto da gente. Não é aquela coisa distante. Você que está em casa, pode e deve ajudar, porque isto aqui, está acontecendo no quintal de nossa casa. Uma situação de abandono, de desespero, de miséria absoluta. Você pode fazer a diferença na vida desta mãe e de seus três filhos.	Fade-out trilha sonora	Abre zoom: enquadramento da mulher, das crianças e do barraco; Abre zoom: plano geral: entra repórter no enquadramento; Fecha zoom: enquadramento das duas crianças;

Terminada a reportagem vem a imagem interna do estúdio do programa, seguindo com o comentário do apresentador: “Olha, acaba de ligar a assistente social do Município e disse que vai lá tomar as providências [...] E a gente espera que sim! Espera que sim! Que sejam tomadas todas as providências. Por que é uma menina, faz pena”.

Esta reportagem se prolongou por mais três edições do programa (dias 07/03, 08/03 e 08/04), as quais mostraram as repercussões ao fato. No dia seguinte, 7 de março, a nova reportagem já mostrava os resultados: pessoas que haviam se sensibilizado com a situação de dona M.A e agora prestavam seu apoio através de doação de móveis e alimentos. A reportagem ressalta também a visita de duas Assistentes Sociais da Secretaria de Estado, de Trabalho, Emprego e Cidadania (SETEC), do Governo de Mato Grosso, quando da visita ao suposto local onde dona M.A morava. A repórter assim destaca: “os órgãos públicos começam agora a se mobilizar”. A quarta reportagem sobre o caso de dona M.A, foi exibida pelo *Cadeia*

Neles no dia 8 de abril, após 31 dias da primeira. Nela, chamada e o tom em que o apresentador anuncia a matéria têm ares de vitória, conforme segue:

Finalmente terminou o drama de dona Maria, mãe de três filhos, abandonada pelo marido e sem lar. Você conheceu e se emocionou com esta situação aqui no *Cadeia Neles*. Sensibilizada, a nossa equipe de produtores, repórteres e cinegrafistas foi à luta e, após pouco mais de um mês, o sonho da casa própria se tornou realidade para dona Maria Aparecida e seus filhos.

Na seqüência, as imagens externas mostram a repórter que acompanhou o caso. Seu relato traz uma breve reconstituição da situação anterior de dona M.A, lembrando as dificuldades enfrentadas por sua personagem. Sinteticamente, a reportagem traz o antes e o depois e termina mostrando a emoção de dona M.A ao receber uma pequena casa, a sua nova moradia. A reportagem mostra a presença de autoridades representantes do governo, assistentes sociais e a aglomeração da vizinhança, configurando-se como um verdadeiro show regado a closes sobre a emoção e a felicidade de dona M.A, outrora abandonada e sem esperança, agora, na condição de protegida pelo *Cadeia Neles*. Vale trazer para o leitor o comentário permeado de satisfação de Clóvis Roberto: “[...] é dessa maneira que a gente faz o trabalho nesses dez anos de *Cadeia*, todos os anos no dia-a-dia, faça chuva ou faça sol, trabalhando sempre ao lado de quem precisa”.

Nesta mesma perspectiva, verificamos vários outros casos nas edições do *Cadeia Neles*, nem todos, porém, consagrados com o mesmo *happy end*, mas, em todos eles ficou explícita a característica interventora do programa. Tal característica manifesta-se por meio de duas formas distintas: a cobrança do poder público para que o mesmo tome providências a respeito do caso, e uma espécie de uso da situação de abandono destas pessoas, visando a auto-promoção e a legitimação popular do programa frente ao seu grande público, principalmente ao proferir comentários do tipo: “o *Cadeia* sempre fez a diferença, o grupo Gazeta de comunicação sempre fez a diferença [...]”.

Destacamos, diversas vezes, que o programa exerce o papel de agente de denúncia dos problemas sociais junto às instituições públicas, no entanto, a isso cabem algumas ressalvas. A primeira delas é que há um tratamento diferenciado entre as críticas exercidas ao poder municipal e ao poder estadual, podemos arriscar em dizer que há um certo cuidado ao se fazer as críticas sobre situações de responsabilidade do poder estadual, enquanto que para as questões relativas as prefeitura municipal as críticas se mostraram menos abrandadas. A segunda ressalva, neste momento, é que as críticas realizadas assumem dimensões pontuais: questiona-se uma parte e não o todo. São críticas sem amadurecimento político que, ao invés de proporem uma análise de

nível macro, discutem questões pequenas, que efetivamente não contribuiriam para a mudança do *status quo*.

4.4 - A Violência Institucional: alguns casos verificados

Uma outra vertente das manifestações de violência, observadas no telejornal *Cadeia Neles*, foi aquela em que o conjunto das reportagens indicava a violência exercida em seu caráter institucional. Atos cujos principais protagonistas foram os agentes que compõe parte das instituições da estrutura do Estado. Nos casos específicos que vamos discutir sob esta categoria, tratam-se de situações originadas do braço repressivo do Estado⁴¹, mais especificamente por membros da corporação policial.

Segundo a definição clássica de Estado, apresentada por Max Weber, cabe a este a legitimidade do exercício da violência, desde que justificada como instrumento de garantia da governabilidade de um grupo de indivíduos inseridos em um determinado espaço geográfico. Santos (1997) entende, seguindo Foucault, a governabilidade como:

Uma série de tecnologias de poder que determinam a conduta dos indivíduos, ou de um conjunto de indivíduos, submetendo-os ao exercício de diferentes racionalidades políticas específicas que perpassam a vida em sociedade, relativas à produção, aos signos, à dominação e ao indivíduo [...]” (1997:156).

Neste sentido, a formação do Estado-nação, vem acompanhada de uma nova problemática social: a formação da população em grande escala e os ambientes urbanos, nos quais, em consequência de um processo de pré-industrialização, estariam inseridas as massas de trabalhadores que, para avançar em suas condições materiais, passariam a organizar-se através dos agrupamentos de operários. Tais agrupamentos passariam sistematicamente a reivindicar melhores condições de trabalho e de subsistência, colocando, desta forma, em perigo as classes dominantes e a ordem estabelecida.

Santos (1997) lembra, ainda, que a formação da polícia enquanto corpo institucional, ao qual é reservado o exercício legítimo da violência, estaria sedimentada basicamente sob dois modelos historicamente constituídos: o de origem francesa – no qual o corpo policial tem uma matiz hierarquizada, estatal e centralizadora - , e o

⁴¹ Foi Louis Althusser, em *Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado*, quem propôs a distinção entre *aparelho repressivo* e *aparelho ideológico do Estado*. O primeiro, segundo as proposições do autor, integraria as forças armadas, a polícia, as guardas especiais, e outros. No segundo conceito estariam as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os meios de comunicação social, dentre outros. Fazendo uso destes *aparelhos*, a classe dominante garantiria, de uma certa forma, a hegemonia política e cultural no meio social, e, consequentemente, do *status quo*.

modelo inglês de perspectiva comunitária, no qual os membros da polícia teriam uma ação mais localizada, estabelecendo relações estreitas com os membros da comunidade onde atuam, baseada na premissa de reconhecer que o poder policial depende da aprovação do público, e, deste modo, conquistar confiança, entendendo ainda que esta cooperação está na razão inversa da necessidade de utilizar a coerção física.

O autor caracteriza a constituição da organização policial enquanto formadora de um ofício específico, marcado por duas variantes: o exercício do monopólio da violência física legítima e o de uma espécie de agente de produção de consenso. Esta última variante estaria relacionada à necessidade política de um certo consentimento social de que a ação da polícia, mais especificamente, o exercício legítimo da violência, seria instrumento indispensável para garantir a ordem no interior das relações sociais entre os membros da comunidade.

Parece que em nosso país esse princípio de legitimidade foi levado ao extremo. Não bastasse a violência exercida pelos povos do além-mar durante todo o processo de colonização da *terra-brasilis*, onde a violência foi materializada tanto pela força física - que proporcionou um verdadeiro genocídio dos povos originários que aqui habitavam, bem como dos trabalhadores arrancados à força do continente africano - como, também, pela imposição religiosa e cultural que caminhou de mãos dadas com as forças que aqui se instalaram. Mesmo depois de proclamada a nossa “independência” e com a consolidação do Estado-Nação, o uso extremado da força como componente das relações de poder político de uma classe social sobre outra foi uma constante. Tal prática parece ter deixado profundas raízes na gênese da nossa formação social, além de assumir novas faces ao longo de nossa história.

Santos (1997:161-162) levanta que nos países periféricos, constituídos sob uma dinâmica de colonização violenta, construiu-se, historicamente, uma terceira dimensão que marca a prática do corpo policial: a inserção da violência no cerne do espaço social, no qual se situa a ação da organização policial. Nesses países, esta característica produz uma outra particularidade do ofício policial: para além do exercício da violência legítima e das ações visando produzir consensos sociais, está contida a virtualidade da violência física ilegítima enquanto prática social, o que implica a possibilidade do excesso de poder.

A promulgação da nova Constituição Brasileira, em 1988, abriu, pelo menos em tese, a perspectiva de que as ações arbitrárias e excessivas praticadas extensivamente por parte da força repressiva do Estado fossem ao menos abrandadas. A Carta Magna

incorporou como legítimos grande parte dos direitos sociais, violados pelos aparatos institucionais durante o Regime militar de 64, em nosso país. O direito à vida, à integridade e à liberdade foram definitivamente reconhecidos como fundamentais para uma sociedade que se pretende democrática.

Apesar dessa grande conquista da sociedade civil organizada no final da década de 80, ainda nos dias de hoje, podemos aferir uma forte vinculação da violência com o Estado e suas estruturas internas (e na maioria das vezes destituída de legitimidade). Os meios de comunicação se encarregam de trazer isso aos olhos e ouvidos do expectador todos os dias. A corrupção em praticamente todas as esferas do Estado, a negligência do Executivo e Legislativo são formas reatualizadas do exercício da violência que, no limite, mostram a inconsistência e descrédito do sistema de representatividade do Estado Burguês. Mas, a violência em sua forma mais tradicional – o exercício da força e da imposição – se faz cotidianamente presente.

Para o Human Rights Watch⁴² um importante fator que corrobora para a impunidade policial é a herança da violência que continua a influenciar o comportamento dominante na polícia. O relatório da organização lembra que durante a ditadura militar foram criados batalhões de choque, treinados para agir violentamente e travar batalhas urbanas contra os “subversivos”, a exemplo do Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTAS), estabelecido na cidade de São Paulo. Esses batalhões e seus policiais teriam continuado na ativa, mesmo após a desarticulação do Regime militar, alimentando operações com as mesmas táticas e truculências⁴³.

Concordando com Pinheiro (1991), podemos dizer que após o processo de redemocratização e abertura política ocorrido em nosso país, o principal alvo das arbitrariedades do corpo policial não são mais os militantes políticos, cujo viés ideológico fez com que fossem assassinados ou brutalmente torturados. O que vemos

⁴² A Human Rights Watch/Americas foi estabelecida em 1981 para monitorar os direitos humanos na América Latina e no Caribe. Conduz investigações sistemáticas e regulares sobre os abusos contra os direitos humanos em mais de 70 países no mundo. Em 1997 publicou o relatório que foi resultado de uma pesquisa sobre violência policial realizada de forma contínua nas principais capitais brasileiras, entre dezembro de 1995 e março de 1997. O texto foi lançado em meio ao debate nacional provocado pelas cenas de brutalidade policial filmadas na favela Naval em Diadema, São Paulo, televisionadas no Brasil e no mundo inteiro em 31 de março de 1997. Uma semana depois, em 7 de abril, cenas similares de truculência policial, desta vez na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, foram divulgadas em cadeia nacional e no exterior. Como resultado da reação popular provocada por estas arbitrariedades, várias medidas concretas foram tomadas por diversas autoridades estaduais e federais no intuito de contornar a violência policial. Entre essas medidas está a aprovação da Lei 9.455/97 que tipifica o crime de tortura, uma das principais recomendações apontadas no relatório da organização.

⁴³ Ainda, segundo o relatório, além de manter os batalhões de choque após a transição democrática, nenhum policial ou oficial do Exército foi processado pelos crimes contra os direitos humanos cometidos durante a vigência do regime anterior. (Human Rights Watch, 1997).

em nossos dias são as ações violentas e arbitrárias que tem como principais vítimas os segmentos mais vulneráveis e indefesos da sociedade brasileira: o pobre, grupos minoritários, crianças, adolescentes e trabalhadores alocados nas periferias e nos bairros populares. A título de ilustração, a pesquisa implementada por Benevides (1983:16) revela que em 1982, de janeiro a setembro, 432 pessoas foram mortas pela Polícia Militar somente no estado de São Paulo. Um levantamento de 330 dessas mortes indica um número aproximado de 128 pessoas negras, 48 menores de idade, muitas delas trabalhadores e sem antecedentes criminais. Nessa mesma linha, é ainda em Pinheiro (1991) que encontramos mais informações neste âmbito: o autor afirma indignado que no ano de 1992 a polícia militar de São Paulo matou 1470.00 civis, enquanto a de Nova York vitimou 27 durante o mesmo período. Curiosamente, as principais vítimas deste genocídio foram aquelas cujas rendas familiares estavam abaixo da linha de pobreza⁴⁴.

Estes dados permite-nos afirmar que: apesar de um quadro social que apontava, por um lado, o fim do Governo militar e, por outro, a emergência de todas as esperanças depositadas na restauração do processo democrático, a coerção e a arbitrariedade por parte das forças institucionais parece ter caminhado na direção oposta da democracia.

***“Bandido bom é bandido Morto...”*⁴⁵**

As denominações parecem bastantes sugestivas: Cabo Conam, Rambo, Cabo Hércules. Estes são “apelidos” dados pelos parceiros da corporação em decorrência de atos de “bravura” e “empenho” no exercício da profissão. Pois bem, o policial, cujo apelido faz lembrar do implacável guerreiro da Címéria⁴⁶, é um personagem da vida real que protagonizou algumas das reportagens selecionadas para o nosso estudo. Cabo Conan é uma figura bastante conhecida na cidade de Cuiabá, por muitas vezes foi herói, relatando aos repórteres do *Cadeia Neles* e seus congêneres todas as proezas empreendidas na captura de “marginais”.

⁴⁴ O parâmetro Linha de Pobreza (LP) é comumente utilizado para aferir o nível de bem-estar da população. É constituído sobre índices de renda familiar, de possibilidades de consumo e acesso à alimentação. Serve ainda para caracterização dos pobres em relação a outros aspectos da qualidade de vida, dentre eles, as condições de acesso a serviços públicos básicos. (ROCHA, 2000).

⁴⁵ Trecho do *slogan* eleitoral do candidato a vereador na cidade de Cuiabá, Cabo Conam, durante o processo eleitoral de 2004.

⁴⁶ O personagem foi criado em 1932, pelo escritor americano Robert E. Howard. Ficou conhecido no Brasil na década de 80 quando o diretor John Milius adaptou para o cinema a história do herói. Em 1981 foi lançado no país o filme Conan – o Bárbaro, cujo ator Arnold Schwarzenegger fazia o papel do guerreiro que buscava a vingança da morte de seus pais. Aventureiro, saqueador, algumas vezes pirata, Conan buscava conquistar um reino e tornar-se rei.

O policial, Cabo Conan, tornou-se ainda mais conhecido quando, em 2004, concorreu a uma vaga de vereador trazendo como carro chefe de sua campanha a proposta política que se condensava em seu slogan: “Bandido só tem dois lugares que pode ocupar: o cemitério e o IML”. Seu discurso, durante todo o período eleitoral, foi avaliado por muitos com ironia e derrisão. No entanto, o que parecia *jingle* de campanha eleitoral ganhou materialidade no dia 19 de fevereiro de 2006, quando o cabo, juntamente com alguns outros policiais executaram de forma covarde um jovem suspeito de 19 anos, que já estava detido e algemado dentro da viatura.

A escopeta de calibre 12 foi o “instrumento de trabalho” que disparou os projéteis, atingindo o rapaz no esterno⁴⁷ e na altura do quadril. Cabo Conan, que atuava na Companhia de Policiamento Comunitário do Bairro São João Del Rey (periferia de Cuiabá), era um policial muito temido pela população local, pois, conforme fica evidente em depoimentos de moradores ao repórter do programa, sua atuação era sempre truculenta e permeada de abusos e violência física: “ele batia, espancava, xingava. Ele humilhava muito as pessoas aqui”⁴⁸; “já chegava era batendo, era espancando, era agredindo [...] sempre foi assim”⁴⁹.

A reportagem que descrevemos faz uma retrospectiva do caso, já que a mesma tinha como foco a apreensão ao vivo e a cores do policial que já havia sido condenado. A equipe do *Cadeia Neles*, acompanha todo o processo de prisão de Conan. Mesmo depois de tentar “burlar” o Boletim de Ocorrência, e alegar sua atitude como ação de legítima defesa, o avançar das investigações deixou bem claro que os policiais haviam de fato executado um suspeito.

Parece que o fato de estar dentro da farda policial dá a esses homens a sensação de impunidade e poder absoluto – esquecem eles que cabe ao corpo policial civil realizar as investigações, ao judiciário julgar e proferir a sentença. A personificação da lei aponta para um despreparo e abuso por parte dos agentes, já que este tipo de atitude não é uma ação extraordinária de um ou outro policial, mas, torna-se quase uma rotina no interior da corporação.

Um outro caso emblemático, envolvendo a participação de policiais que culminou com a morte de um menor, foi também registrado ao vivo pelas câmeras da

⁴⁷ Parte central do abdômen.

⁴⁸ Trechos de depoimentos de moradores ao repórter Toninho de Souza, exibidos no *Cadeia Neles* no dia 21 de abril de 2006.

⁴⁹ Idem.

TV *Cidade Record* ⁵⁰. O episódio aconteceu na cidade de Rondonópolis (MT). Após denúncia que naquela região encontravam-se duas pessoas suspeitas de terem cometido roubo, os policiais abordaram dois jovens em uma moto, parados em uma rua da periferia daquela cidade. Ao serem abordados, um dos suspeitos entregou-se e foi algemado pelos policiais, enquanto o menor, assustado com a situação, tentou fugir adentrando o terreno da vizinhança. A vítima, que não tinha nenhuma passagem pela polícia, foi perseguida por policiais e pela câmera do cinegrafista da equipe de TV.

As cenas mostram, em um longo *plano seqüência*⁵¹, o momento exato em que o adolescente é atingido pelo tiro fatal que acertou sua nuca. O menor que estava desarmado e totalmente desprotegido teve morte instantânea, foi “abatido” com um tiro certeiro diante da lente que registrou todos os detalhes. A respiração ofegante do cinegrafista que carregava a câmera ao ombro, as imagens trepidantes com precária iluminação, o cerco dos policiais e o estampido seco do disparo da pistola foram elementos que tornaram ainda mais dramática a cena do assassinato vil e covarde naquela madrugada de 30 de março do ano de 2001.

Em muitos casos, os jornalistas que cobrem pautas policiais dispõem de uma exacerbada aproximação com os membros da corporação policial. Estes últimos, ao saírem em guarnição para uma abordagem ou perseguição que possa ter um caráter “midiático”, geralmente convidam os repórteres para acompanhar a ação. Neste caso, pasmem, por falta de viaturas no momento da diligência, o carro da equipe de reportagem é que havia levado os policiais até o local onde estariam os suspeitos.

Durante o período de seleção de reportagens para esta dissertação, o *Cadeia Nelas* trouxe novamente a público essas imagens. Na ocasião, a reportagem dava notícia da data do julgamento do tenente que comandava a operação. O oficial responderia pelo crime de homicídio doloso e também era acusado de forjar o Boletim de Ocorrência para dissimular a situação em que havia ocorrido o crime. A matéria tem a duração de exatos 03':32'', divididos entre a chamada inicial do apresentador, a reportagem externa acompanhada das imagens de arquivo e os comentários posteriores de Clóvis Roberto. Durante o decorrer da matéria é mostrado por cinco vezes o momento exato em que o menor é atingido pelo disparo e sua conseqüente queda mortal.

⁵⁰ Emissora local de televisão da cidade de Rondonópolis – MT, responsável pela elaboração das pautas locais veiculadas no programa *Cadeia Nelas* naquela cidade.

⁵¹ Modo de captação de imagem, no qual o cinegrafista deixa a imagem “correr” sem nenhum corte.

As matérias veiculadas são apresentadas sempre de maneira dramatizada. Mesmo os fatos ocorridos em tempos passados são reatualizados e temperados com novas doses de elementos sensacionalistas para agradarem ao seu público. Nos casos, em que a morte é flagrada em pleno decorrer de seu acontecimento, o “furo” e a exclusividade são como uma espécie de índice que baliza o empenho e a dedicação da equipe de reportagens.

Um outro caso que trata do envolvimento de agentes da polícia com a prática de crime e abuso da posição de autoridade, foi o do cabo Hércules. Aqui, na vida real, o personagem não é o herói da mitologia grega, eternamente aguardado por sua amada Penélope. Cabo Hércules ficou famoso na cidade de Cuiabá, depois que foi preso no ano de 2001 acusado de cometer vários assassinatos, inclusive de empresários bastante conhecidos na cidade, e que, segundo as investigações da própria polícia, estaria a serviço do crime organizado. Já é um personagem famoso no *Cadeia Neles*, pois as reportagens que tem como pauta os vários crimes dos quais é acusado são mostradas há um bom tempo. Ele já havia fugido do presídio em que estava detido usando uma arma de brinquedo, ficou um bom tempo foragido e finalmente fora recaptura por seus ex-companheiros de trabalho. O cabo Hércules já fora julgado e condenado a 21 anos de prisão por ter participado de no mínimo de cinco assassinatos.

A corporação policial como um todo (civil e militar) tem sido constantemente um forte “parceiro” de trabalho dos jornais que fazem a cobertura policial. São os principais informantes e as fontes consultadas para a realização das reportagens. No caso do *Cadeia Neles*, por exemplo, quando a reportagem não consegue dar o flagrante no acontecimento de crime e/ou ato de violência, o primeiro passo é recorrer às delegacias e analisar os Boletins de Ocorrência, a fim de levantar os dados para dar consistência à pauta. Quer dizer, em caso de crimes a história toda é contada a partir da visão oficial da polícia, ou seja, a partir dos dados contidos nos Boletins de Ocorrência. A equipe do programa também é acionada quando algum cadáver é encontrado sem documento e a polícia não tem nenhuma pista em relação ao ocorrido, assim, após a exposição pública da vítima ou do desconhecido, a polícia tenta encontrar pessoas que o reconheçam. Em muitos casos, quando as pautas estão escassas, os repórteres do *Cadeia Neles* ficam de prontidão nas delegacias de polícia com o intuito de “cavar” uma reportagem. Assim, muitas vezes, não interessa os motivos que levam algum cidadão à delegacia, pode ser um infrator ou uma pessoa que vá fazer uma determinada denúncia

ou prestar queixa na delegacia, todos acabam correndo o risco de serem captados pelas câmeras do programa.

Nos casos em que membros da polícia cometem exageros, a exemplo destes que relatamos anteriormente, o apresentador não deixa de fazer as suas críticas. No entanto, faz questão de deixar claro que o problema não é da corporação como um todo, mas de alguns elementos que por motivos diversos comprometem a imagem e o respeito da corporação para com a sociedade. Nestes casos, o apresentador aproveita para dar sua bronca: “são estas coisas na justiça que o senhor Clóvis Roberto aqui não concorda. E não concorda mesmo”⁵².

De uma forma geral, o discurso do programa é bastante favorável ao trabalho dos policiais. Os elogios a algumas ações espetaculares são constantes, até mesmo é reforçada a necessidade de uma “ação mais dura” da polícia militar, a fim de barrar a onda de crime e violência costumeiramente apresentada ao telespectador. Em um de seus comentários, sobre a prisão (também registrada ao vivo) de dois assaltantes que, ao tentarem fugir, trocaram tiro com a polícia e foram capturados em meio ao matagal, Clóvis Roberto, deixa mais explícita a sua posição:

Ôh pessoal tem que melhorar a pontaria! Tem que acertar de vez pra despachar. Despacha uns três que você vê como é que fica [...] dá aquela calma. Ladrão só entende uma linguagem: a da dureza [...] se você dar muito este negócio de direitos humanos [...] dá nisso [...] dá nisso ôh [...]”⁵³

No discurso do *Cadeia Neles* parece ficar evidente a função “ordenadora” da polícia militar, já que esta e, conseqüentemente, seus membros, devem servir de exemplo à toda sociedade, combatendo com rigor o crime e todos aqueles que ousarem pôr em risco as regras de sociabilidade.

⁵² – Clóvis Roberto referindo-se a morosidade do julgamento no caso do Tenente Denis.

⁵³ Comentário do apresentador Clóvis Roberto durante reportagem do *Cadeia Neles*, exibida no dia 20 junho de 2006.

4.5 - Violência coletiva: comentários a partir de dois casos analisados

Na sequência, e finalizando este capítulo, optei por trazer ao leitor duas reportagens veiculadas pelo programa *Cadeia Neles*, respectivamente nos dias 10 de março (registrada na cidade de Poconé – MT) e 7 de maio de 2006 (veiculada em rede Nacional por várias emissoras e, posteriormente pelo *Cadeia Neles*), que desviam ao escopo geral das análises até aqui propostas. No entanto, a principal razão que justifica a minha insistência nestas reflexões relaciona-se às intervenções discursivas propostas pelo apresentador do programa em relação aos fatos abordados pelas reportagens. Sustentei, anteriormente, que o programa analisado assume o posto de *instância pedagógica* (BOURDIEU e PASSERON, 1982) ao propor, através de sua linguagem, uma interpretação dos fatos sociais apresentados em sua pauta, apoiado em um arbitrário cultural, mobilizado por vezes na dinâmica interna do campo jornalístico e que encontra ressonância no discurso hegemônico que nivela os valores sociais. Nesse sentido, as linhas que seguem têm como objetivo evidenciar algumas destas práticas.

Modos de representação: adjetivos formais do Cadeia Neles

Poconé, município do estado de Mato Grosso localizado a 100 km da capital, tem sua origem histórica a partir da concentração de contingentes em busca de riquezas provenientes da exploração de metais e pedras preciosas. Atualmente tem sua economia baseada principalmente na pequena agricultura. Possui uma localização geográfica estratégica, pois é a porta de entrada para o Pantanal mato-grossense. No mês de março do ano de 2006, a cidade ganhou visibilidade na mídia nacional depois que um cinegrafista amador registrou as imagens do quebra-quebra generalizado, deflagrado no interior do câmara dos vereadores. Após o início da sessão que poderia votar a destituição da mesa diretora da casa, acusada de fraudes e crimes administrativos, os ânimos se acirram. O presidente da casa, principal acusado, e a advogada de acusação começaram uma discussão que transcende as ofensas verbais. Tem início um enfrentamento generalizado, o que se vê são socos, pontas-pés, cadeiradas e palavras de baixo calão envolvendo grande parte dos que ali estavam. As imagens trêmulas mostram cadeiras sendo arremessadas de um lado a outro.

Brasília, julho de 2006. Um grupo de manifestantes ligados ao Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST - tenta ocupar a Câmara dos Deputados Federais, a

fim de protocolar a sua pauta de reivindicações. Ao serem barrados pelos seguranças da casa, a manifestação torna-se subitamente violenta, pondo em xeque a representação do “homem cordial” que circunda a singularidade do povo brasileiro. A revolta se transforma em atos de força física coletiva: vidraças são estilhaçadas, paus e pedras são lançados contra aqueles que tentam barrar o avançar em bloco dos manifestantes. O combate entre os manifestantes e os seguranças torna-se aparentemente inevitável; estes últimos, em menor número, logo se vêem derrotados. A fúria popular continua: computadores, caixas eletrônicos e outros objetos que estão no caminho do pelotão enfurecido são derrubados ao chão. No interior deste bloco humano estavam crianças, jovens e idosos - homens e mulheres marcados por uma mesma história: pareciam desiludidos com as promessas do progresso social anunciadas a tempo pela modernidade. A ânsia por justiça e dignidade se converte em furor desordenado, o *lôcus* do Estado democrático é vorazmente ocupado pelos populares.

Estes dois acontecimentos, ocorridos respectivamente no interior de Mato Grosso e na Capital federal do país, parecem em princípio serem parceiros em algumas semelhanças. Ambos aconteceram no interior de instituições onde os representantes legais da comunidade reúnem-se para discutir e deliberar assuntos de pertinência social que afetam, direta e indiretamente, a vida de grande parte dos brasileiros. Ambos, os atos coletivos foram flagrados em pleno decorrer de seu acontecimento por câmeras que os registraram e quase que, simultaneamente, levaram aos olhos e ouvidos do grande público as “verdades” dos fatos. No caso de Brasília, o acontecimento parece ter causado um impacto maior, acredito que isto se deve tanto à surpresa do fato, pela ousadia dos manifestantes, quanto pelo número de pessoas envolvidas diretamente no ato, já que segundo algumas lideranças, o número de militantes passava de 1000. Em Poconé as imagens foram registradas por um cinegrafista amador, e posteriormente encaminhadas às redes de TV’s local. Em ambos os casos, o calor do momento parece ter superado a racionalidade de seus participantes, deixando evidente o impulso avassalador que permeava as ações.

No entanto, apesar das pequenas semelhanças ora apontadas, acreditamos que tais fenômenos trazem em seu bojo princípios que apontam para diferenças significativas. No caso de Brasília a ação coletiva, mesmo que pontual, mesmo que fragmentária, apontava para uma intervenção de cunho político-ideológico: a violência exercida sob seu viés político, como elemento aglutinador, como ato de identidade e cumplicidade, mesmo que espontâneo, mesmo que efêmero, mas, que balizou o grau de

coesão de determinados sujeitos a um fim comum. Esta, conforme as referências de Wieviorka (1997), é uma constante na realidade das lutas políticas, principalmente em países onde os regimes autoritários inviabilizavam a negociação via meios institucionais, exigindo, por consequência, uma ação mais energética dos movimentos organizados. Assim lembra o autor:

Nos anos 70 e 80, a violência política traduziu sobretudo o fim de uma época, a decomposição de sistemas sociais, políticos e estatais. Ela combinava a reação contra uma ordem estatal, percebida antes de mais nada como repressiva, e o apelo revolucionário à mudança (Idem, 1997:32).

Apostavam os manifestantes que aquele ato serviria, no mínimo, como passaporte para que suas reivindicações ganhassem visibilidade pública e, desta forma, pudessem ser reconhecidas por outros setores da sociedade⁵⁴. Para alguns dos manifestantes, a presença dos repórteres, do conjunto significativo de maquinaria áudio-visual com seus respectivos operadores (todas as grandes emissoras tiveram a oportunidade de registrar o ato em pleno decorrer de seu acontecimento, já que é bastante comum a presença permanente de equipes de reportagem no interior da Câmara dos Deputados em Brasília) ofereciam um convite para a exibição a esmo de suas indignações. Assim, o ato parecia em alguns momentos compor-se com uma estética própria, uma espécie de coreografia espontânea que se deixava ver pelas lentes curiosas da mídia. Alguns se portavam como verdadeiros heróis – batendo orgulhosamente ao peito e exibindo ostensivamente suas bandeiras – por terem, enfim, adentrado o salão nobre da Câmara e, mesmo que de forma simbólica, ocupado temporariamente aquele espaço onde são articuladas as respostas às demandas públicas que, via de regra, conformam a vida de todo cidadão brasileiro⁵⁵.

A condenação do ato de protesto e de seus executores por parte dos discursos que emergiram dos aparados midiáticos institucionalizados foi unânime. Não faltaram adjetivos para condenar a ação frente à opinião pública. Estudiosos, políticos, cientistas sociais, comentaristas e alguns outros da *intelligentsia* brasileira foram todos convocados a darem suas opiniões a respeito do “ato de vandalismo” que “deu um tapa na cara da democracia”.

⁵⁴ Faço essa observação baseando-me nos relatos dos manifestantes expressos nas reportagens que deram sequência ao evento abordado.

⁵⁵ Ao final da manifestação foram todos detidos pela polícia e levados ao ginásio Nilson Nelson, no centro da cidade de Brasília. As principais lideranças foram detidas na 2ª Delegacia e os 42 menores que participaram da ação foram encaminhados à Casa do Albergado, na cidade satélite de Taguatinga.

O *Cadeia Neles* também trouxe o ato de Brasília para suas pautas. As imagens apresentadas na reportagem foram as mesmas exibidas em rede nacional pela Record. Clóvis Roberto dá início aos seus comentários criticando a falta de seriedade empreendida naquela Casa, lembra da absolvição do grande número de deputados acusados de participar do esquema de propina que ficou conhecido como Mensalão, mas, logo em seguida indigna-se com a violência dos manifestantes: “Só quem gosta de baderna e quer o pior para o país, aprova uma medida destas, tomada por estes elementos”. Ao final, seus comentários radicalizam-se, acusando a esmo as lideranças do movimento de terem recebido propina para a concretização do ato: “receberam dinheiro pra promover isto ai [...] pra promover a baderna do *quanto pior melhor*”.

Aliás, o discurso de desconfiança reservado aos movimentos sociais parece ser uma constante no viés político do programa. Na reportagem exibida em 14 abril de 2006, que informava sobre o despejo de 280 famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁵⁶, o próprio apresentador reconheceu, em um primeiro momento, a arbitrariedade do poder público⁵⁷, mas, ao final da reportagem questionou a legitimidade do movimento. As imagens pareciam não combinar com o discurso dos apresentadores: enquanto as imagens mostravam trabalhadores e trabalhadoras com a marca do cansaço e das dificuldades vividas, tentando a tudo custo organizar os seus pertences e ferramentas de trabalho atirados ao meio da rua pela polícia durante a expulsão do local onde se encontravam, a fala de Clóvis Roberto trazia sempre a presunção da desconfiança: “ta na hora de aproveitar esta oportunidade pra ver quem é da terra mesmo [...] Tem muita gente que vai pra invasão pra biliscar um pedaço de terra, trocar por um chevette, e não tem vocação nenhuma [...]”. No dia 3 de março, o tom irônico de Clóvis Roberto dava início a outra reportagem: “agora [risos] isto aqui é ‘H’[...] Óh: grupo de sem terra é preso na BR 364 acusado de saquear a carga de um caminhão tombado”. Na verdade, a reportagem dava notícia da prisão de quatro militantes do Movimento dos Trabalhadores Acampados (MTA)⁵⁸. Mesmo sem

⁵⁶ A desocupação da área aconteceu em decorrência de uma liminar expedida pela justiça estadual de Mato Grosso, ordenando a liberação da fazenda Gleba Espinheira, localizada no município de Acorizal (interior de Mato Grosso), ocupada, desde 2003, por famílias ligadas ao MST.

⁵⁷ O questionamento levantado por Clóvis Roberto se deu em relação a competência jurídica da liminar, já que fora expedida pela Justiça estadual e as interferências jurídicas sobre as áreas destinadas para fins de reforma agrária seriam da competência da Justiça federal. “A legislação é clara”, diz o apresentador, “*toda área pra reforma agrária o Fórum competente é a Justiça federal*”.

⁵⁸ As prisões foram efetuadas por um agente da Polícia Rodoviária Federal na região da Br 364, onde estavam acampadas cerca de 1700 famílias do movimento. Segundo o Boletim de Ocorrência que registrou o caso na polícia Civil, após o capotamento de uma carreta na Br 364 os homens teriam tentado saquear parte da carga.

nenhuma sentença oficial aos acusados, mesmo antes da polícia civil dar início ao processo de investigação do possível delito (os acusados alegavam inocência), o apresentador já lança sua dúvida, investindo em uma possível condenação: “eles são Sem Terra ou abutres do asfalto? Daqueles que aproveitam da desgraça dos outros pra ganhar em cima?”. Como em muitos outros casos, a tendência a um julgamento dos abordados nas reportagens deixa entrever uma prática comum a estes telejornais: a instituição de uma justiça televisual que, convertida em uma *ação pedagógica*, lança seu olhar no jogo de representações da sociedade.

No caso da ação dos vereadores e populares que se envolveram no episódio de Poconé, a repercussão midiática não teve o alcance reservado aos manifestantes do MLST. A visibilidade foi bem mais localizada, o único veículo de alcance nacional que divulgou o ocorrido foi o jornal da Record, emissora a qual a TV Gazeta é afiliada. Em Poconé os parlamentares envolvidos não foram avaliados como perigosos à sociedade. Foram ouvidos na delegacia municipal da cidade, e posteriormente liberados.

Arriscamos em dizer que a ação envolvendo os “gestores do bem público”, mesmo que isolada em uma cidade de pouca representação política reflete um quadro maior da vida pública brasileira: aponta a decomposição dos mecanismos tradicionais de representação política, formatando-se como imagem-acontecimento que registra, além de tudo, a fragmentação da moralidade pública. Inscreve-se aí mais um traço da violência fundadora da sociedade brasileira, denominada por Marcondes Filho (2001) como *um agir cínico*. Assim explica esse autor:

O agir inescrupuloso, oportunista, que ignora e é arrogante diante das responsabilidades encontra, no Brasil, um território extenso de desenvolvimento, particularmente na política [...] nas formas de imoralidade administrativa sistematicamente denunciadas no país (MARCONDES FILHO, 1997:21).

Na concepção do autor é possível que exista certa consciência de que a nossa cultura (e aí pensando também em sua vertente política) aprendeu a ser tolerante diante de alguns excessos, os arbítrios se protegem mutuamente, os agentes buscam lucrar com os desvios.

Nos “anos de chumbo” que marcaram parte da história social de nosso país, a violência política encontrava certa legitimidade em alguns setores da sociedade. Um número significativo de intelectuais, que tinham sua trajetória marcada pela militância em partidos de esquerda, esforçavam-se em suas reflexões para justificar a instrumentalidade e até mesmo a necessidade de seu uso diante de um quadro político

em que a impossibilidade de negociação institucional parecia não deixar muitas opções. Os movimentos reivindicatórios viam na radicalização de seus atos uma resposta direta ao quadro de opressão política implementado pelas ditaduras em vários países da América Latina. Hoje, a violência exercida sob seu viés político parece ter perdido qualquer legitimidade no espaço público. A este respeito, as observações de Wieviorka contribuem com nossa argumentação:

O espaço intelectual e político no qual a violência poderia ser o objeto de tomadas de posição compreensivas, ou mesmo abertas, limitou-se de forma singular: o fenômeno é necessariamente a marca do que é preciso recusar, e o consenso é muito grande [...] (1997:08).

Parece-nos comprometedor a perspectiva de encontrar uma legitimidade para o uso da violência, até mesmo quando esta é exercida como instrumento que dê garantias a sociabilidade geral. No entanto, talvez fosse importante a tentativa de um olhar mais flexível ao se tratar da avaliação de alguns casos. Em um país onde o Estado de direito constituído parece não ter dado conta de assegurar padrões mínimos de igualdade social - condição indispensável para a plenitude de um regime verdadeiramente democrático - é ainda marcante a emergência da organização popular através de movimentos que questionem a ordem social estabelecida, mesmo que esses, em determinadas circunstâncias, esqueçam que a legitimidade do uso da violência está, pelo menos em tese, reservada ao Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propor considerações finais para um trabalho acadêmico é, antes de tudo, promover um “salto” de raciocínio, partindo de reflexões localizadas para aproximar-se de conclusões generalizantes. Quando não estamos diante de um objeto de pesquisa de natureza quantitativa, que facilite a inferência dos resultados, essa tarefa torna-se um tanto diferenciada, e até mesmo, inclinada a críticas às proposições alcançadas. É sob essa concepção que escrevo as últimas linhas desta dissertação, com a certeza que há muito ainda a ser pesquisado sobre o tema abordado, mas, que as reflexões propostas serão somadas ao conjunto de indagações e descobertas já produzidas sobre a temática conduzida. Nesse sentido buscamos levantar considerações acerca dos signos, que diariamente são abordados e enunciados pelos meios televisivos, com especial atenção àqueles que tratavam da publicização da violência urbana em sua forma física, material e simbólica, buscando mapear o percurso por ela inscrito na cultura dos telespectadores.

O curso histórico sob o qual se consolidou o estado de Mato Grosso e, mais especificamente, sua capital, a cidade de Cuiabá, tem como marca um violento processo de conquista e ocupação, desencadeado inicialmente pela ação dos bandeirantes que, dentre outras, promoveu um verdadeiro genocídio das populações autóctones destas terras, combinado com o uso de escravos negros africanos na exploração das minas do Cuiabá, anos a fio. Neste sentido, argumentamos que as difíceis condições de sobrevivência existentes nessas terras, aliadas à inoperância das instituições modernas – traduzidas pela incapacidade de propiciar políticas e práticas para consolidar condições dignas para seus cidadãos - encontrou a violência, em sua forma física e simbólica, como um dos principais “ordenadores” sociais, atravessando, tanto o âmbito político, como o âmbito cultural de gerações inteiras, contribuindo para a formação de um sentimento de permissividade em relação ao uso indiscriminado de recursos extralegais para a resolução de conflitos e proporcionando, ainda hoje - a esta cidade - um relevo preocupante no mapa da violência urbana brasileira.

Tal conjuntura se constituiu como um ambiente favorável ao surgimento e consolidação de programas televisivos que abordavam prioritariamente a violência urbana. Neste contexto, o programa Cadeia Neles, surge em 1993, seguindo uma tendência nacional, como um programa que em pouco tempo alavanca audiência, conquista primeiros lugares em pesquisas de opinião e ocupa posição eminente em seu

campo de atuação. Desde então, constitui-se como referência na qual uma parcela considerável da população mato-grossense se informa, dentre outros fatos, a respeito dos acontecimentos de criminalidade e violência ocorridos na capital e no interior do estado.

Tendo como principal norte de intervenção jornalística o argumento do estado de descontrole da violência social – principalmente em sua forma física – o programa Cadeia Neles busca legitimar-se como meio que, tanto informa a comunidade acerca do mapeamento dos principais espaços sociais sob os quais a violência emerge, faz saber sobre os protagonistas dos atos de violência e criminalidades, como oferece proposições de intervenção política, promove sua ajuda humanitária, presta seu “serviço público” e no limite, se assume como enunciador da “voz” e dos anseios de seus telespectadores.

Acompanhamos por seis meses consecutivos o programa Cadeia Neles e inevitavelmente adentramos a um universo que, por mais que estejamos imersos, ainda ofusca nosso olhar. Indistintamente, em meio a anedotas e propagandas que promoviam uma variedade de produtos, percebemos enunciada - também na qualidade de produto - a violência em suas mais diversas formas, que retiradas de seu local de acontecimento, eram publicizadas sob o escopo tecnológico rompendo, por definitivo, a noção espaço-temporal do acontecimento. Histórias lastimáveis eram ali anunciadas, dentre as quais, algumas relatadas nesta dissertação e outras, ainda presentes em minha memória. Diante de tais experiências, parece ficar difícil uma explicação plausível, que dê conta de todas as implicações destes fenômenos. Outros(as) autores(as), talvez mais corajosos, arriscam uma intervenção: Rocha (1997), propõem o seguinte viés explicativo:

Nestes casos, em que a violência é a justificativa da violência, não se consegue vislumbrar um projeto externo que a oriente, um discurso que nestes termos a legitime. A ânsia da agressão vazia dispensa fundamentos político-ideológicos, revelando uma desclassificação coletiva da própria vida e da vida dos demais [...] É o desligamento de qualquer projeto histórico, a entrada em um processo em que a violência absorve seus próprios conteúdos (1997:26).

Nessa mesma perspectiva, Wieviorka (2006) afirma que muitas dessas manifestações de violências, materializadas por pessoas comuns, podem ser avaliadas, a partir da noção de sujeito negado e/ou frustrado no sentido que “uma pessoa ou grupo se vê privado ou interdito de acesso a bens materiais ou a um reconhecimento simbólico legítimo” (Idem, 2006:203). O autor percebe a violência como resposta possível dos sujeitos submetidos a circunstâncias opressivas, seja de pobreza, de humilhação pelo

desemprego, de pressão do crime organizado ou do poder arbitrário da polícia. Diante dessas constatações, proponho ainda uma observação: não estou convencido que a situação de dificuldades materiais e econômicas vivida por grande parcela de nossa sociedade seja, por si só, algo que justifique a violência social, prefiro crer que a acentuada contradição social, representada simbolicamente pela metáfora da pirâmide invertida, ou da serpente que morde o próprio rabo, seria o principal detonador da violência que ferve no meio social.

Mesmo retraído, não posso isentar-me da reflexão sobre tais questões, embora isso não fosse o problema central da nossa pesquisa. O que procurei foi refletir sobre o lugar social reservado ao programa *Cadeia Neles*, como a sua atuação enquanto *Instância Pedagógica* (BOURDIEU e PASSERON, 1982) pode contribuir para a elaboração de esquemas de percepção e de pensamento que, atravessados dos mais diversos interesses, refletem a hegemonia de uma fração de classe.

Aparentemente, o programa é apenas um enunciador dos fatos cotidianos, sua atividade enquanto canal jornalístico, mais especificamente enquanto prática do jornalismo de caráter policial, consiste na seleção e disponibilização de fatos para um público significativo. No entanto, para além do registro factual, sua posição, enquanto *Instância Pedagógica*, fica mais evidente quando abrimos nosso leque de observação para verificar o contexto da enunciação de seu discurso que traz o retrato da violência e da insegurança social no meio urbano, ao mesmo tempo em que se apresenta como crítico desta situação e como possível canal para a denúncia e encaminhamento de soluções para os problemas enfrentados, especialmente, pelos segmentos populacionais desprovidos de condições econômicas e sociais. Dessa forma o programa informa e conforma, propõe soluções e oferece seu veredicto a respeito das diversas manifestações de violências abordadas em suas reportagens, constituindo-se, a nosso ver, como uma instância que corrobora para a inculcação de um arbitrário cultural, interferindo, portanto, na formação do *habitus* de uma parcela significativa de indivíduos.

Uma das práticas do programa consiste em promover um certo direcionamento de suas investidas discursivas em idéias já amplamente aceitas, que por serem culturalmente consolidadas, encontram facilmente ressonância no meio social, tais como a idéia de ineficiência das instituições de controle do Estado, alimentando a noção de impunidade. A essas, acrescentamos: a concordância com determinadas ações nas quais se manifesta a noção de “justiça pelas próprias mãos”, em oposição ao uso legítimo da violência pelo Estado, ao mesmo tempo em que cobra do corpo policial uma

ação mais severa com a marginalidade, pois, segundo o seu enunciado, os critérios estabelecidos pelos Direitos Humanos não devem ser considerados para os “marginais”.

Mesmo que em determinadas situações o discurso do programa não se materialize na figura do apresentador, este projeta sua posição utilizando o discurso do outro, que pode ser um policial, uma autoridade política e, como tem sido freqüente, uma pessoa que foi testemunha ocular do ocorrido. Portanto, o programa, ao priorizar determinados discursos e não outros, consolida as suas posições através da intermediação de um agente intercessor que, por não fazer parte do corpo institucional do programa, ajuda a estabelecer a falsa impressão da flexibilidade discursiva do meio televisivo. Em última instância, “trata-se do programa falando pela voz de um terceiro, embora o recurso formal utilizado não permita atribuir categoricamente ao programa, a manifestação de tal opinião sobre o caso” (TEIXEIRA, 2002:114).

Bourdieu (1992), ao estudar as formas de dominação social, afirma que a reprodução da ordem não se limita simplesmente às instâncias coercitivas do Estado ou às ideologias oficiais, mas, inscreve-se em níveis mais profundos para atingir, inclusive, as representações sociais ou as escolhas estéticas. Em outro texto, o autor argumenta que:

O campo jornalístico deve sua importância no mundo social ao fato de que detêm um monopólio real sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação, e, através desses instrumentos, sobre o acesso de um número considerável de cidadãos ao que se chama por vezes de “espaço público” (Idem, 2003:65).

Concordando com Bourdieu, podemos afirmar que a dominação, sutil e implícita, se dá, também, sob o uso de componentes simbólicos e, sendo assim, o programa Cadeia Neles, pela posição que ocupa em seu campo de atuação (expressa pelos números de sua audiência), bem como pelas ações de seus agentes (principalmente de seu apresentador, que desfruta de certa “legitimidade” popular) é um importante meio de exercício de poder e de difusão de valores sócio-culturais. Assim, o conjunto da discursividade do programa, aponta para um direcionamento de suas ações sob o seguinte viés: (1) ações que no limite contribuem para a generalização do discurso de sentimento de insegurança no meio social; (2) aponta um discurso permeado da elaboração pré-concebida na qual, em muitas circunstâncias, as populações mais vulneráveis surgem estigmatizadas, entre outras coisas, como *alvo* preferencial da ocorrência de atos de violência; (3) percebe-se uma forte tendência de promover as

“notícias” de criminalidade e violência com um forte apelo ao entretenimento, fazendo da espetacularização do sofrimento alheio uma forma de garantir a audiência, buscando legitimidade entre o povo humilde e promover interesses de cunho mercadológicos.

“A mídia não cessa de intervir para enunciar veredicto”; esta é uma das tantas frases provocativas presentes nas reflexões de Bourdieu (2003), em seu livro intitulado *Sobre a Televisão*. Num primeiro momento parece uma avaliação altamente generalizável, e, por conseqüência, pouco defensável. No entanto, tal posição torna-se eminente através de uma análise que se pretenda para além do senso-comum, ou seja, um olhar mais cuidadoso sobre o meio televisivo. Em parte demonstramos e analisamos algumas dessas intervenções em nosso estudo, mais especificamente aquelas apontadas no programa *Cadeia Nelas*. A noção de veredicto parece ser muito bem apropriada, já que, em todos os assuntos, em todas as causas, a intervenção do programa, através de seus repórteres e principalmente de seu apresentador, é uma constante nos episódios analisados. Até que ponto essas “intervenções” influenciam a postura e os valores de seu público? Não temos a resposta definitiva para tal questão, mas podemos dizer: quando o tema da programação televisiva é a violência, parece haver uma certa propensão, por parte de um número considerável de telespectadores, à naturalização e a aceitação social de práticas desprovidas de mediação institucional. Os discursos sobre a violência propagados pelos *medias* parecem ser reiterados através de um processo de negociação de sentidos, permeados de valores e posturas, que permanecem e são recriadas no fazer cultural de uma parcela considerável da sociedade. Reiterando nosso posicionamento, seguem as avaliações de Rocha:

A velocidade e a pluralidade da linguagem televisiva tornam as imagens e sons de violência mais pulsantes, mais urgentes, mais presentes. Se este estado de televisualização constante da violência pode ocasionar um desgaste, um arrefecimento das sensibilidades, não está eliminada a atração, ainda que com altos e baixos, por programas violentos [...] (1997:90).

Parafraseando Martin-Barbero (2003) quanto as suas reflexões acerca dos mecanismos de identificação e projeção teorizados por Freud, podemos indicar que se a estratégia de manter cotidianamente pautas que estandartizam o crime e a violência tem se mostrado eficaz, quer no sentido empresarial do telejornal, quer no que concerne ao cativar e estar presente no imaginário de um número significativo de telespectadores, é porque, de uma forma direta ou indireta, dá respostas às interrogações e vazios não preenchidos, a uma demanda social latente que emerge em um quadro em que as

esperanças depositadas pelos iluministas na modernidade parecem, de fato, terem não sido materializadas, principalmente, onde o Estado burguês não dá conta de sua função, já que é ineficiente em sua tarefa de garantir o bem social a todos os seus cidadãos. Assim conclui o autor: “a impotência política e o anonimato social em que se consome a maioria dos homens reclamam, exigem esse suplemento-complemento, quer dizer, uma razão maior de imaginário cotidiano para poderem viver” (Idem, 2003:95).

Em síntese, o *Cadeia Neles*, como instância de produção simbólica, faz sua intervenção em duas frentes:

a) uma, no campo da objetividade - que concerne à produção de notícias e a disponibilização pública de informações e acontecimentos (o trabalho do repórter, dos cinegrafistas, de toda a equipe);

b) e outra de dimensão subjetiva, ao contribuir com seu discurso e suas estratégias de comunicação para a concepção de estruturas mentais, esquemas de percepção e de pensamento - “visões de mundo”, para lembrar de Gramsci - que refletem a hegemonia (interpretação intelectual, política e cultural) de uma fração de classe.

Portanto, segundo as reflexões apresentadas e desenvolvidas nesta dissertação, entendemos que o telejornal em estudo pode ser apreendido enquanto uma *instância pedagógica*, que corrobora para a (re)produção – no duplo sentido do termo – da “cultura da violência”, nos termos aqui propostos, à medida em que disponibiliza cotidianamente um conjunto numeroso de códigos/bens simbólicos⁵⁹ (seja através do discurso materializado na figura de seu principal agente – o apresentador, seja através das imagens, efeitos sonoros e (re)apresentações da realidade) que vão compor, em primeira instância, frações significativas do *capital cultural* dos telespectadores, e, em consequência, tendem a influenciar nos sistemas de interpretações e de valores que compõem o *habitus* de uma parcela significativa de sujeitos sociais, imersos por sua vez, em uma realidade onde os projetos coletivos parecem ter sido esquecidos em um tempo histórico não muito longínquo.

⁵⁹ Promove a midiaticização da Violência

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX Jr, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e polícia: Violência urbana no noticiário de imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BORGES, Rosana da Silva. *Jornalismo-verdade ou condenação sumária? Jornalismo policial e os mal-ditos no programa de TV Bandeira 2*. São Paulo: USP, 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Artes), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2002.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BOURDIEU, Pierre (b). *A economia das trocas simbólicas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRITTOS, Valério Cruz. Comunicação e Cultura: o processo de recepção. **Recensio – Revista de resenções de Comunicação e Cultura**. [S.I]:[S.ed]. 1999.

BUCCI, Eugênio. *Violência na TV: um debate mal situado*. **Revista do ILANUD**. São Paulo, n.13, p.17-26, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. El consumo sirve para pensar. **Dia-logos de la comunicacion**, Lima, n.17, p.04-11. 1991.

CEVASCO, Maria Elisa. *Para ler Raymond Willams*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CORDEIRO, Tânia; SAMPEDRO, Victor. *Violência e mídia: uma questão de responsabilidade social*. **Bahia Análises & Dados**, Salvador – BA v.11 p.17-22 – junho de 2001.

COSTA, Jurandir Freire. *O Medo Social*. **Veja 25 anos – Reflexões para o Futuro**. São Paulo: Editora Abril, p. 83-9. 1993.

COSTA, Márcia Regina da. *A violência urbana é particularidade da sociedade brasileira?*. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 agosto 2006.

COSTA, Naldson Ramos da. *Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 18, n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 janeiro 2007. Pré-publicação.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997

EAGLETON, Terry. *A idéia de Cultura*. São Paulo: UNESP, 2005.

FILHO, Ciro Marcondes. *O capital da notícia: jornalismo como produção social de segunda natureza*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

FILHO, Ciro Marcondes. *Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000200004&lng=es&nrm=iso>. Acesso: 07 setembro 2006.

FIOCRUZ – Fundação Osvaldo Cruz. *Para entender a violência*. [S.I]:[S.ed], 2004. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ccs/media/violencia-pg10>>. Acesso em 16 setembro 2006.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação*. 14.ed. Porto Alegre: [s.n], 2005.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos Jonaís, 4ª expedição*. São Paulo: Ática, 1974.

Girard, René. *A violência e o Sagrado*. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (orgs). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 4 ed. [S.I]: Editora da Universidade, 1963.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do Efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. 3 ed. São Paulo: Senac, 2003.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia*. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MATSUBARA, Marilda Calháo Esteves. *Tecendo Cidadania*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

MELO, José Marques. *Populismo e Comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. Tempo*. Rio de Janeiro:1996, p.94-125.

ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

PAREDES, Eugênia Coelho; SAUL, Lea Lima; BIANCHI, Kátia Simone da Rosa. *Violência: o que têm a dizer alunos e professores da rede pública de ensino cuiabana*. Cuiabá: Ed. UFMT/FAPEMAT, 2006.

PEGORARO. *Inseguridad y violencia em el marco Del control social*. In *Violências no tempo da Globalização*. São Paulo: Hucitec. P.201-221. 1999.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Violência, crime e sistemas policiais em países de nova democracia*. **Revista da USP**, v.9, n.1, maio 1997.

RIBEIRO, José Donizete. *Terra e garimpos: um estudo da violência na consolidação do espaço de colonização Alta Floresta-MT (1978-1983)*. Cuiabá: UFMT, 2001. Dissertação (Mestrado em História e Fronteiras), Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, 2001.

ROCHA, Rosamaria Luiza de Melo. *Estética da Violência: por uma arqueologia dos vestígios*. São Paulo: USP, 1997. Tese (Doutorado em Comunicação), Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1997.

RONDELLI, Elizabeth. *Imagens da Violência e Práticas Discursivas*. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, n.10, p.145-7, 1998.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). *Violências no tempo da Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência*. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 1997.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. *A Teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea*. **Revista Brasileira de Educação**, Maio-Ago, número 020. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo. p.60-70.

SOUSA, Jorge Pedro. *As notícias e os seus efeitos: As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. [S.I]: Universidade Fernando Pessoa, 1999.

TEIXEIRA, Alex Niche. *A espetacularização do Crime Violento pela Televisão: O caso do Programa Linha Direta*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TONDATO, M.P. A produção do programa sensacionalista: expectativas e estratégias. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850-1888*. Cuiabá: EdUFMT, 1993.

WACQUANT, Loïc. *Os Condenados da Cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *O mapa da violência 2006: Os jovens do Brasil*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OIE, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *O mapa da violência dos municípios Brasileiros*. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OIE, 2007.

WIEVIORKA, Michel. *O novo paradigma da violência*. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 1997. p.5-41,

WIEVIORKA, Michel. *Em que mundo viveremos?* São Paulo: Perspectiva, 2006.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ZALUAR, Alba. *Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização*. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 3, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 02 outubro de 2006.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)